

Chuva



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA

— **EDUCAÇÃO** —
PATRIMONIAL:

UMA PROPOSTA DE AÇÕES PEDAGÓGICAS NO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO MARANHÃO (IEMA) – SÃO LUÍS



SÃO LUIS
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma proposta de ações pedagógicas no
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São
Luís**

São Luís

2024

GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma proposta de ações pedagógicas no
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São
Luís**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Gestão de
Ensino da Educação Básica (PPGEEB) como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Gestão de Ensino da Educação Básica.

Orientadora: Profa. Dra. Antônia da Silva Mota

São Luís

2024

Imagem da capa: Patrimônio histórico de São Luís

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/photos/a.215363145259620/1508985679230687/?type=3>
Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>
Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=434948&view=detalhes>

Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Capela_de_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_da_Quinta_das_Laranjeiras#/media/Ficheiro:Capela_das_Laranjeiras_-_S%C3%A3o_Lu%C3%ADs,_2008.jpg

Criada com imagens de domínio público através de design gráfico.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rocha, Geórgia Fernanda do Nascimento.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : uma proposta de ações pedagógicas no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão IEMA - São Luís / Geórgia Fernanda do Nascimento Rocha. - 2024.
148 f.

Orientador(a): Antonia da Silva Mota.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Conscientização. 2. Educação Patrimonial. 3. Patrimônio Cultural. 4. . 5. . I. Mota, Antonia da Silva. II. Título.

GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma proposta de ações pedagógicas no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São Luís

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Ensino da Educação Básica.

Orientadora: Profa. Dra. Antônia da Silva Mota

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônia da Silva Mota (Orientadora)
Doutora em História – PPGEEB

Profa. Dra. Fernanda Rodrigues Galve (2ª Examinadora)
Doutora em História – PPGEEB

Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo (2ª Examinadora)
Doutora em História - PROFHISTÓRIA

Prof. Dra. Hercília Maria de Moura Vituriano (1º Suplente)
Doutora em Educação – PPGEEB

Prof. Dra. Marize Helena de Campos (2º Suplente)
Doutora em História – PROFHISTÓRIA

*Aos meus pais, Delzomir e Antônio, à minha filha
Geovana Vitória e ao meu esposo Erick Bruno, pelo
incentivo, amor e cumplicidade em todos os
momentos.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que me concedeu o dom da vida e a força necessária para que eu pudesse superar as dificuldades encontradas durante a trajetória da minha vida.

À minha família: meus pais Delzomir de Oliveira Rocha e Antônia Damazia do Nascimento Rocha, que sempre estiveram ao meu lado, em todos os momentos difíceis, e que me ajudaram e incentivaram para que o desânimo não me fizesse desistir dos sonhos e metas que planejei, na minha vida pessoal e profissional.

À minha filha Geovana Vitória, pela compreensão pela minha ausência em alguns momentos; ausência que foi necessária, para que eu pudesse conquistar e proporcionar a ela uma qualidade de vida melhor.

Ao meu esposo, Erick Bruno, pelo seu companheirismo e incentivo nos momentos que se fizeram necessários.

À minha orientadora Antônia da Silva Mota, pela contribuição em compartilhar seu conhecimento de uma forma simples e de fácil entendimento, auxiliando nas dificuldades que surgiram nessa trajetória acadêmica.

Aos meus colegas da turma PPGEEB 2022, pelos momentos de alegria e partilha de conhecimentos que passamos juntos durante o curso de Mestrado.

Às minhas amigas Geyse Ribeiro e Jossilene Louzeiro, que estiveram comigo nos momentos de incertezas e angústias, incentivando e me ajudando com suas orientações de Doutoradas, título que já possuem, e que certamente colaboraram de forma assertiva para que eu pudesse ter êxito no processo seletivo do Mestrado do PPGEEB 2022.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente e que fazem parte dessa história de lutas e vitórias. Meu carinho e muito obrigada!

Um claro sentido da oportunidade histórica, oportunidade que não existe fora de nós próprios, à espera de que vamos a seu encalço, mas nas relações entre nós e o tempo mesmo na intimidade dos acontecimentos, no jogo das contradições. História que nos castiga quando não a aproveitamos a oportunidade ou quando simplesmente a inventamos na nossa cabeça, sem nenhuma fundamentação nas tramas sociais (Paulo Freire, 1997).

RESUMO

A pesquisa intitulada EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma proposta de ações pedagógicas no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São Luís, é uma pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado profissional, que teve como objetivo compreender os desafios e as perspectivas teórico-práticas sobre a Educação Patrimonial no IEMA, com vista a elaborar, a partir de ações pedagógicas e colaborativas, sugestões de metodologias que pudessem contribuir na prática docente em relação a Educação Patrimonial. Para alcançarmos o que nos propomos, elegemos enquanto metodologia a pesquisa bibliográfica, com o intuito de obter um amplo alcance de informações, além de possibilitar na construção conceitual que envolveu o objeto de estudo. O nosso público-alvo consistiu em professores de história da instituição, com os quais produzimos coletivamente tais orientações. Optamos para a coleta de dados os instrumentos tais como: reuniões pedagógicas e entrevista semiestruturada, direcionadas aos sujeitos da pesquisa. Para auxiliar na fundamentação teórica nesse trabalho, utilizamos autores como: Freire (2011), Gonçalves (2014), Horta, Grunberg, Monteiro (1999), Teixeira (2008), Bittencourt (2018), que abordam sobre as concepções de Educação Patrimonial e sua importância de ser abordada e valorizada na escola em todas as disciplinas, da área de Humanas, Linguagens e Exatas.

Palavras-chave: Conscientização; Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural;

ABSTRACT

The research entitled HERITAGE EDUCATION: a proposal for pedagogical actions at the Institute of Education, Science, and Technology of Maranhão (IEMA) – São Luís, is a study developed within the scope of the professional master's program, aiming to understand the theoretical-practical challenges and perspectives on Heritage Education at IEMA. The goal was to develop, based on pedagogical and collaborative actions, methodological suggestions that could contribute to teaching practices in relation to Heritage Education. To achieve our goal, we chose bibliographic research as our methodology, aiming for a broad scope of information and enabling the conceptual construction that involved the object of study. Our target audience consisted of history teachers from the institution, with whom we collectively produced these guidelines. For data collection, we selected instruments such as: pedagogical meetings and semi-structured interviews, directed to the research participants. To support the theoretical foundation of this work, we used authors such as: Freire (2011), Gonçalves (2014), Horta, Grunberg, Monteiro (1999), Teixeira (2008), and Bittencourt (2018), who discuss the concepts of Heritage Education and its importance to be addressed and valued in schools across all subjects, including Humanities, Languages, and Exact Sciences.

Keywords: Awareness; Heritage Education; Cultural Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea do Centro Histórico de São Luís, Praia Grande	40
Figura 2: Imagem do casarão no Centro Histórico de São Luís	41
Figura 3: Vista da localização da antiga quinta do Barão, ao lado foto da fachada do IEMA - Centro	44
Figura 4: Planta de São Luís e a Quinta do Barão	45
Figura 5: Imagem de José Gonçalves “O Barateiro”	46
Figura 6: Planta Baixa térreo da Capela de São José das Laranjeiras	50
Figura 7: Fachada da Capela de São José das Laranjeiras	50
Figura 8: Fotografia da parte interna da Capela de São José das Laranjeiras	52
Figura 9: Imagem de São José na Capela das Laranjeiras e tela de Nossa Senhora da Penha	53
Figura 10: Fotografia da lápide com o brasão de José Gonçalves da Silva.....	54
Figura 11: Informe dos horários das missas da Capela São José das Laranjeiras	55
Figura 12: Ilustração do Portão armoriado, o brasão (em destaque) e casas lindeiras	56
Figura 13: Fotografia do Portão da Quinta das Laranjeiras (atualmente)	57
Figura 14: Prédio do Colégio dos irmãos Marista.....	62
Figura 15: Prédio do IEMA - Pleno no Centro de São Luís	71
Figura 16: Imagens internas do IEMA	73
Figura 17: Imagens da Sala de aula do IEMA	73
Figura 18: Biblioteca do IEMA.....	74
Figura 19: Registro do momento da aplicação do questionário com as professoras de História	77
Figura 20: Participantes do Seminário “Hê, como encontrar o patrimônio cultural indígena no Centro Histórico de São Luís”.....	79
Figura 21: Imagem sobre a apresentação do Manual Didático Pedagógico às professoras	91
Figura 22: Imagem da capa do Manual Didático-Pedagógico	92
Figura 23: Sumário do Manual Didático-Pedagógico.....	93
Figura 24: Imagem da seção: O que é Educação Patrimonial, patrimônio e patrimônio cultural?.....	94
Figura 25: Seção sobre: Proposta de atividades relacionado ao Patrimônio Cultural	95
Figura 26: Imagem sobre a seção: Patrimônio Material de São Luís.....	96
Figura 27: Imagem sobre a seção: Proposta de atividades - Conhecendo e explorando os aspectos patrimoniais do: Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras e da Capela de São José das Laranjeiras	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Roteiro do questionário destinado a equipe pedagógica sobre os aspectos físicos da escola	72
Quadro 2: Quantitativo de funcionários do IEMA.....	75
Quadro 3: Roteiro de questionário com os professores de história	78
Quadro 4: Sobre a área de formação do docente e quanto tempo leciona na área.	80
Quadro 5: Concepção teórico-metodológica em relação a Educação Patrimonial	81
Quadro 6: Entendimento sobre Educação Patrimonial e se possui curso de formação continuada sobre a temática	82
Quadro 7 Recursos ou ferramentas metodológicas utilizadas com os estudantes	84
Quadro 8 A Educação Patrimonial é contemplada no Planejamento docente ou no Projeto Político Pedagógico ?	86
Quadro 9: Dificuldades encontradas no Ensino de História na prática educativa dos professores em relação ao trabalho com a Educação Patrimonial	87
Quadro 10: Sugestões para elaboração de um material didático-pedagógico para auxiliar no trabalho com a Educação Patrimonial.	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEM	Associação dos Práticos do Estado do Maranhão
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DCTMA	Documento Curricular do Território Maranhense
DIPHAP	Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IEMA	Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão
IBP	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
MHAP	Museu Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGEEB	Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica
PNE	Plano Nacional de Educação
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNBEC	União Americana de Educação e Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL	21
2.1 A Educação Patrimonial e suas relações com a cultura	24
2.2 Patrimônio cultural: Legislações à sua valorização	28
2.3 Patrimônio cultural como um meio para a preservação	31
2.4 O ensino de história e a Educação Patrimonial	34
3 A CIDADE DE SÃO LUÍS E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	39
3.1 O Barateiro e sua Quinta das Laranjeiras, a capela e o portão armoriado	43
3.1.1 A trajetória de José Gonçalves da Silva “O Barateiro” em terras ludovicenses	46
3.1.2 A Capela de São José das Laranjeiras	49
3.1.3 O portão armoriado da Quinta das Laranjeiras	55
3.2 Contextualizando o potencial patrimonial.....	57
3.3 Do Marista ao IEMA: Percurso histórico	61
4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	64
4.1 Caracterização do campo da pesquisa.....	70
4.2 Participantes da Pesquisa	75
4.3 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados	76
5.1 Ações envolvendo a Educação Patrimonial com os professores de história do IEMA.....	90
5.2 Proposta do Produto Educacional: Versão Final.....	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	108
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com os professores	109
APÊNDICE B: Questionário para coordenação ou Gestão da Escola	111
APÊNDICE C: Produto Educacional	112
ANEXOS.....	144
ANEXO A: Carta de Apresentação para Pesquisa de Campo	145
ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	146

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Educação Patrimonial no Brasil estão inseridos em um contexto mais amplo de abordagens sobre o patrimônio. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO 2018), o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural se constituem como uma das condições para o acesso ao direito pleno à educação e ao exercício da cidadania.

Propusemos uma intervenção colaborativa no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), São Luís – MA, no sentido da Educação Patrimonial, uma vez que o IEMA está situado numa cidade que possui um Centro Histórico reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Além disso, destacamos que suas atividades funcionam em um monumento arquitetônico, datado do final do século XVIII, um imponente prédio que abrigou no século XX uma importante instituição de ensino particular chamado de “Maristas”. Acreditamos que valorizar esse aspecto motiva os alunos a conhecerem a história local e valorizar seus passados, suas memórias, suas identidades.

A introdução desses conteúdos tem como premissa favorecer a disciplina de História e subsidiar a prática docente com propostas teóricas-metodológicas que contribuam de forma significativa no entendimento, na apropriação de conhecimentos teórico-práticos e críticos dos alunos sobre a Educação Patrimonial mas, sobretudo, abordar a questão do conhecimento dos professores sobre a temática, procurando investigar os seus saberes, do “saber-fazer”, das competências e habilidades que servirão de base ao seu trabalho docente.

Em relação a esse campo de investigação, Tardif (2021) apresenta vários questionamentos sobre quais os saberes os docentes trazem de base ao seu ofício. Em outras palavras, quais são os conhecimentos, o “saber-fazer”, as competências e as habilidades que os professores mobilizam diariamente, nas salas de aula e nas escolas, a fim de realizar concretamente as diversas tarefas? É relevante ressaltar a importância dos professores em seu trabalho cotidiano com os alunos, pois são eles os principais atores e mediadores da cultura e dos saberes escolares.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura e órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, concebe Educação Patrimonial “como todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela

dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.”

O Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil, atualmente conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Segundo Freire (2011), a Educação Patrimonial pode ser uma importante ferramenta na afirmação de identidades, e para que as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos. Partindo desse pressuposto, pode-se observar a relevância que a Educação Patrimonial possui para as pessoas em vários aspectos da sua vida em sociedade.

Gonçalves (2014), entende que a formação dos profissionais da educação precisa considerar a necessidade de produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural, promovendo reflexões críticas no sentido de questionar determinados procedimentos e processos de patrimonialização e organização dos acervos.

O trabalho com Educação Patrimonial possibilita refletir sobre questões culturais que são intrínsecas na vida dos indivíduos. Dessa forma, entre os documentos norteadores da Educação Básica que defendem esta premissa estão as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEM/1998), visto que defende que as questões culturais estão presentes nos documentos norteadores do currículo do Ensino Médio. Falando especificamente para a área de Ciências Humanas, foram estabelecidas a constituição de competências e habilidades que permitissem ao educando:

- Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros.
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nelas intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.
- Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos.
- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas.
- Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural. (DCNEM, 1998, Art. 10).

Diante de todo esse aparato documental firmado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, é possível dizer que este documento deve ser imprescindível para a elaboração das atividades educacionais e planejamentos escolares no Ensino Médio. Tais competências e habilidades foram ratificadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1999), que não estabeleceram conteúdos específicos, mas abriram um leque de possibilidades de temáticas e de abordagens interdisciplinares.

Conforme já assinalado, este estudo tem como tema a Educação Patrimonial, com ênfase em compreender a escola (IEMA) e o entorno que ela está localizada, visto que possui sua importância cultural e patrimonial, no sentido de promover o diálogo e a pesquisa como recurso de aprendizagem de uma abordagem no Ensino Médio com os docentes do IEMA, vinculados à Secretaria Estadual de Educação de São Luís - MA.

Parte-se da premissa de que é relevante e necessário propor discussões que contemplem esta temática no contexto escolar, contribuindo para seu aprofundamento no âmbito educativo, reconhecendo a Educação Patrimonial como um fator importante para a formação integral do estudante.

Em minhas vivências profissionais, ao longo de quinze anos de carreira atuando no ensino médio, identifiquei a insuficiência de debates mais aprofundados no âmbito do Projeto Político Pedagógico das escolas, como também no planejamento dos docentes sobre a Educação Patrimonial. Essa problemática se desdobra, dentre outros aspectos, na falta de discussões e encaminhamentos de projetos que contribuam para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares referentes à temática do patrimônio cultural.

Assim, surgiu a necessidade de dialogar com professores que atuam no ensino médio no IEMA, realizando um levantamento junto a eles de informações sobre como vem sendo abordada a temática da Educação Patrimonial nessa escola. Ao aproximar-me de professores que, assim como eu, atuam no ensino médio, estabelecemos diálogos com a intenção de discutir a importância de serem elaborados projetos para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, questionando se em alguns momentos do processo de ensino e aprendizagem o patrimônio cultural da escola e da cidade de São Luís contemplou suas práticas docentes e quais as expectativas em relação à relevância de desenvolver experiências escolares neste sentido.

A Educação Patrimonial precisa ser um meio de interação com os bens culturais, buscando questionar e compreender os seus significados, já que esta pode abrir espaço para a participação cidadã da comunidade, criando nos indivíduos um sentimento de pertencimento às manifestações culturais do seu meio. Com isto, pode-se despertar nos envolvidos a necessidade de proteger e preservar os bens culturais. A função da Educação Patrimonial, de acordo com Priamo (2013, p. 161), é “[...] criar laços afetivos da comunidade com o seu patrimônio cultural, a partir da construção do conhecimento, gerando ações e reações que busquem proteger estes bens em função de uma identificação com eles.”

Partindo desta premissa, podemos perceber o quanto é importante inserir o indivíduo nesse processo de conhecimento do meio em que ele faz parte, para posteriormente criar uma proximidade com os bens culturais, a fim de contribuir para construção de ações efetivas de preservação.

Nas práticas pedagógicas, podem ser propostas diversas reflexões a partir das interações com os bens culturais, que podem ser acionadas a partir da própria historicidade dos objetos. Para Ramos (2004, p. 04) “não se trata mais de ‘visitar o passado’, e sim de animar estudos sobre o tempo pretérito, em relação com o que é vivido no presente”. Nestas práticas, o patrimônio cultural adquire novos significados e oportuniza aos sujeitos envolvidos no processo uma percepção mais abrangente sobre a função deste bem cultural no presente.

Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.4), “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

Como todo bem patrimonial, a escola é um espaço que evoca memórias de acontecimentos, vivências e eventos que aconteceram no passado remoto ou recente. Mesmo sendo um bem tangível, o prédio escolar tem seu valor assegurado pela sua intangibilidade, devido ao seu valor afetivo, simbólico, que perpassa de geração a geração, e compreendê-la nessa perspectiva colabora no processo de valorização e preservação como referência cultural de uma comunidade.

A partir das fontes levantadas, procuramos responder ao seguinte problema de pesquisa:

- ✓ Como professores de história do ensino médio no IEMA podem desenvolver o tema da Educação Patrimonial na escola?

Desta pergunta desdobram-se outras questões: quais elementos teórico-metodológicos em relação à Educação Patrimonial possuem os professores de história do ensino médio do IEMA? Quais avaliações fazem os docentes sobre a abordagem do tema de Educação Patrimonial em suas práticas pedagógicas? De que forma este tema está inserido no Projeto Político Pedagógico e no planejamento docente? Como a construção de um Manual Didático-Pedagógico sobre Educação Patrimonial poderia contribuir para a prática docente?

Todos esses questionamentos, e outros que surgiram durante a pesquisa, serviram como base para buscar fazer um levantamento bibliográfico e documental baseado em autores que se dedicaram ao estudo da Educação Patrimonial e do patrimônio cultural, como também nas visitas que aconteceram na escola pesquisada, com seus docentes e estudantes do ensino médio.

Partindo da premissa que é necessário realizar um estudo mais aprofundando sobre a importância de conhecer para valorizar e preservar o patrimônio, a pesquisa pontua o seguinte objetivo geral: problematizar os desafios e as perspectivas teórico-práticas sobre a Educação Patrimonial no IEMA, escola localizada próxima ao Centro Histórico de São Luís.

Nessa perspectiva, foram definidos nossos objetivos específicos a partir das questões norteadoras:

- ✓ Conhecer as concepções teórico-metodológicas que os professores de História do IEMA têm sobre o tema da Educação Patrimonial;
- ✓ Identificar quais avaliações os docentes fazem sobre a abordagem do tema Educação Patrimonial em suas práticas pedagógicas;
- ✓ Perceber de que forma este tema está inserido no Projeto Político Pedagógico e no planejamento docente;
- ✓ Construir um Manual Didático-Pedagógico contendo Educação Patrimonial junto com os docentes do IEMA;

Nosso objetivo, portanto, consistiu em mostrar que a escola pode ser considerada por si só um Patrimônio Cultural, constituindo-se como espaço de reflexão, discussão sobre diversidade, memória e identidade e que, em todo tempo, se relaciona com as práticas de Educação Patrimonial, de modo formal ou informal.

Acredita-se que a escola é um espaço profícuo para se tratar de Patrimônio Cultural, já que uma sociedade que não respeita e nem valoriza o seu patrimônio perde as suas referências e, assim, a sua identidade; afinal, sempre que falamos em patrimônio nos referimos à história, memória e identidade (Oliveira, 2008, p.114). Dessa forma, é possível perceber a diversidade como peça desse mosaico, que deve se encaixar no cotidiano e nas vivências dos estudantes. Considerando que, quando um bom trabalho de exploração da escola é realizado sobre patrimônio cultural, é significativo para a comunidade escolar, entende-se que este estudo pode contribuir para sua valorização e preservação.

Em suma, esta pesquisa teve como propósito contribuir de forma significativa na prática educativa dos professores de história do IEMA, auxiliando-os com um suporte pedagógico, na perspectiva de criar atividades de conscientização que envolvam a comunidade escolar, tornando a causa patrimonial mais amplamente conhecida. Pretende-se, ao final do processo, ter como produto educacional, fruto dessa pesquisa, um Manual Didático-Pedagógico de Educação Patrimonial, para que este seja relevante para a organização do trabalho pedagógico através das estratégias de ensino, e que repercuta positivamente na ressignificação da prática desses docentes.

Isto posto, destacamos que esta dissertação está organizada em 6 (seis) seções. A seção 1 (um), a “Introdução”, apresenta os aspectos conceituais e metodológicos da pesquisa. A seção 2 (dois) intitulada “Concepções de Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural”, apresenta as concepções de Educação Patrimonial e patrimônio cultural, dividido em subseções onde enfatizamos sobre o tema da Educação Patrimonial e suas relações com a cultura e patrimônio cultural, fazendo uma breve exposição sobre a legislação para a valorização do patrimônio, seguido das subseções sobre Patrimônio Cultural como um meio para a preservação e, por fim, o Ensino de história e a Educação Patrimonial.

Na seção 3 (três) abordamos a “Cidade de São Luís e sua relação com a Educação Patrimonial”, destacando a sua importância no contexto histórico mundial e nacional. Nas subseções que seguem, tratamos sobre a trajetória de um dos principais personagens de grande relevância comercial no século XIX em São Luís, “O Barateiro” que construiu a Quinta das Laranjeiras, que se tornou um local de destaque na cidade, como também a Capela de São José das Laranjeiras e o Portão Armoriado; nas próximas subseções, tratamos sobre a contextualização do potencial

patrimonial, explorando várias possibilidades didáticas sobre o entorno que envolve a Quinta das Laranjeiras, onde está localizada a escola dessa pesquisa, o IEMA; este local será abordado também a partir do seu percurso histórico, desde a construção do prédio, antes conhecido como Marista.

A seção 4 (quatro), “Metodologia” descreve os percursos metodológicos da pesquisa, já na seção 5 (cinco), apresentamos os resultados obtidos e as discussões realizadas por meio da análise dos dados coletados. Encerramos com a seção 6 (seis), as “Considerações Finais”, onde fizemos uma sistematização dos principais assuntos debatidos no decorrer do trabalho sobre Educação Patrimonial.

2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Educação Patrimonial, de acordo com a museóloga, diretora do Museu Imperial, e organizadora do “Guia Básico de Educação Patrimonial”, Maria de Lourdes Parreiras Horta:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (Horta, 1999, p.6)

A escola, portanto, deve oportunizar a construção da autonomia por parte do estudante, abrindo espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico. Isso requer a reflexão sobre a ideologia dominante, pois a educação é dialética e contraditória, sendo que as práticas educacionais devem dialogar e problematizar questões do território que o estudante vivencia. Dessa forma, entendemos que a Educação Patrimonial pode ser um espaço de interação do estudante com os bens culturais que o cercam, e para isso, os sujeitos precisam vivenciar os espaços sociais, buscando estabelecer vínculos de identificação com esses bens, ainda que de maneira crítica. (Tolentino, 2018; Chuva, 2003; Scifoni, 2012).

Diante deste fato, podemos dizer que os indivíduos são seres imersos em um meio cultural, já que, como aponta Saviani,

O homem, pelo fato de se apresentar como um corpo, e por isso existindo num meio que se define pelas coordenadas de espaço e tempo, está condicionado ao meio e determinado por ele em todas as suas manifestações. Seu caráter de dependência verifica-se primeiro em relação à natureza, isto é, a tudo aquilo que existe independentemente de sua ação, e também ao meio cultural que se lhe impõe inevitavelmente (Saviani, 1983, p.44).

O homem, como ser criativo e pensante, é capaz de mudar o meio em que vive, através do despertar de uma formação crítica que depende, em parte, das ações mediadoras dos professores. Os significados construídos neste diálogo podem favorecer a construção da sua identidade, não se submetendo ao papel de mero reprodutor de ideologias estabelecidas como verdades prontas. Na análise de Santos (2008, p. 130) a educação é compreendida como:

[...] um processo que deve ter como referencial o patrimônio cultural, considerando que este é um suporte fundamental para que a ação educativa seja aplicada, levando em consideração a herança cultural dos indivíduos em um determinado tempo e espaço e que as diversas áreas do conhecimento não funcionam como compartimentos estanques, mas são parte de uma grande diversidade, resultado de uma teia de relações na qual cultura, ciência e tecnologia, em cada momento histórico, são construídas e reconstruídas pela ação do homem, produtor de cultura e conhecimento.

As relações sobre os conceitos de patrimônio cultural no campo educacional são muito significativas, devido a uma reorientação dos processos educativos para percepção do patrimônio como parte da vida em curso. Em relação ao ambiente escolar, cada aluno, no seu contexto de vida social, pode buscar suas referências de identidade cultural como processo de iniciação ao usufruto do patrimônio, interagindo com o mesmo e ressignificando em sua vivência. Interessamos, portanto, perceber como esses processos educacionais em relação aos conceitos de patrimônio cultural estão sendo assimilados e trabalhados no dia a dia das escolas pelos professores, a fim de compreender como eles contribuem para a melhoria da qualidade do ensino e da inserção dos jovens no contexto sociocultural, como cidadãos críticos e conhecedores da realidade na qual estão inseridos.

Vale ressaltarmos que o termo patrimônio é abrangente e assume várias concepções diferentes, de acordo com o tempo e local em que foi se instituindo. Tem sua origem no latim, composto por dois vocábulos: *pater* e *nomos*, sendo que o primeiro termo designa o chefe de família, os nossos antepassados, vinculando-se aos bens, heranças, enquanto *nomos*, vincula-se às leis, usos e costumes relacionados a uma família ou a uma cidade.

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou para se comunicar: é bom para agir. Esta categoria faz a mediação sensível entre os seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos, a ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma pessoas (José R. S. Gonçalves, 2009, p.31).

Diante dessa perspectiva, interpretamos *patrimônio* como o resultado da relação humana com o espaço e o tempo vivido, agindo de forma prática nas relações do patrimônio com a formação de pessoas mais conscientes de seu papel de cidadão.

Em relação a outro conceito utilizado sobre Educação Patrimonial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), destaca que:

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das

referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2015).

Dessa definição, percebe-se que as ações da Educação Patrimonial devem partir da premissa de que a preservação dos bens culturais deve consistir em práticas sociais que precisam estar inseridas nos contextos culturais e no cotidiano de vida das pessoas. Portanto, ela se contrapõe as iniciativas que buscam enaltecer ou consolidar objetos, construções ou manifestações culturais sem a devida ressignificação desses bens.

Com base nessa ideia, é importante ressaltarmos a obrigatoriedade de a Educação Patrimonial consolidar-se de forma colaborativa, visto que esta encontra-se pautada pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988 – Brasil, 1988) que afirma que Educação Patrimonial é dever de todos, governo e sociedade, em conjunto com a preservação patrimonial. Partindo desse pressuposto, o patrimônio cultural somente será protegido se atuar como instrumento de conhecimento histórico, sendo reconhecido socialmente para os diversos grupos sociais que fazem parte da sociedade.

Entre as redefinições promovidas pela Constituição Federal de 1988 sobre o patrimônio cultural brasileiro estão:

(...) as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Desta forma, sempre que houver entre as pessoas a união para criar e trocar conhecimentos, analisar, compreender e transformar a realidade que nos permeia, estamos praticando uma ação educativa. E quando essas ações estão relacionadas ao patrimônio cultural, entende-se por Educação Patrimonial. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o patrimônio cultural está presente no cotidiano das pessoas e esse reconhecimento sobre essas informações acontecem dentro do ambiente escolar. É notório observar, assim, o quanto o patrimônio cultural está presente na vivência das pessoas e sua relevância em várias situações que fazem parte das suas vidas. A temática contemporânea do patrimônio cultural ultrapassa,

portanto, uma concepção fragmentada nos currículos escolares e interdisciplinariza o conhecimento. Sob essa perspectiva, Lück (1994, p. 59) afirma que:

A interdisciplinaridade, no campo da Ciência, corresponde à necessidade de superar a visão fragmentadora de produção do conhecimento, como também de articular e produzir coerência entre os múltiplos fragmentos que estão postos no acervo de conhecimentos da humanidade. Trata-se de um esforço no sentido de promover a elaboração de síntese que desenvolva a contínua recomposição da unidade entre as múltiplas representações da realidade.

Desenvolver o tema sobre patrimônio em sala de aula abre uma variedade de possibilidades possíveis de serem desenvolvidas em diversas áreas do conhecimento, visto que é um tema muito amplo e aborda várias questões sobre diversidade, cultura, momentos históricos, arte, entre outros.

Desse modo, os sentidos do patrimônio não são homogêneos, pois são parte das interações sociais, sejam elas pacíficas ou conflituosas. Esta visão, contudo, não nega a importância da preservação dos bens patrimoniais, mas busca estabelecer uma relação mais forte de pertencimento social a partir deles (Gonçalves, 2014). Partindo desse contexto, é necessário despertar nos educandos a vontade de conhecer os patrimônios que compõem ou que fazem parte do seu passado ou do grupo ao qual pertencem e, com isso, não somente passem a valorizá-los como também se tornem seus futuros defensores.

É importante que a escola desenvolva a inserção e a discussão acerca deste tema, interagindo com as instâncias que geram e difundem conhecimentos e concepções sobre o patrimônio cultural e, para isso, as ações desenvolvidas no âmbito escolar devem estar alinhadas com as normativas nacionais que regem o ensino formal.

2.1 A Educação Patrimonial e suas relações com a cultura

A educação, a cultura e os patrimônios culturais são temáticas indispensáveis para uma educação básica que possui como princípio a formação de cidadãos conscientes e participativos, que sejam protagonistas no processo de conscientização para as novas gerações. Assim, é necessário refletir sobre os fundamentos educativos de uma Educação Patrimonial que tenha como objetivo aproximar de forma significativa os estudantes do patrimônio cultural de sua rua, da sua escola, por fim de sua cidade.

Segundo Teixeira (2008), a Educação Patrimonial tem como base a ideia de que todo o processo educacional deve levar em consideração a coletividade na produção do conhecimento. Para tanto, deve haver uma interação entre os agentes sociais e culturais visando à socialização da cultura. A disseminação e valorização da cultura dentro da educação básica, trazendo o reconhecimento da diversidade cultural, integra a importância de sua preservação para nossa identidade cultural, para que os educandos se reconheçam como parte dela; dessa forma, acredita-se que estarão mais motivados a interagirem com mais eficiência em ações de conservação e preservação do patrimônio.

Para Maria de Lourdes Horta (1999, 2012), “essa temática deveria envolver não somente a rede escolar, mas também a comunidade local, a família e até empresas que valorizassem toda a importância da preservação do patrimônio cultural.” Tratá-la nos currículos possibilita, portanto, a prática da cidadania e diálogo entre gerações.

Nesta mesma perspectiva, a Educação Patrimonial, para Teixeira (2008, p.05), “é uma prática social educativa que pode ser qualificada como um processo de alfabetização cultural”. Nesse sentido, é através desse percurso que a alfabetização cultural poderá percorrer e possibilitar ao indivíduo uma maior compreensão do mundo em que vive, tornando-o capaz de entender a sua trajetória sociocultural, histórico-temporal e, principalmente, de adquirir uma consciência civil, valorizando e respeitando a sociedade e o patrimônio cultural.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define cultura como:

A cultura engloba tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto à forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se de, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, na busca de soluções para os pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam ao longo da existência (IPHAN, 2007, p.6).

Sabendo que a cultura é toda e qualquer forma de manifestação humana, ela deve ser compreendida e gerida como eixo de desenvolvimento envolvendo todos da sociedade, promovendo a inclusão social e cooperação, aplicando-os no setor do patrimônio; dessa forma compreende-se a cultura na condição de cadeia produtiva da economia criativa, promovendo a participação efetiva.

Essas definições demonstram a abrangência que a Educação Patrimonial possui nas vidas de todos os cidadãos, nos seus vários aspectos, e que são inseparáveis da cultura e dos seus significados simbólicos.

A partir do que preconiza a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) em seu Art.1º enfatiza a importância das manifestações culturais:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Este ponto abre oportunidade para a discussão sobre os bens patrimoniais na prática educativa, levando ao estudo da Educação Patrimonial no âmbito escolar. Ao procurar compreender como o trabalho com Patrimônio Cultural é lidar diretamente com a cultura, é necessário fazer uma breve apresentação do patrimônio como categoria de pensamento, tal como sugere Gonçalves (2003), admitindo que o ato de colecionar, exercido pelos grupos sociais, já introduziria a formação de patrimônio, confundindo-o com a noção de propriedade (Gonçalves, 2003, p.23).

Cabe dizer, no entanto, que as disposições que compreendem a cultura como agente atuante nos processos educacionais, contidas na LDB 9394/96, tem como base a reformulação da noção de patrimônio cultural originária do Decreto Federal n.º 3551 de 4 de agosto de 2000¹ que, por sua vez, regulamentava as disposições da Constituição Federal de 1988. Colaborando nesse sentido, a Constituição refere-se especialmente no artigo 216, onde aparece a denominação “patrimônio cultural”, evidenciando que constituem patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O citado artigo inclui entre os bens patrimoniais:

- I – As formas de expressão;
- II – Os modos de criar, fazer e viver;
- III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

¹ Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/uploads/legistação>>.

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

É possível observar na Constituição Brasileira de 1988, uma nova conceituação sobre os bens que deveriam compor o patrimônio nacional, visto que o termo “patrimônio cultural” é utilizado no lugar de expressões como patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico ou arquivístico, denominações estas que até então figuravam nos textos constituintes e nas legislações federais, estaduais ou municipais.

Ao longo do século XX, as definições conceituais para o que se compreende ser o patrimônio cultural ampliaram-se e passaram a dar conta de elementos plurais, diversos e complexos. Sendo assim, a partir de uma perspectiva contemporânea, entende-se que o patrimônio cultural pode ser classificado como material e imaterial. Os bens imateriais são definidos, segundo IPHAN (2014), como manifestações que passam de geração em geração através de ideias, da literatura, de representações cênicas, da música, da culinária, de tradições e técnicas. Já os bens materiais são classificados como móveis e imóveis; os bens móveis são os objetos, documentos, obras de arte, mobiliários e afins, e os bens imóveis são aqueles categorizados pelas definições de patrimônio natural e paisagístico, urbano e arquitetônico. Logo, todas as formas de expressão de um povo constituem sua cultura, e esta, se modifica com tempo.

Nessa perspectiva, para enfatizar o significado da palavra cultura e sua relação com patrimônio cultural, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.6), corroboram a ideia que:

Todas as ações através das quais os povos expressam suas formas específicas de ser constituem a sua cultura e esta vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam.

Dessa forma, é possível perceber como a cultura é indissociável das ações humanas que são transformadas durante o momento histórico em que a sociedade se encontra e, conseqüentemente, passa a produzir novas formas de interação com o patrimônio cultural.

No Art.58 do Estatuto da Criança e do Adolescente² (ECA) está definido que: “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”. Desse modo, é possível perceber que esse marco legal também assegura e valoriza a cultura nos processos de construção da formação da identidade de crianças e adolescentes. A Educação Patrimonial, assim, consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, para que estas despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.

2.2 Patrimônio cultural: Legislações à sua valorização

A Constituição de 1988, marco relevante para todos os cidadãos brasileiros, eleva à categoria de direitos fundamentais da pessoa humana os direitos culturais, expresso nos Arts. 215 e 216, ao consagrar dois princípios basilares que devem nortear a política de preservação de nosso patrimônio histórico-cultural. O primeiro deles é o princípio da cidadania cultural, que explicita que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Fazendo um levantamento histórico sobre o patrimônio, é importante destacar que a questão da preservação do patrimônio surge pela primeira vez em 1934, na Constituição da República. Naquele momento, o tema do Patrimônio já havia sido considerado, pois colocava como dever do Estado a proteção dos bens naturais e culturais, regulamentando o Museu Histórico Nacional, órgão que atuava em um serviço de proteção aos monumentos históricos e obras de arte vinculados às cidades históricas mineiras. (PELEGRI, 2009, p.100).

A Constituição de 1937, subsidiando posteriormente, o Decreto-Lei nº 25/1937, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³ (SPHAN),

² O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. Disponível em: <<https://www.gov.br>...>publicações

³ A Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937 (Brasil, 1937), criou o órgão responsável pela preservação do patrimônio, o SPHAN, e seu respectivo Conselho Consultivo. Desde 1994, esse órgão federal recebeu a denominação, ainda vigente, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a sigla IPHAN. (Marchette, 2016, p.23).

instituição com competência legal para as questões de proteção do patrimônio. Explicitando o que está sendo dito, o então Presidente do Brasil, usando da atribuição que lhe conferia o art. 180 da Constituição, decretava no CAPÍTULO I, *Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Art. 1º, que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Posteriormente, na Constituição de 1946, a defesa do patrimônio foi estabelecida, e a Constituição outorgada pelo Congresso Nacional em 1967, ampliou a noção de proteção. Finalmente, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, “[...] contempla o patrimônio cultural em toda a sua amplitude e complexidade [...]”, explicitando em seu artigo 24 que “[...] compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico [...]” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, como se trata de uma função do Estado e um dever da sociedade, a Constituição Federal de 1988 coloca em seu artigo 5º, inciso LXXIII a disposição de qualquer cidadão, a proteção do Patrimônio Histórico Cultural através da propositura de uma ação popular onde define que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência;

No contexto mundial, as normativas de orientação para a preservação do patrimônio cultural encontram-se estabelecidas nas chamadas Cartas Patrimoniais⁴, resultados de discussões mundiais e nacionais, que estabelecem diretrizes de preservação, promoção e intervenção no patrimônio material, imaterial e natural.

⁴ As Cartas Patrimoniais são documentos que contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural. (Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/o-que-sao-cartas-patrimoniais-e-quais-existem/>).

Algumas das mais importantes são: a Carta de Atenas de 1931, e a Carta de Veneza, de 1964.

As cartas patrimoniais, portanto, são documentos de referência, de caráter prescritivo ou indicativo, relacionadas às questões preservacionistas, sejam elas ligadas ao monumento em si, a conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, ao aproveitamento econômico do patrimônio cultural, ao comércio de bens culturais ou à restauração arquitetônica, dentre vários outros temas e objetos de análise e preocupação.

Observamos, a partir de um breve levantamento histórico sobre as cartas patrimoniais, e no que se refere à Carta de Atenas⁵ (1933), que esta reflete as ideias do movimento modernista, e a cidade, em seu conjunto, não consiste em um objeto cultural autônomo. Os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, legado do passado, são vistos, na maioria das vezes, como obstáculos à salubridade, ao trânsito veloz e ao progresso, e sua demolição pode ser uma possível solução:

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente (CURY, 2004, p.54).

Percebemos através desses documentos históricos sobre preservação do patrimônio, a preocupação em realizar ações efetivas que combatam a destruição de monumentos e construções de estimável valor patrimonial. “[...] As cidades são desumanas, e da ferocidade de alguns interesses privados nasceu a infelicidade de inúmeras pessoas” (CURY, 2004, p.55). Cumpre, então, subordinar o interesse privado ao interesse público. A essência dessa nova perspectiva, além de combater a devastação dos patrimônios, é também valorizar a história e os vestígios do passado em relação à modernização urbana.

⁵ Constitui um primeiro documento internacional a reunir deliberações de consenso entre vários países, referentes ao temas do patrimônio e restauro. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/publico>.

A Carta de Veneza⁶ (1964) é uma das mais importantes e influentes cartas patrimoniais, ao alargar o conceito de patrimônio cultural para além do edifício isolado (monumento):

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Cury, 2004, p.92).

Segundo o documento, o monumento dialoga com seu entorno, mantendo com ele uma relação fundamental. O patrimônio cultural como monumento é complementado, desse modo, pela noção de documento – de uma trajetória, de acontecimentos históricos memoráveis e de jeitos particulares de morar, circular e viver. A Carta de Veneza, nesse sentido, representa a valorização de lugares considerados significativos para as comunidades, bem como a de conjuntos urbanos não monumentais, ou seja, locais de moradia da população comum, espaços que fazem parte do cotidiano das pessoas, não se restringindo somente aos locais considerados importantes para os grupos sociais mais poderosos.

A partir do que foi visto através das principais leis que tratam sobre a proteção do patrimônio, percebemos que a preservação deste é entendida como responsabilidade de todos - e por isso, também a necessidade de encontrar princípios comuns que guiem as intervenções -, impondo a todos o dever moral de proteger os bens patrimoniais.

2.3 Patrimônio cultural como um meio para a preservação

Os processos educativos baseados em uma educação que busque uma consciência crítica são pontos primordiais para que se inicie e se concretize o processo de assimilação nos indivíduos. Esse processo, segundo Freire (1974, p.114), se caracteriza por uma ação que é capaz de transformar a realidade, e exige engajamento, pois “[...] não para estoicamente no reconhecimento puro, de caráter subjetivo, mas, pelo contrário, prepara os homens no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização”.

⁶ A carta de Veneza é um referencial para os procedimentos de restauração de bens culturais em todo o mundo e promove, juntamente a outras ações e entidades, a valorização do patrimônio cultural dos países, elevando seus níveis simbólicos e econômicos. (Marchette, 2016, p.142).

Uma educação que tem como finalidade vencer o obstáculo da passividade, estabelece uma ação, mas não uma ação qualquer, destituída de sentido, e sim estruturada pelo conhecimento e pela crítica, partindo do objetivo de transformar a realidade e participar de forma ativa no meio em que se insere. Em relação ao contexto educacional, Freire refere-se à conscientização como uma das suas principais finalidades, ao argumentar que:

A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda a educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação. (Freire, 1974, p.40).

Nesse contexto, pode-se inserir também a questão da promoção de ações que promovam a proteção do patrimônio cultural local, na luta pela preservação do patrimônio cultural material e imaterial da localidade que o estudante está inserido, como forma de defesa de sua identidade cultural. E é justamente a educação um dos principais meios para sua efetivação, uma educação que busque ser cidadã, desvelando as intenções que não são tão facilmente visíveis ou manifestadas, para que através da conscientização seja possível reconhecer e lutar pelo rompimento da negação dos valores e da pluralidade cultural.

É importante salientar que a preservação exige um processo educativo, a partir do trabalho de conscientizar as comunidades em defesa dos patrimônios culturais locais, regionais, no que se refere ao avanço das construções imobiliárias, com a intensificação da indústria cultural, observado com a modernização das cidades, inclusive São Luís. Desse modo, se a comunidade local não atuar ativamente e lutar pela permanência de seus patrimônios culturais, pode sofrer o risco de estes desaparecerem.

Isto posto, devemos destacar a relevância da participação da comunidade local nas questões da luta para a preservação das identidades culturais em que está inserida, visto que é essencial que os indivíduos desta comunidade local devam participar do debate sobre a questão do lugar em que vivem e dos patrimônios que consideram relevantes. Em relação a essa perspectiva, destacamos o processo em que:

[...] cada grupo social torna-se capaz de atribuir significados ao próprio patrimônio e ao bem público como um todo. Têm-se um cidadão crítico pronto para a preservação. E, ainda mais, para a transformação tanto do seu entorno como da sociedade (Carvalho; Funari, 2010, p.8).

É importante ressaltar que, quando o indivíduo se sente parte relevante do entorno em que vive, passa a motivar-se, contribuindo assim para a consolidação de um sentimento de pertencimento desse local, gerando a vontade de participar na busca de soluções para os problemas, impasses e possíveis interferências que possam colocar em risco a herança cultural dessa comunidade.

Os indivíduos, quando educados seja nos espaços de educação formal ou informal, passam a compreender o lugar em que moram como fonte de modelos culturais, valores e formas de conviver e relacionar-se, que tem influências de diversas culturas e patrimônios, dessa forma, serão capazes de agir de forma ativa, protagonizando o cuidado com a cultura local, estimulando cada vez mais o desejo de preservar tudo que envolve esse patrimônio local.

Ainda no que concerne ao conceito de patrimônio, é importante ressaltar que ele está ligado aos bens produzidos pelos antepassados e que resultam em experiências e memórias, tanto coletivas quanto individuais. Essa herança adquirida pode fornecer informações significativas sobre a história de um país e do passado da sociedade, contribuindo, assim, para a formação da identidade de um povo, gerando uma ligação entre o cidadão e suas raízes. (Rocha, 2012). Conforme Lima (2005), a população tem aprendido a olhar para o patrimônio como um bem que representa identidade e que exalta o valor de uma cultura, um retrato de um tempo histórico e de manifestações culturais, sendo que há um redescobrimento do local em contraposição ao global.

No entanto, é importante mobilizar a comunidade para realizar a tarefa de preservação do patrimônio cultural. O direito à memória é garantido quando a comunidade toma consciência do seu papel de guardião do próprio patrimônio, passando a agir diretamente no impedimento da degradação e da destruição do meio ambiente, imóveis e objetos culturais. Destacamos, assim, que a melhor forma de preservar o patrimônio cultural é por meio do respeito e interesse do próprio povo em assegurar a proteção dos testemunhos de uma cultura, o que permite o exercício pleno da cidadania e a perpetuidade desse patrimônio para as próximas gerações.

2.4 O ensino de história e a Educação Patrimonial

Um dos pontos primordiais nesta pesquisa é realizar um estudo que tem como foco a Educação Patrimonial no ambiente escolar, e como ela pode colaborar no sentido de uma educação transformadora, pois, *a priori*, acredita-se que esta será vista como incentivadora de ações para conservação, preservação e valorização dos bens culturais. No entanto, torna-se necessário ações e atividades educativas dentro do ensino de História, que possam combater a degradação e a desvalorização do patrimônio cultural.

Dito isto, destacamos que a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida no ambiente formal de ensino (escolas) ou informal (comunidade, associações de bairro, museus, parques ambientais) e, dessa forma, pode-se dizer também que bens tangíveis tais como fotografias, documentos, sítios arqueológicos, prédios históricos, reservas ambientais, monumentos, paisagens naturais, praças, parques ecológicos, por exemplo, são considerados patrimônios culturais, que fazem parte do cotidiano da comunidade e que devem ser valorizados para que sejam preservados.

Nesse aspecto, devemos pensar o patrimônio de forma ampliada e condizente com a realidade dos alunos, fazendo-os refletir como está atualmente a sua relação com estes patrimônios e se eles têm a consciência que suas vidas no âmbito pessoal, comunitário, público e privado, estão atrelados ao patrimônio cultural. A Educação Patrimonial, nesse sentido, apresenta-se com o intuito de desmistificar o senso comum, fazendo com que os estudantes e a comunidade em geral percebam a sua casa, sua escola, o seu bairro, como patrimônios culturais pertencentes à sua história. Acreditamos que, para a efetivação da Educação Patrimonial no contexto escolar, precisamos atentar para a realidade dos estudantes, isto é, possibilitar suas atuações na significação dos bens culturais e na participação nas soluções dos problemas.

Partindo desse pressuposto, o ensino de História deve promover e viabilizar a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos.

A pesquisa em questão sobre a Educação Patrimonial aconteceu, conforme já mencionado, no IEMA, escola da rede estadual do Maranhão. Desse modo, entendemos que é necessário apresentar e ter como base os documentos norteadores da rede de ensino do Estado do Maranhão, entre os quais destacamos inicialmente o *Caderno de Orientação Pedagógica (2023)*, onde afirma-se que “em todos os componentes curriculares deve ser planejado o trabalho com a história, a geografia, a cultura, e a literatura da localidade (município, região, Estado), pois fazem parte do currículo, integrando a Base Nacional Comum Curricular⁷.” Como pode ser observado, recomenda-se o ensino de História pautado na interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento, envolvendo a cultura e o estudo do local que os estudantes pertencem. Ainda assim, é necessário deixar claro os principais documentos normativos em nível federal e estadual que regem o ensino de História e suas respectivas fundamentações teóricas envolvendo o tema da Educação Patrimonial no currículo do ensino médio.

Em primeiro lugar, é primordial elaborar um levantamento da disciplina escolar de História, apresentando o caminho percorrido pela disciplina na educação brasileira ao longo do tempo. Para tanto, faz-se necessário efetuar um levantamento bibliográfico nos principais documentos, e entre estes, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais⁸ (PCN'S). No que se refere aos conhecimentos da disciplina de História no ensino médio, os Parâmetros afirmam que:

A História para os jovens do Ensino Médio possui condições de ampliar conceitos introduzidos nas séries anteriores do Ensino Fundamental, contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania. O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro. (PCN'S, 2000, p.21)

⁷ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br>>

⁸ A presente versão, já levando em conta as disposições do Parecer nº 15, que integra a Resolução nº 3/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, contou com a participação de especialistas e professores do Ensino Médio e levou em consideração os documentos produzidos para reflexão e as primeiras versões para a área, bem como as discussões e críticas a que foram submetidas. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br>>

O ensino de História, portanto, está interligado diretamente à construção da identidade do indivíduo na sociedade, contribuindo na sua interação com os diversos grupos dos quais faz parte. Da mesma forma, no que concerne ao ensino de História, os PCN's do ensino médio da Área de Humanas especificam que:

A História, enquanto disciplina escolar, ao se integrar à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, possibilita ampliar estudos sobre as problemáticas contemporâneas, situando-as nas diversas temporalidades, servindo como arcabouço para a reflexão sobre possibilidades e/ou necessidades de mudanças e/ou continuidades.

O ensino de História pode desempenhar um papel muito importante na construção e consolidação da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro.

Importa destacar também a valiosa contribuição da História para as novas gerações, considerando-se que a sociedade atual vive um presente sem reconhecer as relações que este presente mantém com o passado. Nos dias atuais, a cultura capitalista impregnada com a supervalorização do consumismo, fornece uma ampla variedade de tecnologias e uma ampla difusão de informações sempre apresentadas como novas, e com explicações simplificadas que as reduzem aos acontecimentos imediatos. Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a Memória, livrando as novas gerações do esquecimento de um passado que fundamental na constituição de suas identidades individuais e coletivas.

A constituição do Patrimônio Cultural revela a sua importância para a formação de uma memória social e nacional, sem exclusões, estabelecendo o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser combatido. Nesse sentido, é fundamental introduzir na sala de aula o debate sobre significado do patrimônio e sua colaboração no incentivo à preservação e compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana.

Reiterando sobre o trabalho extraclasse que pode ser realizado na escola com os alunos, a fim de proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos, a Educação Patrimonial constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa sobre as concepções e os vários tipos de patrimônio cultural existente na cidade de São Luís.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) demonstraram, portanto, uma abordagem do patrimônio relacionando o estudo do meio como proposta metodológica. De acordo com o documento, o estudo do meio é defendido da seguinte maneira:

Em um estudo do meio, o estudante não depara com a composição dos conteúdos históricos em forma de enunciados ou já classificados a partir de conceituações. Ao contrário, é uma atividade didática que permite que os alunos estabeleçam relações ativas e interpretativas, relacionadas diretamente com a produção de novos conhecimentos envolvendo pesquisas com documentos localizados em contextos vivos e dinâmicos da realidade. [...] conversando com os moradores que vivem e preservam os patrimônios históricos, pode incorporar, àquilo que já sabe, um conjunto novo de representações que inclui soluções diversas. (BRASIL, 1997b, p. 61)

Os (PCN's) propõem, assim, que o ensino de História na Educação Básica parta de temas e objetos próximos ao contexto social do educando, relacionando-os a outros tempos e/ou espaços. Entende-se que, partindo desse contexto, os alunos se apropriem do conhecimento histórico e adquiram a consciência da importância da preservação dos patrimônios de forma mais consciente.

Segundo a proposta curricular que as escolas estaduais do Maranhão devem ter como base no desenvolvimento dos seus planejamentos escolares, intitulada *Documento Curricular do Território Maranhense*⁹ (DCTMA), no que se refere ao ensino de História, o documento propõe que: o componente curricular de História, por sua vez, pretende estimular nos estudantes a concepção de sujeito histórico capaz de compreender que suas atitudes interferem na realidade e que, a partir da análise crítica das experiências históricas, é possível entender-se como sujeito transformador da sua realidade.

Dessa forma, é importante motivar o aluno para, inclusive, trazer metodologias que possam utilizar o patrimônio cultural em sala de aula como forma de ampliação dos sentidos; é importante reforçar ainda a necessidade de levar estudantes em qualquer faixa etária para visitas a museus (inclusive explorando não só as características dos objetos e sua historicidade, mas imergindo nas ações educativas propostas por essas instituições, ou aquelas que a estas se assemelham, como os memoriais, os centros culturais, os arquivos públicos, entre outras); ou ainda da utilização da metodologia da Educação Patrimonial como forma de despertar nos

⁹ Este documento se estrutura a partir de uma importante reflexão sobre o ensino médio oferecido no estado do Maranhão, desde os seus desafios aos princípios educacionais que orientam o projeto escolar e as práticas pedagógicas. (Maranhão, Secretaria de Estado da Educação. — São Luís, 2022.)

educandos a vontade de conhecer os patrimônios que compõem ou que fazem parte do seu passado ou do grupo a que pertencem e, com isso, não somente passem a valorizá-los, como também se tornem seus futuros defensores

No que concerne ao ensino de História, é interessante frisar as mudanças ocorridas em sua trajetória escolar. Segundo o historiador Christian Laville, o ensino de História, no período pós- Segunda Guerra Mundial transformou-se em uma disciplina alinhada à função primordial de uma formação para a cidadania participativa e, nessa perspectiva, deveria “desenvolver nos alunos as capacidades intelectuais e efetivas necessárias para esta forma de construção política democrática” (Laville, 1999, p. 152). Nesse contexto, a disciplina de História torna-se necessária na construção da cidadania do estudante.

Monteiro (2014) e Bittencourt (2018) corroboram ainda a ideia de que “as transformações do ensino de História têm proporcionado debates importantes relacionados a problemas epistemológicos e historiográficos, mas também quanto ao significado de sua inserção e rejeição em projetos curriculares nacionais e internacionais”. (Monteiro, 2014; Bittencourt, 2018). É possível entender, portanto, como o ensino de História veio se adaptando as questões curriculares, adaptando-se a nova realidade que as sociedades vêm passando durante este período.

Nessa linha de raciocínio, e sobre a relação entre as marcas que se transformam em bens culturais (patrimônio cultural) e a História, Mattozzi (2008) alega que:

O professor pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico-didática que façam uso dos bens culturais (arquitetônicos, monumentais, de museus, de arquivos) [...], com o objetivo de orientar os alunos para a produção de conhecimentos que dizem respeito ao território e aos bens culturais. (Mattozzi, 2008, p. 137).

Destacamos, assim, no que se refere ao que foi exposto em relação ao ensino de História e o patrimônio cultural, que é perceptível que estão interligados, e que acabam se complementando no contexto escolar através da Educação Patrimonial. São justamente essas práticas, com as atividades de aprender vendo, aprender experimentando, aprender vivenciando, que provocam marcas duradouras, transformando o patrimônio cultural em produtor de identidade e de pertencimento nos estudantes.

3 A CIDADE DE SÃO LUÍS E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Diante das concepções apresentadas pelos diversos autores e bases legais, é notório perceber que as ideias convergem entre si, deixando clara a importância e a necessidade de Educação Patrimonial; faz-se necessário, portanto, que os professores trabalhem esta temática, buscando o avanço na qualidade do ensino-aprendizagem dos alunos, sobretudo os de São Luís, visto que a capital maranhense foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural (UNESCO) em 1997, como Patrimônio Mundial da Humanidade, por aportar o testemunho de uma tradição cultural rica e diversificada, além de constituir um excepcional exemplo de cidade colonial portuguesa, com traçado preservado e conjunto arquitetônico representativo.

Convém ressaltar brevemente o contexto histórico da cidade em que está localizada a pesquisa em questão, São Luís. Por se tratar de uma cidade histórica viva, pela sua própria natureza de capital, se expandiu a partir do traçado feito no século XVII e preservou seu conjunto arquitetônico original. Atualmente, no século XXI, São Luís tem quase um milhão e duzentos mil habitantes e um enorme desafio a enfrentar na preservação do centro histórico colonial e das áreas de expansão urbana. Vale destacar ainda que São Luís tem entre suas principais atrações um Centro Histórico formado por edificações de grande valor histórico e artístico, que imprime marcos do processo da colonização portuguesa, composto por ruas e calçadas de pedras, fachadas e casarões ainda com características coloniais, revestidos por azulejos portugueses, que são tombados pelo IPHAN desde 1974.

Figura 1: Vista aérea do Centro Histórico de São Luís, Praia Grande



Fonte: site do IPHAN /<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acessado em:20/05/23. Essa área reúne cerca de quatro mil imóveis que, remanescentes dos séculos XVIII e XIX, possuem proteção estadual e federal. Entre as edificações mais significativas, estão o Palácio dos Leões, a Catedral (antiga Igreja dos Jesuítas), o Convento das Mercês, a Casa das Minas, o Teatro Artur Azevedo, a Casa das Tulhas, a Fábrica de Cânhamo, a Igreja do Carmo, entre outras. (IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>).

De acordo com o parecer da UNESCO, o “Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo notável de cidade colonial portuguesa que se adaptou com sucesso às condições climáticas na América do Sul equatorial e que tem preservado seu tecido urbano, harmoniosamente integrado ao seu entorno natural, em um grau excepcional”. Assim, o Centro Histórico de São Luís tornou-se conhecido por ser o maior conjunto de imóveis coloniais da América Latina¹⁰, pela riqueza de suas residências sendo 1432 prédios tombados¹¹ pelo Governo Federal e 4400 prédios tombados do Maranhão. (Maranhão,1997).

¹⁰ Segundo informações na reportagem intitulada “Tombado pela UNESCO, maior conjunto de imóveis da América Latina sofre com falta de recursos”. Disponível em: <https://www.brasil.estadao.com.br/noticias/geral,casarioes-de-sao-luis-correm-risco-do-desabamento,115749>. Acessado em 18/11/2023.

¹¹ Conforme, reportagem intitulada “São Luís vira Patrimônio da Humanidade. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff051215.html>. Acessado em : 20/11/2023.

Figura 2: Imagem do casarão no Centro Histórico de São Luís



Fonte: Arquivo da autora (2023)

Como afirma Lahlert (2017), atualmente, podemos ver diferentes usos dos casarões da área central, espaços que abraçam o lazer turístico e cultural, como restaurantes, pousadas, museus; comércios, feiras, lojas, prédios de serviços de administração pública, como a Secretaria de Cultura, casarões de moradia, habitação social, casarões abandonados que viraram estacionamentos ou foram reocupados por famílias.

Cabe destacar, inclusive, a importância de ressaltar o Turismo Cultural como uma atividade adequada ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural. Ou seja, a história local, a arquitetura, o folclore, a tradição, a música, a arte, o teatro, os hábitos e costumes dos habitantes da cidade de São Luís, reconhecida mundialmente por esse vasto valor cultural, que está sendo cultuado de geração a geração.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial é uma prática pedagógica que se serve justamente do patrimônio cultural como fonte primária do conhecimento, fortalecendo questões como identidade, consciência social e cidadania. Destaca-se, assim, o pensamento de Freire (2015), para quem

É importante afirmar que não basta que a Cidade seja educativa, independentemente de nosso querer ou de nosso desejo. A cidade se faz educativa pela necessidade de educar, aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. (Paulo Freire, 2015, p.28).

Como é possível perceber, entre outras questões que envolvem o estudo da Educação Patrimonial, podemos inserir a cidade e suas múltiplas dimensões, pois é um espaço vivo, dinâmico, e que está em constante processo de transformações sociais, culturais, educacionais.

Na Educação Patrimonial, o estudo do espaço urbano e suas paisagens culturais são essenciais como estímulo para que os estudantes possam conhecer e, posteriormente, compreender a paisagem urbana e suas relações com os patrimônios naturais e/ou culturais que nela se situam e se manifestam, o que não se limita apenas ao que é visível, que comumente é permeada pela superficialidade, pois:

Olhares atentos veem, num primeiro momento aquilo que está visível, a materialidade das coisas. Mas isto não basta para efetuar uma leitura da paisagem; é preciso ir além e aprender a relação entre a dimensão visível e aquela que não é, isto é, a dimensão da vida. Além de identificar as formas, é preciso dar um significado, saber por que as coisas estão naquele lugar, dispostas daquela maneira, qual é a relação entre elas e como evoluem no tempo (Panizza, 2014, p.44).

É notório perceber que através da experiência de observação presencialmente, a aprendizagem torna-se mais significativa, o que potencializa a ação educativa, uma vez que nada substitui o contato direto dos estudantes com o espaço urbano e seus patrimônios culturais.

Diante de todo esse contexto histórico, reconhecido mundialmente, é que surge a necessidade de ações mais efetivas que visem preservar este patrimônio, que vem resistindo as diversas transformações econômicas, sociais, urbanas do século XXI. Partindo desta premissa, pode-se dizer que é um enorme desafio urbano e arquitetônico a ser enfrentado na preservação do centro histórico colonial de São Luís.

A partir desse suscinto levantamento bibliográfico e histórico torna-se imprescindível inserir a escola em toda esta conjuntura, pois ela também pode ser incluída como patrimônio de uma sociedade. Assim, é de fundamental importância incentivar nos estudantes o sentimento de pertencimento e valorização do patrimônio e os valores atribuídos a ele, que se constituem como uma identidade nacional, reconhecendo o valor cultural em suas múltiplas dimensões.

No próximo tópico abordaremos o histórico do espaço que está localizado o IEMA, conhecido desde o século XVIII como a Quinta das Laranjeiras, espaço que faz parte a paisagem dos arredores da cidade de São Luís do Maranhão desde o momento da sua construção, em 1789, até os dias atuais. Com isso será feito uma breve exposição e estudo sobre as transformações sociais e econômicas que foram ocorrendo durante o tempo, analisando sua importância histórica para a sociedade ludovicense.

3.1 O Barateiro e sua Quinta das Laranjeiras, a capela e o portão armoriado

Para entender o aspecto histórico e o grau de importância do espaço que a escola (IEMA) está situada, espaço que faz parte do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís, é necessário fazer um estudo e análise dos seus principais acontecimentos com relação a esse espaço e paisagem.

A Quinta das Laranjeiras, conhecida também como Quinta do Barão, é a denominação de um complexo de estruturas localizado no trecho final do antigo Caminho Grande, atualmente localizada na rua Oswaldo Cruz, que entre os séculos XVIII e XIX era reconhecido como espaço limítrofe da área urbana de São Luís. Hoje, parte desse espaço é ocupado pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

É sob esse prisma do significado de paisagem histórica urbana que a Quinta das Laranjeiras abre uma possibilidade de análise do processo de evolução urbana da cidade para além dos limites do seu núcleo de fundação colonial.

Figura 3: Vista da localização da antiga quinta do Barão, ao lado foto da fachada do IEMA - Centro



Fonte: Na primeira imagem, vemos a localização de parte da antiga Quinta do Barão, do século XVIII. Na segunda, destaca-se o imponente prédio do Colégio dos Maristas, uma edificação quase centenária (1938), ambos localizados na Rua Grande (Oswaldo Cruz). A fotografia do prédio reformado para abrigar o IEMA está disponível no site do IEMA, acessado em 16/04/2023: <https://www.google.com.br/maps/place/IEMA+Centro++Instituto+Estadual+do+Maranh%C3%A3o>.

São Luís, em meados do século XIX, possuía muitas quintas circundando o núcleo urbano inicial. A denominação de Quinta, era incorporada pelos habitantes das colônias portuguesas, e referia-se um tipo de estrutura orgânica que foi consolidada no período medieval, sendo composta por uma unidade central, que muitas vezes herdou diretamente o nome do assento da antiga *domus* ou *paço* ou residência do senhor, ou ao assento da grande casa ou solar.

A Quinta das Laranjeiras era um sítio urbano reconhecido pelo tamanho da propriedade e pela exuberância das árvores frutíferas que ultrapassavam seus muros e enfeitavam a rua. Das quintas vinham as frutas, as verduras, os pequenos animais como porcos e galinhas e, principalmente, eram locais de descanso da elite enriquecida, que residiam em sobrados e solares no bairro da Praia Grande, no Largo do Carmo, bairro das Mercês e Largo do Palácio. Apesar de afastadas do porto e centro da cidade colonial, a esta estava ligada de forma visceral, pois eram espaços que abasteciam de víveres a área mais urbanizada. Desde sua fundação até o momento do registro patrimonial, a Quinta foi incorporada aos referenciais de limite da cidade, e sobreviveu às transformações ocasionadas pela evolução urbana que teve como auge a década de 1960. Como mostra a planta da época:

3.1.1 A trajetória de José Gonçalves da Silva “O Barateiro” em terras ludovicenses

A bibliografia sobre José Gonçalves da Silva e sua trajetória é muita extensa, mas iremos abordar os principais acontecimentos que marcaram desde a sua chegada no Maranhão. Segundo Jorge Pedreira (1992) “José Gonçalves da Silva desembarcou no Maranhão em 1777, após ter passado alguns anos aprendendo os mistérios da profissão de caixeiro na praça comercial de Lisboa.” Ele foi o primeiro proprietário da Quinta das Laranjeiras.

Considerado um dos maiores comerciantes do Maranhão durante o período colonial, o português José Gonçalves da Silva era conhecido como “O Barateiro”, e fez fortuna no período da agro exportação do algodão e arroz no final do século XVIII e início do século XIX. Rapidamente ficou reconhecida sua riqueza, estreitou relações com grandes políticos e outros comerciantes da cidade, o Barateiro ainda investiu nos rituais de sociabilidade, como jantares públicos e festas, que o integrava numa suposta rede relacionamentos com outras famílias distintas da cidade. Segundo Antônia Mota (2007, p.131), é “através dos espólios maranhenses, podemos constatar que grande parte do que auferido com a atividade produtiva cristalizava-se em construções urbanas e seu aparelhamento”.

Figura 5: Imagem de José Gonçalves “O Barateiro”



Fonte: Acervo da autora (2024)

José Gonçalves, ao final da vida, também se tornou proprietário rural, pois comprou e recebeu várias sesmarias do estado português, porém a carreira de negociante “de grosso trato” (expressão que significava a pessoa que se dedicava a

vários segmentos do comércio), foi apenas uma das várias facetas assumidas por ele na tentativa de se inserir nos grupos sociais de destaque na cidade de São Luís.

A ocupação de cargos na governança local e a escalada nos patamares militares indicavam a pretensão de se destacar socialmente. A rápida integração às redes de comércio local foi possibilitada pela ousada visão para investimentos diversificados, aspecto que Jorge Pedreira (1992) considera central na caracterização do homem de negócios que “não consistia em uma única atividade, mas em uma conjunção de atividades, que, para além do comércio por grosso, da importação e exportação, das transações bancárias, incluía diversas outras modalidades de investimentos”. Além de grande comerciante, foi banqueiro, pecuarista e produtor de algodão, atividades que na época colonial tiveram destaque no abastecimento da economia e que teve períodos de apogeu, de 1760 a 1820, especialmente para o algodão no Maranhão. Como afirma Arruda, (1980) “o Maranhão era a quarta região econômica naquela conjuntura e, ao invés de açúcar. O Maranhão exportava algodão e arroz”.

Contudo, O Barateiro continuava expandindo seus negócios com o comércio em larga escala, e a diversidade de seus investimentos somaram-se à posse de terras e escravos, para concretizar o status de negociante de grosso trato o que, em suma, já indicava uma condição de destaque perante a sociedade local. Segundo escritos da historiografia regional da época era relatado que:

No começo do século XIX [José Gonçalves da Silva] é o maior negociante da praça maranhense, grande proprietário de prédios e fazendas agrícolas, onde labutavam 1500 escravos, e o mais opulento banqueiro da terra, emprestando importantes quantias ao governo da Capitania que chegou a dever-lhe oitenta contos de réis, segundo os testemunhos de Spix e Martius (VIVEIROS, 1954, p.163).

Através da trajetória de vida do Barateiro, é possível analisar e entender como as redes de poder local da época colonial se consolidavam e o exagero quanto ao número de escravos vindos da África, percebe-se como o Barateiro soube fazer fortuna se adequando a várias atividades econômicas.

Ao alcançar certa representatividade local, José Gonçalves passou a se integrar aos diversos círculos sociais obrigatórios para quem almejava ser considerado como membro da elite local; no entanto, a externalidade da sua condição econômica foi acrescida pela instituição de uma morada nobre. Em 1797, quando faz sua justificação para ocupação da profissão de negociante de grosso trato,

procedimento necessário para a concessão do título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, José Gonçalves fez questão de achar testemunhas que atestassem sua distinção econômica e social. Esta distinção está registrada nos documentos avulsos da Capitania do Maranhão, por ocasião do envio de um Requerimento de José Gonçalves da Silva, ao príncipe regente D. João, a solicitar mercê para vincular parte dos seus bens. O registro encontra-se na caixa 153, documento n.º 10972, datado de 16 de maio de 1807, onde relata que:

Um dos maiores negociantes da dita Cidade de onde comerceia para essa Corte, e para o Porto, remetendo avultadas porções de Efeitos próprios do País em navios seus, e da praça, de que resulta ser um dos Vassalos Americanos mais úteis ao Estado, e comércio, que tem feito assaz florescer naquela parte da América [...] é caixa e administrador do contrato de carnes verdes sendo o primeiro inventor do contrato do pescado seco, para o fornecimento, e fortuna daquela Cidade, de que em outro tempo era muita falta e, além disto é o suplicante um dos Lavradores mais abastado e diligentes na cultura das terras pois que em quatro grandes Fazendas que possui e faz trabalhar assiduamente mais de 400 escravos animando deste modo a mesma Agricultura, por meio da qual se aumentam as potencias e Estados (AHU - Arquivo Histórico Ultramarino, 1807).

É notório observar a preocupação que José Gonçalves tinha em deixar registrado os bens que ia adquirindo durante sua trajetória em São Luís, com a pretensão em conquistar e aumentar seu patrimônio comercial e social perante a sociedade ludovicense. Ele conseguiu adquirir as terras para a construção da “Quinta das Laranjeiras”, supõe-se, após enriquecer com o comércio. José Gonçalves, dirigiu-se ao Senado da Câmara de São Luís para “suplicar doação de “chãos”, pedindo uma área com “trinta braças quebradas” (Braça, do latim *brachia*, antiga unidade de comprimento, equivalente a 10 (dez) palmos, ou seja, 2,2m (Brasil), 30 braças quebradas equivalem (a área de uma braça quadrada é 30×30 braças = $66\text{m} \times 66\text{m}$ = 4.356m^2).

Segundo a justificativa do Barateiro, “queria cultivá-la com plantações de árvores frutíferas para o bem comum e moradia”. (APEM, 1769, fl231). Supõe-se que esta tenha sido a origem da Quinta das Laranjeiras, pois os cronistas regionais diziam que “era a mais linda propriedade da época, nos arredores de São Luís, com uma capela de São José, alamedas, vinhedos, tamarineiras, captação d’água para irrigação e soberba resistência. (Koster, 2003, p.243).

A preservação do patrimônio e a constituição de um morgado¹² nos moldes portugueses, tendo como herdeira sua filha primogênita Maria Luísa do Espírito Santo, parece ser uma clara estratégia de constituição de uma espécie de tradição familiar, pautada na fortuna, na perpetuação do nome e na conservação das mercês adquiridas. Visto que, a primogênita tornou-se a 2ª baronesa de Bagé, ao casar-se com filho homônimo do 1º Barão de Bagé e então governador Paulo José da Silva Gama – que governou o Maranhão entre 1811 e 1819. O filho deste, que se casou com a herdeira do morgado das Laranjeiras, o então 2º barão de Bagé, veio ocupar em 1827 o cargo de presidente da província do Pará. A segunda filha, Maria Quitéria, casada com o coronel José da Silva Raposo, é a mãe da baronesa de Anajatuba, que por sua vez casou-se com o tio José Francisco Gonçalves da Silva, terceiro filho do Barateiro. Que como pode-se observar além do talento para grandes negócios, José Gonçalves contribuiu para que seus filhos conservassem a sua linhagem com “bons casamentos” realizados nas principais famílias luso-maranhenses.

Na Quinta havia um oratório privado, localizado, como era de costume, na casa-grande. Em 1811, o proprietário mandou construir, ao lado de sua Quinta, uma capela pública com entrada pela rua, a graciosa capela sob a invocação de São José.

3.1.2 A Capela de São José das Laranjeiras

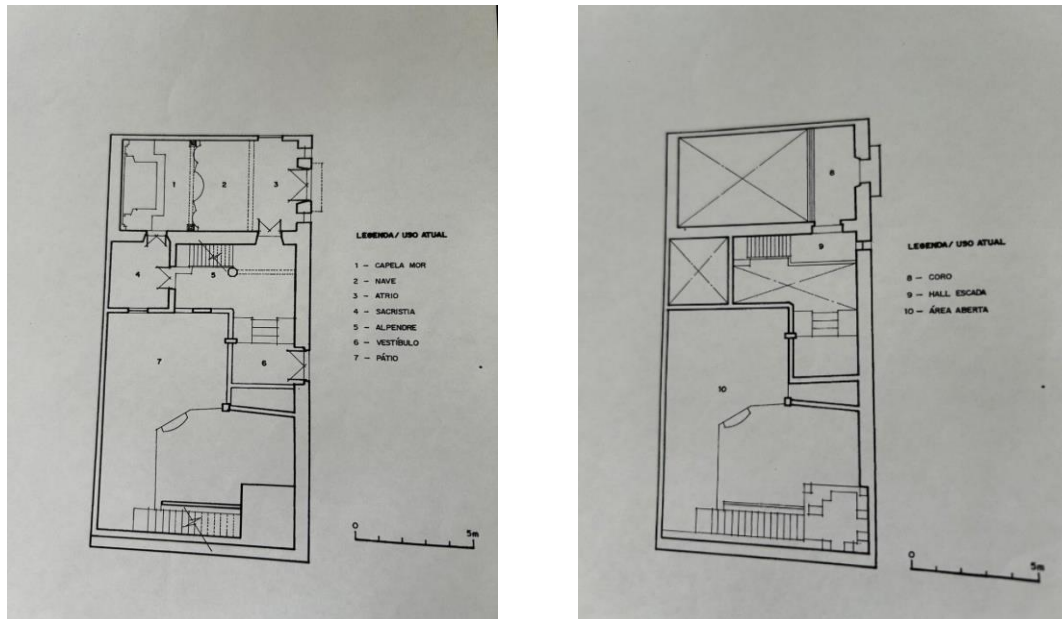
A Capela de São José, situada no antigo Caminho Grande, atual Rua Grande, faz parte dos antigos bens do morgado do Barateiro. A Capela de São José, apesar de pequena, é uma sólida construção em alvenaria de pedra e cal, madeira e ferro, pedras de cantaria e telhas.

O templo é tombado pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, conservando o caráter colonial da sua arquitetura. Hoje, a capela funciona como anexo do Museu Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão – MHAP, órgão da Secretaria de Estado da Cultura em caráter de comodato¹³.

¹² Propriedades vinculadas que, por morte de seu possuidor, eram transferidas ao filho mais velho, sem que este pudesse delas dispor, por alienação, divisão de vendas. (Michaelis. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, 2016).

¹³ [Jurídico] Contrato de empréstimo gratuito através do qual uma pessoa ou instituição entrega a outra um bem, móvel ou imóvel, sendo este restituído em tempo preestabelecido pelas partes interessadas;

Figura 6: Planta Baixa térreo da Capela de São José das Laranjeiras



Fonte: Arquivo DPHAP/MA – SECMA. Governo do Estado do Maranhão, 1997.

Segundo descrição tipológica realizada pelo IPHAN (1997), relatado no Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, no Módulo 1 – Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís. Descreve que: internamente, a planta baixa, de forma retangular, é constituída pelos seguintes ambientes: (1) Capela – mor; (2) Nave; (3) Átrio; (4) Sacristia; (5) Alpendre; (6) Vestíbulo; (7) Pátio; externamente, a planta baixa é constituída por: (8) Coro; (9) Hall de escada; (10) Área aberta.

Figura 7: Fachada da Capela de São José das Laranjeiras



Fonte: À esquerda, Capela de São José das Laranjeiras, construção do final do século XVIII, conforme o *Guia de São Luís e Alcântara*, disponível em: <https://pt.scribd.com/document/490294239/Sao-Luis-Illa-do-Maranhao-e-Alcantara-Guia-de-Arquitetura-e-Paisagem>. À direita, fotografia atual (2024) da Capela de São José das Laranjeiras, de autoria da autora.

A fachada da capela de São José das Laranjeiras, possui muitos detalhes que foram conservados desde a sua construção no século XIX, como descreve Paulo Melo Souza (1992), no livro, *Rua Grande: Um passeio no tempo*, onde faz a seguinte descrição: uma fachada de três planos retos da esquerda para a direita inclui um muro simples, sucedido por outro mais alto e que contém uma porta de madeira sendo que essa é a entrada de acesso à capela”. Ainda na fachada encontramos uma janela de madeira na parte superior, composta por balcão sacado para a rua, em cantaria. Na parte interna da Capela sua decoração possui a utilização de materiais como lioz¹⁴, detalhes artísticos bem sofisticado para a época, século XVIII, seus móveis eram feitos com talha¹⁵ bem trabalhada.

Ainda ressaltando sobre os detalhes dos elementos ornamentais encontradas no interior da Capela de São José, é importante descrevê-los visto que são de grande relevância histórica e exemplo de arquitetura religiosa, composta por: altar-mor¹⁶, arco-cruzeiro¹⁷, átrio¹⁸, nave¹⁹, capela-mor²⁰ e o copiar²¹. No que se refere às características estilísticas descritas no Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (1997), realizado pelo IPHAN, descreve-se que: Neste retábulo-mor (altar-mor) se confirma a tradição dos altares ecléticos maranhenses, onde o neoclassicismo vigente convive com uma acentuada influência barroca. Do primeiro estilo têm-se o despojamento decorativo, com os largos espaços em branco, as colunas lisas, o capitel compósito, o tratamento achatado da estrutura como um todo, sem grandes volumes e se destacarem no conjunto e a adoção de baldaquinos de forma cônica.

¹⁴ Variedade de calcário branca e dura usada em cantaria e estatuária. (Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão/César Augusto Marques, 2008).

¹⁵ Escultura ou ornato arquitetônico, em alto ou baixo-relevo, executado geralmente em madeira, por desbastamento ou entalhe. (Guia de Identificação de Arte Sacra/Raphael João Hallack Fabrino, 2012).

¹⁶ Peça da igreja, espécie de mesa, onde se fazem os sacrifícios da missa. (Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão/César Augusto Marques, 2008).

¹⁷ arco que separa a nave da capela-mor. Arco de entrada da capela-mor, geralmente revestido de talha em madeira. (Guia de Identificação de Arte Sacra/Raphael João Hallack Fabrino, 2012).

¹⁸ Entrada exterior antes de qualquer edifício. (Diccionario da Lingua portuguesa recopilado/Antonio de Moraes Silva, 1813).

¹⁹ Parte interna de uma igreja desde a entrada até a capela-mor. (Guia de Identificação de Arte Sacra/Raphael João Hallack Fabrino, 2012).

²⁰ Capela principal, onde fica o retábulo-mor de uma igreja. Guia de Identificação de Arte Sacra/Raphael João Hallack Fabrino, 2012).

²¹ Espaço que liga o interior da capela com o exterior, o que aponta para a separação entre sagrado e profano (BOGÉA, 2004, p.11)

Figura 8: Fotografia da parte interna da Capela de São José das Laranjeiras

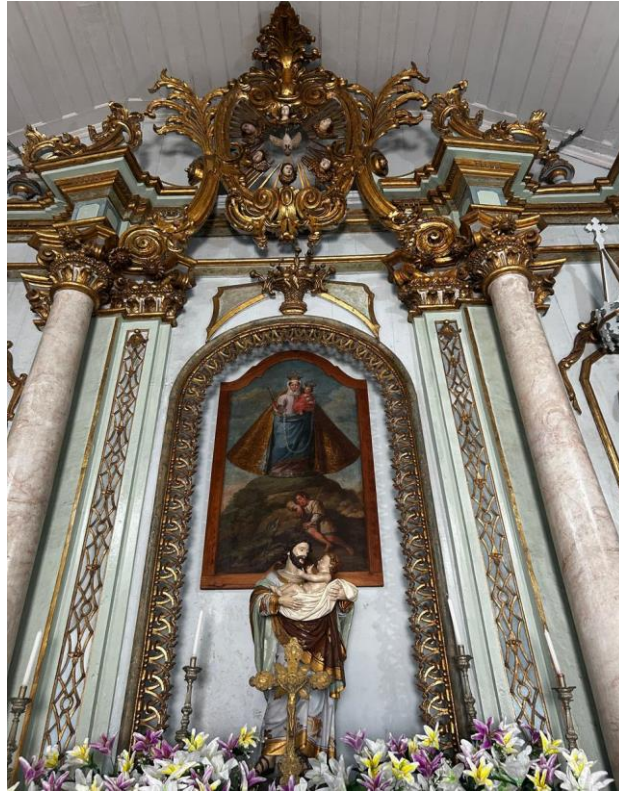


Fonte: Arquivo da autora (2024).

A imagem do orago²² da Capela das Laranjeiras é uma das mais belas peças desta invocação encontradas em São Luís, segundo estudiosos de arte-sacra, e merece um “lugar de destaque no cenário nacional” pois reflete a transição do barroco para o neoclássico. Segundo Bogéa (2004): “em relação ao acervo religioso da Capela de São José das Laranjeiras consta de: tela de Nossa Senhora da penha (óleo sobre tela), imagem de São Sebastião, de São Francisco Xavier, São José e imagem de Santa Luzia”.

²² Substantivo masculino, o santo que dá nome a uma capela, um templo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/orago>.

Figura 9: Imagem de São José na Capela das Laranjeiras e tela de Nossa Senhora da Penha



Fonte: Arquivo da autora (2024)

A capela foi inaugurada com a benção do bispo D. Luís de Brito Homem, em 1815, o que para o período se traduzia como uma honra dada apenas às famílias de alta nobreza. Após cinco anos depois de ter sido benzida a sua capela, em 22 de novembro de 1821, José Gonçalves da Silva faleceu e seus restos mortais foram sepultados na mesma, ao lado do altar-mor, onde foi colocada uma lápide em lioz português esculpida com seu brasão, conforme demonstrada na imagem a seguir:

Figura 10: Fotografia da lápide com o brasão de José Gonçalves da Silva



Fonte: Arquivo da autora (2024)

Esta lápide encontra-se na Capela da Laranjeiras até os dias atuais, do lado esquerdo na parte interna da Capela, onde as pessoas que frequentam pode observá-la; bem acima está o quadro de José Gonçalves da Silva com sua imagem e uma descrição com sua breve biografia. A capela cumpre suas funções até hoje, pois são rezadas missas e o festejo do santo que acontece todo mês de março.

Figura 11: Informe dos horários das missas da Capela São José das Laranjeiras



Fonte: Acervo da autora (2024)

Como podemos perceber a Capela São José das Laranjeiras possui um valor histórico inquestionável e que atravessou os séculos como uma edificação de grande importância sacra e que se consolidou como Patrimônio Material na cidade de São Luís.

3.1.3 O portão armoriado da Quinta das Laranjeiras

Fazendo uma retomada ainda sobre José Gonçalves com a sua morte, a Quinta das Laranjeiras passou por vários proprietários, e as edificações do morgado foram destruídas em julho de 1940, quando foi demolido o que restava da casa-grande, conservando-se apenas o portão armoriado da entrada principal para ter acesso a Quinta das laranjeiras e a Capela de São José. Com o intuito de salvaguardar algo da antiga Quinta das Laranjeiras, o governo federal realizou o tombamento da Capela das Laranjeiras e do portão da Quinta das Laranjeiras como Patrimônio Nacional em 1940, e essa foi a forma encontrada para evitar sua demolição nas obras de remodelação da cidade que estavam sendo executadas pelo prefeito Pedro Neiva de Santana, que incluíam o alinhamento da Rua Oswaldo Cruz (Rua Grande).

O portão armoriado dava acesso a entrada da Quinta, contava com um dos mais belos exemplares de brasão esculpido em pedra de lioz que representava as das famílias Gonçalves e Silva, e uma inscrição do ano de 1811 na verga da porta, ornamento que demarcava a fundação de uma casa nobre.

Figura 12: Ilustração do Portão armoriado, o brasão (em destaque) e casas lindeiras²³



Fonte: Viveiros, J. História do Comércio no Maranhão, 1954.

O portão, além da beleza arquitetônica, é um símbolo da prosperidade e riqueza de uma extinta aristocracia. No que se refere aos detalhes presentes no portão, existem pilares nas extremidades esquerda e direita, que fazem seu enquadramento, evidenciando a importância dada à entrada principal. No coroamento estão o frontão curvilíneo e os coruchéus²⁴; abaixo do entablamento, alinhado ao eixo central da porta, tem destaque um belo brasão familiar detalhadamente muito bem trabalhado rico em detalhes. A pesada porta de madeira manualmente almofadada é emoldurada por uma portada em pedras de lioz, que apresenta verga em secção de

²³ que está na divisa, confrontante (Dicionário informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/lindeira>

²⁴ Parte mais elevada ou remate superior de edifício ou torre. ((Michaelis. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, 2016).

arco abatido e cuja arquitetura exhibe elementos neoclássicos e aduela²⁵ de fecho trabalhada.

Em frente ao portão, no passeio público, encontram-se dois frades de pedra, os quais eram utilizados para amarrar animais de carga e cavalos das carruagens, antes dos visitantes entrarem na Quinta.

Figura 13: Fotografia do Portão da Quinta das Laranjeiras (atualmente)



Fonte: Arquivo da autora (2024)

É importante destacar que toda história que envolve esse espaço, as suas estruturas arquitetônicas externas, reconhecidas como patrimônio material, que são produtos de um acúmulo de processos históricos e econômicos e que por isso podem ser desvendadas com camadas de significados para a toda a comunidade que está inserida nesse âmbito.

3.2 Contextualizando o potencial patrimonial

Através do que restou da Quinta das Laranjeiras e o que ela representa para a cidade de São Luís, é possível fundamentar em sala de aula inúmeros

²⁵ A face interior ou exterior de uma das peças de cantaria que servem para formar o arco. (Michaelis. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, 2016).

assuntos: Na História do Maranhão e sua ligação com Portugal e o mundo, pois da África vinham os escravizados em levadas para fazendas de algodão. Nesse conteúdo é possível a realização de um seminário, onde cada equipe pode ficar responsável com o tema de como teve início esse processo histórico e suas consequências na economia maranhense até os dias atuais.

Outra sugestão de atividade possível de ser realizada é planejar juntamente com os demais professores e alunos, um projeto interdisciplinar que possa viabilizar a construção de um memorial, ou de um museu, que terá o objetivo de contar a história da Quinta e do estabelecimento escolar e “conscientizar os alunos da importância do mesmo em conjuntura estrutural, prédio, classes, cadeiras, e cultural, o conhecimento que se adquire neste local” (Itaqui; Villagrán, 1998). Visto ser de grande importância valorizar esse espaço que fez parte da história de várias gerações que estudaram nesse local e que é preciso que haja ações mais efetivas de conscientização e preservação.

Também é possível trabalhar a Geografia, abordando a questão dos navios dos comerciantes cruzavam o Atlântico ligando vários mundos, assim como plantas da cidade mostrando a localização de sua Quinta, do porto, da rua do Giz, onde moravam os ricos comerciantes. Os números que cercam a atividade comercial do Barateiro e suas Lojas de secos & molhados podem servir para os conteúdos de Matemática. Na disciplina de Artes podemos trabalhar o estilo arquitetônico da Capela das Laranjeiras, assim como na Biologia, podemos mencionar os gêneros exportados na época: algodão de várias espécies, arroz etc.

Principalmente, a partir do exemplo da história de vida do comerciante português José Gonçalves da Silva, trazer e discutir com os alunos as grandes navegações, o tráfico negreiro, a escravidão dos africanos, trazidos em levadas sucessivas para trabalhar nas fazendas em território maranhense. Hoje, grande parte de nossa população descende desses povos, que fazem parte de nossa História e de nossa Cultura.

As questões que poderão ser trabalhadas e refletidas nesse contexto educacional podem multiplicar-se, em diversos âmbitos não somente na escola, mas fora dela, onde tem-se a possibilidade de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos estudantes para a importância da preservação desses bens culturais, levando-os a conhecer através de visitas monitoradas o Centro Histórico

de São Luís, como também através de parcerias que a escola possa conseguir a colaboração de profissionais como: arquitetos, planejadores, arqueólogos, antropólogos, historiadores, grupos preservacionistas, entre outros, que possam contribuir para a discussão de temas complexos da atualidade, questões políticas, econômicas, sociais, sobre desenvolvimento, reconhecendo assim a importância histórica que a cidade de São Luís possui.

Corroborando com essa ideia, Bergamaschi e Stephanou (2000, p. 97) afirmam que:

Nesse sentido, caminhar pelas cidades, observar seus prédios, visitar museus, igrejas, entrevistar moradores, degustar as peculiaridades culinárias, observar práticas culturais, além de documentos produzidos em outras épocas, constitui uma possibilidade ímpar para operar com o tempo, compreender suas descontinuidades e permanências, confrontar temporalidades diversas, situar períodos históricos em relação ao presente.

Relacionar o estudo do patrimônio cultural com a realidade local que os estudantes estão inseridos é fazer com que assimilem de forma mais significativa o aprendizado desse conteúdo, não somente para sua vida escolar, mas em todos os aspectos da sua vivência.

Assim, a história local é apontada como essencial para o ensino, permitindo ao estudante a consciência do seu entorno (onde está inserido) como reafirma Bittencourt (2018), para quem é importante identificar “o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer” situando as adversidades enfrentadas na história no seu presente. (Bittencourt, 2018, p, 146).

Como já assinalado, o foco da pesquisa é propor de forma colaborativa, juntamente com os professores de História, metodologias e recursos que sejam atrativos e eficazes no processo de ensino-aprendizagem para os alunos do Ensino Médio do IEMA. Reafirmando a necessidade da inserção da temática sobre patrimônio nos currículos escolares, Oriá (2012), destaca que:

Existe uma necessidade de inclusão dessa temática nos currículos escolares de todos os níveis de ensino e introdução de conteúdos programáticos que tratem do conhecimento e conservação do Patrimônio Histórico (Oriá, 2012).

Neste sentido, é possível perceber o quanto é imprescindível trabalhar estas práticas educativas em relação ao patrimônio no processo de inclusão das escolas. Dessa forma, com o desenvolvimento de atividades pedagógicas que promovam o conhecimento e a necessidade de preservação dos bens patrimoniais,

estes servirão como elementos que serão capazes de orientar os alunos a desenvolverem um senso de responsabilidade para proteção do patrimônio em todas as suas dimensões, materiais e imateriais.

Lemos (2004) afirma que existe uma falta de esclarecimento no que se refere à preservação do patrimônio. Para ele há uma “deseducação coletiva” que só será modificada quando surgirem novos projetos educacionais voltados para essa temática, e cita o exemplo do México²⁶ que é um dos países da América Latina que desenvolve uma educação de massa voltada para a valorização do patrimônio e da memória coletiva. Para Vasconcelos (1999) a escola tem o potencial de organizar e sistematizar os conhecimentos para que se efetive seu papel formativo, possibilitando ao aluno um processo de interação com a realidade.

[...] possibilitar o confronto entre o sujeito e o objeto, onde o educando possa penetrar no objeto, apreendê-lo em suas relações internas e externas, captar-lhe a essência. [...] Conhecer é estabelecer relações; quanto mais abrangentes e complexas forem as relações, melhor o sujeito estará conhecendo (Vasconcellos, 1999, p.46).

Extrapolar os muros da escola apresentando temas de debate que fazem parte do cotidiano faz com que o processo de aprendizagem ocorra a todo momento na vida do aluno (Bezerra, 2010), dessa forma, a escola torna-se um importante espaço de discussão a envolver professores e alunos, famílias e comunidade. Cabe à escola buscar meios de repassar conhecimentos acadêmicos e de tornar sua atividade mais atrativa, comunicativa, aberta ao diálogo, convidativa e rica.

A educação propicia um exercício constante e rotineiro de reflexão sobre o passado, visando a transformação de vivências em experiências, construindo sentidos para a nossa ação no mundo atual. O processo educativo possibilita a reelaboração permanente de nossas identidades (Reznik, 2010, p 91).

Através do conhecimento, das mediações proporcionadas pela escola, pelos docentes, pressupõe-se que os alunos entendam e assimilem sua compreensão sobre o patrimônio cultural, percebendo o entendimento e o seu papel de grande relevância para a sociedade. Este resultado só será possível de ser alcançado através de um processo reflexivo, que busque atender às demandas sociais, contribuindo de forma efetiva para despertar o interesse dos estudantes em proteger e preservar os

²⁶ Com a Declaração do México, em 1985, o país iniciou um processo de Educação Patrimonial voltado para a população a fim de que essa se visse integrada aos Patrimônios Culturais nacionais. Os programas mexicanos, na América Latina, merecem destaque.

bens culturais em seus vários aspectos e entornos, possibilitando o exercício da cidadania.

3.3 Do Marista ao IEMA: Percurso histórico

Em se tratando do contexto histórico que envolve o IEMA, faz-se necessário relembrar alguns acontecimentos que fizeram parte da história deste local, que era a Quinta das Laranjeiras. José Gonçalves, o seu proprietário, antes de morrer legitimou à sua filha primogênita, Maria Luísa do Espírito Santo, para receber a herança do Morgado das Laranjeiras, instituído assim por seu pai ainda em 1812. Esta filha herdou ainda vários outros imóveis como casas, fazenda com escravos, fazendas com gado e quantias em dinheiros oriundos de empréstimos que seu pai realizava... Após a morte de Maria Luíza, o Morgado foi extinto e a Quinta passou para o coronel Teodoro José da Silva e sua esposa, até 1876, quando foi então vendida ao comendador José Maria de Freitas e Vasconcelos, por dezesseis contos de réis. Este vendeu a Quinta duas décadas depois, em 1896, aos comerciantes lusos Bernardino José Maria e Carlos Ferreira Coelho.

A Quinta, com o decorrer do tempo, através de cada arrendatário que a tomava como sua propriedade, foi se destruindo, e antes, um local arborizado com árvores frutíferas e grandes morgados, foi se tornando uma lixeira dos arredores, atraindo mosquitos, ponto de reunião de indesejáveis, e tornou-se um lugar público onde a sociedade não mais respeitava.

Em 1938, José Barreiros Coelho e sua esposa venderam o que restava da Quinta para a Arquidiocese do Maranhão, que revendeu a Quinta para a União Americana de Educação e Cultura (UNBEC), antiga Ordem Marista, que fez várias mudanças na Quinta das Laranjeiras, no intuito de construir a sede do seu estabelecimento de ensino.

A história dos Maristas inicia com dois irmãos maristas que saíram de Salvador – BA, no ano de 1908 e logo após chegaram em São Luís, e neste mesmo ano, a convite de Dom Francisco de Paula, iniciaram na cidade uma escola seguindo os padrões adotados pelos irmãos maristas. A partir desse aceite, o Colégio São Francisco de Paula, sob a direção do Ir. Marie Amedéus, concedeu seu próprio prédio anexo ao arcebispado para que os irmãos maristas pudessem utilizar esse espaço na

realização das suas atividades, entretanto, em 1920, os Irmãos Maristas tiveram que se ausentar por motivos alheios à sua vontade.

Em 1937, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta convenceu os Irmãos Maristas a retornarem suas atividades educacionais em São Luís, funcionando no prédio do Arcebispado, renomeando agora o colégio como: Ginásio Maranhense São Francisco de Paula, onde permaneceram durante 12 anos. Posteriormente, os Irmão Maristas conseguiram, em 1949, construir seu próprio prédio onde era a Quinta das Laranjeiras, no centro de São Luís, e o nomearam como Colégio Marista Maranhense, mas suas atividades só iniciaram efetivamente em 1962, e com a crescente demanda dos alunos, o velho sobrado deu lugar a um prédio moderno.

Figura 14: Prédio do Colégio dos irmãos Marista



Fonte: Oliveira (2010).

O Colégio Marista tinha bastante prestígio na cidade, já que grande parte da elite maranhense estudava nesta escola; outro ponto a ser colocado era que os irmãos maristas valorizavam muito a religiosidade, e segundo relatos de funcionários antigos, no prédio havia um espaço reservado para a realização de orações, onde localizava-se até um pequeno altar na escola. Com o passar das décadas, o colégio foi fechado e substituído por Marcelino Champagnat que também não obteve êxito para que a escola permanecesse funcionando no centro de São Luís, e o prédio foi fechado novamente.

Através do Governo do Estado do Maranhão, o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) foi criado no dia 02 de janeiro de 2015, através da Lei nº 10.385, de 21 de dezembro de 2015, com o intuito de ampliar a oferta de educação profissional, científica e tecnológica no estado. Esta criação foi publicada no Diário Oficial nº 35, p. 01, onde dispõe :sobre a reorganização do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, e dá outras providências. No capítulo 1, sobre sua natureza e finalidade:

Art. 1º Fica reorganizado o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, nos termos da presente Lei.
§ 1º O IEMA terá sede e foro em São Luís, capital do Estado do Maranhão. §
2º O IEMA se organizará por estruturas descentralizadas através de suas unidades plenas e vocacionais, que serão estruturadas em decreto próprio.

Consta na sua proposta pedagógica de todas as unidades plenas do estado do Maranhão, que deverá ser ofertada à população maranhense o Ensino Médio Integral de Formação Geral-Acadêmico e o Ensino Médio Integral Articulado à Educação Profissional, constituindo-se em um dos investimentos necessários e importantes para a concretização da oferta de educação pública de qualidade. Um fato importante de se ressaltar é que as turmas iniciadas foram com os alunos que já estavam cursando o ensino médio desde 2015, na escola estadual de tempo integral “Marcelino Champagnat”, passando estas a se constituírem nas primeiras turmas que concluíram no final de dezembro de 2016, visto terem iniciado o desenvolvimento das atividades escolares em 2014.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa nos coloca diante da natureza de um fenômeno educativo, à medida que é necessário conhecer as múltiplas determinações que o compõem da forma mais completa possível. Assim, não se pode chegar a esse conhecimento sem um caminho. Nessa perspectiva, segundo Minayo (2001, p. 17), considera a pesquisa como uma:

[...] atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a natureza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Diante do contexto de pesquisa na linha de um mestrado profissional, em que uma das perspectivas é capacitar para a prática, visando atender às demandas sociais, organizacionais ou profissionais do mercado de trabalho (BRASIL, 2009), focando na relação direta da prática docente no seu ambiente de trabalho, Fisher (2003) afirma que são voltados para a aplicação de ações, em um campo profissional devidamente definido, visando o uso de conhecimentos e métodos científicos atualizados em situações e problemas reais e mais imediatos.

Reafirmando a importância da produção científica e que o resultado de toda a pesquisa será colocado como sugestões que possam colaborar nas práticas escolares dos professores de história do IEMA, a natureza desta investigação define-se como aplicada, pois ela está voltada para a aplicação e intervenção na prática. Esse tipo de investigação como afirma Gil (2008, p.27):

[...] tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial.

Dessa forma, no desenvolvimento da pesquisa, ao analisar as diversas literaturas que tratam sobre a temática pesquisada, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, a fim de ter um amplo alcance de informações, além de nos apoiarmos na construção conceitual que envolve o objeto de estudo. Utilizamos como fontes de pesquisa materiais já produzidos como: livros, artigos científicos, dissertações, teses.

Gil (2008, p.50), afirma que utilizar uma pesquisa bibliográfica é:

[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...] A pesquisa

bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

Para os PCN'S da área de humanas (2000), "a apropriação do método da pesquisa historiográfica, reelaborada em situações pedagógicas, possibilita interpretar documentos e estabelecer relações e comparações entre problemáticas atuais e de outros tempos. Torna-se necessário, portanto, escolher métodos que auxiliem a capacidade de relativizar as próprias ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço." Assim, abre-se um amplo leque de informações que se apoiará na melhor definição conceitual do objeto de estudo.

Ferrari (1982, p. 171) enfatiza que "não obstante a finalidade prática da pesquisa, ela pode contribuir teoricamente com novos fatos para o planejamento e novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento". Thiollent (2009, p. 36) corrobora a ideia de elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções que respondam a uma demanda formulada por "clientes, atores sociais ou instituições". A partir das colocações dos autores citados, a pesquisa pode e deve ser um meio que possibilitará a construção de novos caminhos e possíveis soluções de problemas a serem resolvidos para aqueles que fazem parte do contexto estudado.

Segundo Lakatos e Marconi (2007, P.157), a pesquisa pode ser considerada "um procedimento formal como método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais".

É importante explicitar que diante da abordagem do problema, a pesquisa realizada será configurada na pesquisa qualitativa, pois, segundo Denzin e Lincoln (2006), ela envolve uma abordagem interpretativa do mundo. O enfoque qualitativo avalia o desenvolvimento natural dos acontecimentos, isto é, não há manipulação nem estimulação em relação à realidade (Corbetta, 2003). Nas pesquisas qualitativas, a reflexão é a ponte que une o pesquisador e os participantes (Mertens, 2005).

Como método de abordagem utilizamos o materialismo histórico-dialético, já que corroboramos com Frigotto (1991) ao explicitar que a apropriação teórica não tem como acontecer sem a mediação do conhecimento da realidade histórica, já que até mesmo essa apreensão se dá pelo caráter histórico do fenômeno, cuja relatividade, parcialidade e provisoriedade do conhecimento histórico-social se

constituem. O método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade, no caso, a realidade educacional que está sendo tratado na pesquisa. O método materialista histórico-dialético caracteriza-se, ainda, pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade.

Saviani (1991), discutindo a necessidade de o educador brasileiro passar do senso comum para a consciência filosófica na compreensão de sua prática educativa, aponta o método materialista histórico dialético como instrumento desta prática e explica, para isto, a superação da etapa de senso comum educacional (conhecimento da realidade empírica da educação), por meio da reflexão teórica (movimento do pensamento, abstrações), para a etapa da consciência filosófica (realidade concreta da educação, concreta pensada, realidade educacional plenamente compreendida). Sobre estas questões, escreve:

Com efeito, a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Assim, aquilo que é chamado lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento se daria pois da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. (Saviani, 1991; p.11)

Uma grande contribuição desse método para os educadores, no sentido de auxiliar na tarefa de compreender o fenômeno educativo, diz respeito à necessidade lógica de descobrir, nos fenômenos, a categoria mais simples (o empírico) para chegar à categoria síntese de múltiplas determinações (concreto pensado). Isto significa dizer que a análise do fenômeno educacional em estudo pode ser empreendida quando conseguimos descobrir em sua forma mais simples a compreensão plenamente o fenômeno observado.

Quanto ao método de procedimento da pesquisa, utilizamos o Estudo de Caso, visto que se centra na compreensão do contexto real que Yin (2001, p. 32) cita ao afirmar que “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Através do Estudo de Caso

é possível coletar informações concretas sobre algo que pretendemos compreender e investigar.

O Estudo de Caso refere-se ao estudo minucioso e profundo de um ou mais objetos (Yin, 2001), podendo permitir novas descobertas de aspectos que não foram previstos inicialmente. De acordo com Schramm (apud Yin, 2001), a essência do estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão, ou um conjunto de decisões, seus motivos, implementações e resultados. É percebido através das percepções dos autores, que através do estudo de caso, a pesquisa vai tornando-se um espaço aberto a vários esclarecimentos que antes era visto como um campo duvidoso.

Martins (2006, p. 11) ressalta que “como estratégia de pesquisa, um estudo de caso, independentemente de qualquer tipologia, orientará a busca de explicações e interpretações convincentes para situações que envolvam fenômenos sociais complexos” e, também, a elaboração “de uma teoria explicativa do caso que possibilite condições para se fazerem inferências analíticas sobre proposições constatadas no estudo e outros conhecimentos encontrados” (Martins, 2006, p.12). Conforme demonstrado pelo autor, é possível perceber as possíveis situações encontradas de alguma dificuldade poderá ser solucionada através dessa estratégia de pesquisa.

Nesse âmbito, o Estudo de Caso organizou-se de modo a compreender as estratégias utilizadas pelos professores de história no IEMA, a fim de colaborar no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes e buscar o entendimento sobre o que eles compreendem sobre a temática da Educação Patrimonial; com isso, será necessário identificar as concepções teóricas e metodológicas que asseguram o trabalho dos professores.

Na coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, que é “adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”, conforme Selltitz et al. (1967, p. 273). Assim, as entrevistas foram direcionadas aos sujeitos da pesquisa, os professores de História, divididos nos turnos matutino e vespertino, e à coordenadora pedagógica, na busca de alinhar as ideias sobre a pesquisa.

Ainda sobre o processo de coleta de dados, utilizamos questionários, já que este instrumento possibilita obter informações acerca do grupo que está sendo estudado. Os questionários, conforme Gil (1999, p. 128) define-se “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões

apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” As informações obtidas através do questionário permitirão observar as principais características dos professores que estão participando da pesquisa. O tipo de questionário utilizado na pesquisa foi o que combina perguntas abertas e fechadas, e esta opção deveu-se ao fato de que, através desse tipo de questionário, o entrevistado não ficasse restrito a somente perguntas de múltiplas escolhas, mas que também tivesse liberdade na escrita para expressar suas respostas.

Após a coleta de dados, com o propósito de analisar as informações adquiridas, é imprescindível a tabulação destes dados, tendo em vista a elaboração de orientações. Esta fase tem como pressuposto a teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anteriormente coletada e o que a investigação de campo aponta em sua contribuição. Contudo, posterior a fase da coleta de dados é a da análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de serem distintos, aparecem constantemente relacionados, como afirma Gil (1999):

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p.168).

Os processos de análise e interpretação diversificam significativamente devido a diferentes percursos da pesquisa, visto que no processo de levantamento dos dados, constitui tarefa simples identificar e ordenar os passos a serem seguidos, pois pressupõe-se que nos estudos de caso não se pode constituir num esquema rígido de análise e interpretação.

Para efeito de análise dos dados, a dimensão subjetiva na qual a pesquisa qualitativa se submete, é importante dizer que a flexibilidade na análise dos dados, se constitui na forma pela qual os dados serão organizados. O último passo do processo de análise e interpretação dos dados, segundo a classificação apresentada por Gil (1999), diz respeito à interpretação desses dados. Visto que, a análise e a interpretação são dois processos da pesquisa estão estreitamente relacionados.

Entendemos que o professor-reflexivo/pesquisador, segundo Schön (2000), Zeichner (1993), Stenhouse (1987) e André (2001), investiga as atividades docentes e não somente busca meios para realizá-las ou torná-las mais dinâmicas. Logo, tem por finalidade repensar sua prática, sua ação docente e seus saberes, a fim

de efetivar um processo de ensino aprendizagem mais significativo aos sujeitos desse processo.

Nesse sentido, é necessário articular e realizar um estudo coletivo que proporcione uma interação maior com tudo o que já foi coletado. Dessa forma, será proposto um encontro com professores de História do Ensino Médio, para socializar a construção do nosso produto, um Manual Didático-Pedagógico voltado para as estratégias metodológicas específicas utilizadas pelo professor, a fim de desenvolver as competências e habilidades de com os estudantes, bem como a partir de então corroborar com os docentes.

Neste contexto pretende-se ao final do processo ter como produto educacional, fruto dessa investigação este referido Manual Didático-Pedagógico contendo Educação Patrimonial, para que seja relevante para a organização do trabalho pedagógico através das estratégias de ensino, e que repercuta positivamente na resignificação da prática dos professores do Ensino Médio do IEMA e, conseqüentemente, seja de grande importância na aprendizagem dos estudantes.

Para reafirmar a relevância da construção de um Manual Didático-Pedagógico que auxilie no trabalho docente, Ferreira (1986, p.415) explica que a palavra “manual” remete ao propósito de “levar às mãos dos leitores”, de forma clara e acessível, os saberes que fundamentam a prática docente. Uma breve incursão pelos significados do termo “manual” permite articulá-lo ao sentido de “pequeno livro” ou “livro que contém noções essenciais acerca de uma ciência, de uma técnica, etc. Com isso, percebemos com o uso do manual pode tornar uma ferramenta importante que irá auxiliar na prática do professor.

Dessa forma, propõe-se através do Manual Didático-Pedagógico, elencar orientações metodológicas baseado nos dados levantados e analisados, elaborar juntamente com a equipe pedagógica e docentes um material que contenha elementos conceituais, metodológicos, recursos ilustrativos, com o objetivo de contribuir no desenvolvimento e aprimoramento das aulas.

O Manual articula-se no sentido de que é necessário subsidiar o professor de informações e orientações técnicas para que possa motivar os estudantes, efetivando, assim, as competências e habilidades necessárias sobre a Educação Patrimonial.

O trabalho com o patrimônio não pode ser uma simples acumulação de conhecimentos. Ele deve ajudar à estruturação do tempo e do espaço, a

desenvolver a educação dos sentidos e, mais particularmente, a capacidade de ver, a despertar a curiosidade, a partir para a descoberta do outro. Além desses, há objetivos muito ambiciosos, mas estimulantes: tornar o aluno mais responsável, levá-lo a fazer escolhas, propor uma reflexão crítica, apropriar-se do território em que vive..." (Icher, 2008, p. 158).

Diante desta perspectiva, o objetivo que se deve ter em vista, portanto, é o de despertar no educando a curiosidade, ampliar a compreensão pela observação do mundo vivido, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, é de levá-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo; desse processo é que decorre o compromisso com a preservação.

Portanto, através das várias ações que a escola pode desenvolver sobre Educação Patrimonial (além de disponibilizar recursos acessíveis, consistentes e pertinentes com a realidade que os professores vivenciam em sua sala de aula) acredita-se que a utilização do Manual Didático Pedagógico servirá como apoio necessário para a implementação de ações educativas de apropriação, valorização e preservação do Patrimônio Cultural da sociedade.

4.1 Caracterização do campo da pesquisa

A pesquisa teve como locus o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), localizado à Rua Oswaldo Cruz, 954, **Centro. São Luís** – MA. A referida escola atende à etapa do Ensino Médio pela rede Estadual de Ensino (SEDUC).

Vejamos a fachada atual do prédio:

Figura 15: Prédio do IEMA - Pleno no Centro de São Luís



Fonte: Arquivo da autora (2024)

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), foi inaugurado no ano de 2015, na gestão do governador Flávio Dino, e oferece ensino médio, técnico e superior, contemplando também, de forma não dissociada, o ensino, a pesquisa e a extensão, na área tecnológica e no âmbito da pesquisa aplicada. Durante a sua trajetória até os dias atuais, o IEMA proporcionou vários projetos com os estudantes.

Antes de ser iniciada a pesquisa e a observação no Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), protocolou-se um pedido de autorização para o gestor escolar, para que fosse permitido a realização da pesquisa. O pedido foi feito por meio de uma Carta de Apresentação (ANEXO A), e após a autorização da pesquisa pelo gestor, passou-se a fazer as visitas no local.

Com o início das visitas na escola, foram realizadas observações para conhecer o lócus da pesquisa e os participantes: os professores de História da instituição. Durante o desenvolvimento das visitas, entregamos o questionário à equipe pedagógica da escola, para a coordenadora pedagógica e ao gestor pedagógico, com o intuito de buscar informações em relação aos aspectos físicos e

históricos da escola, documentos norteadores da ação pedagógica, bem como o quantitativo de professores, equipe pedagógica e estudantes do IEMA.

Através do questionário (APÊNDICE A) coletou-se as seguintes informações em relação aos questionamentos anteriormente citados: o IEMA, no ano de 2024, matriculou 656 alunos, distribuídos nos turnos matutino e vespertino. A estrutura física da escola está organizada em espaços amplos e adequados, distribuídas em: 18 salas de aula equipadas com quadro branco, luminárias, ar-condicionado; possui ainda 01 sala de diretoria, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 biblioteca, 01 laboratório de áudio e vídeo, 01 sala de recursos, 01 laboratório de informática, 01 cozinha, 01 refeitório, 02 banheiros para docentes e 18 banheiros para discentes.

O quadro a seguir apresenta o roteiro de perguntas que nortearam a entrevista com a equipe pedagógica em relação aos aspectos físicos.

Quadro 1: Roteiro do questionário destinado a equipe pedagógica sobre os aspectos físicos da escola

Aspectos físicos da escola	Quantitativo
Diretoria	01
Secretaria	01
Salas de Aula	18
Salas de Professores	01
Biblioteca	01
Laboratório de Informática	01
Laboratório de áudio e vídeo	01
Salas de Recursos	01
Cantina	01
Refeitório	01
Banheiros de Professores	02
Banheiro de Estudantes	18

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2024).

Internamente, observou-se que as salas são amplas, com capacidade para receber até 45 estudantes, com espaço suficiente para atividades como roda de conversas, apresentação de seminários, jogos interativos entre outros trabalhos.

Figura 16: Imagens internas do IEMA



Fonte: Pesquisa empírica (2023)

Figura 17: Imagens da Sala de aula do IEMA



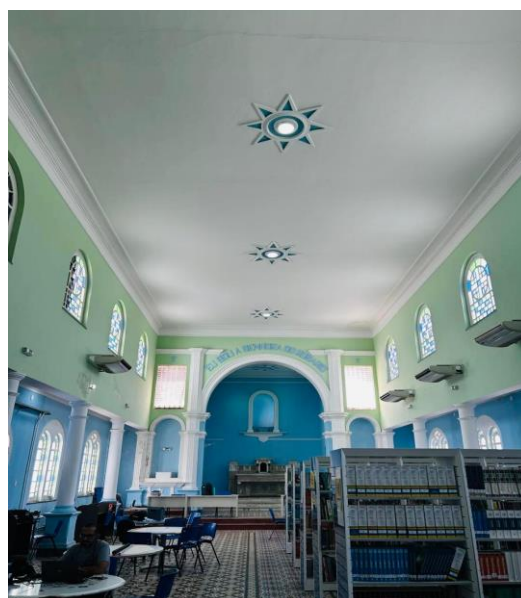
Fonte: Pesquisa empírica (2023)

A biblioteca tem um espaço amplo e agradável, o que colabora de forma significativa na aprendizagem dos estudantes. O acervo é composto por livros dos mais variados campos de saberes: literatura infanto-juvenil, livros científicos e didáticos e outros materiais que são utilizados como recursos didáticos. Interessante destacar que, na visita da biblioteca do IEMA, mesmo depois de várias mudanças estruturais que ocorreram durante a transição do Colégio Marista até aos dias atuais, observamos um pequeno altar, e segundo relatos de funcionários mais antigos, a presença do altar significa que esse local, quando funcionava o Colégio Marista, era utilizado para realizar momentos de oração, visto que os irmãos Maristas valorizavam muito a religiosidade.

Figura 18: Biblioteca do IEMA



Fonte: Pesquisa empírica (2023)



No que se refere ao aspecto administrativo, o IEMA possui 86 funcionários (as), sendo: 01 Gestor geral, 01 Gestor Administrativo, 01 Gestor Pedagógico, 06 coordenadores pedagógicos, 05 profissionais que compõem a Equipe multidisciplinar (enfermeira, psicóloga, assistente social e psicóloga), como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 2: Quantitativo de funcionários do IEMA

Funcionários	Quantitativo
Gestor Geral	01
Gestor Administrativo	01
Gestor Pedagógico	01
Coordenadores Pedagógicos	06
Professores	71
Equipe Multidisciplinar	5
Auxiliares de limpeza	08
Cozinheiro (a)	07
Agentes de portaria	03

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Em relação aos aspectos pedagógico-administrativos, o IEMA possui os seguintes documentos norteadores para o desenvolvimento das ações pedagógicas e administrativas: Regimento Geral²⁷, proposta pedagógica das unidades plenas do IEMA, e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2023-2027).²⁸ Segundo o gestor pedagógico, através dessas regulamentações redigidas pela Secretaria de Educação do Maranhão – SEDUC, a escola se orienta para organização dos seus aspectos pedagógicos e administrativos, desenvolvendo ações a partir da sua realidade.

4.2 Participantes da Pesquisa

Participaram da pesquisa, denominados também sujeitos da pesquisa, as docentes da disciplina de História, uma coordenadora do Ensino Médio e um gestor pedagógico.

²⁷ Art. 1º - O Regimento Geral é o conjunto de normas que disciplinam as atividades comuns dos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições emanadas da Lei nº 10.385, de 21 de dezembro de 2015, que reorganizou o IEMA. (Estado do Maranhão, Diário Oficial, poder executivo, São Luís, 08 de abril de 2016).

²⁸ O PDI IEMA é um instrumento de gestão que norteia a Instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão, aos seus objetivos estratégicos e às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações. (IEMA – Plano de desenvolvimento institucional 2023-2027, Governo do Maranhão).

4.3 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

Os instrumentos de coleta de dados que utilizamos na pesquisa foram a entrevista semiestruturada e questionários. Este último foi elaborado como um guia de perguntas contemplando os principais pontos abordados nesta pesquisa, (APÊNDICE A), (APÊNDICE B), com o intuito de conhecer a experiência que sujeitos da pesquisa possuem com o tema apresentado.

Como dito anteriormente, as entrevistas foram realizadas com a equipe gestora e as professoras de história do IEMA, que demonstraram acolhimento e empatia durante este processo de escuta e registro de informações imprescindíveis para o processo de desenvolvimento da pesquisa. Corroboramos com o conceito de entrevista segundo Miguel (2010, p. 2), quando compreende que este instrumento de coleta de dados permite uma interação ativa, entre pesquisador e pesquisado:

A entrevista, nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em seus mais diversos usos das Ciências Humanas, constitui-se sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano.

Como dito anteriormente, o tipo de entrevista desenvolvida foi a semiestruturada, que segundo Richardson (1999) consiste num conjunto de perguntas pré-elaboradas, podendo, entretanto, surgir outras a partir das respostas dos entrevistados. A representação gráfica da forma de análise dos dados se deu por meio de quadros e fotografias. Os quadros estão dispostos ou materializados nas respostas dos participantes (gestor escolar e os docentes).

A prática da pesquisa na investigação sobre a atuação dos professores, perpassa por momentos desafiadores, porém, enriquecido de conhecimentos e trocas de experiências sob sua perspectiva no dia a dia da escola. Por meio da pesquisa, o(a) profissional é capaz de elencar etapas, atenuar reflexões, elaborar conhecimentos e conseguir objetivos propostos.

A organização da pesquisa se constituiu em três momentos: o primeiro momento foi executado através de conversas informais, aplicação dos questionários e a realização das entrevistas dos(as) participantes da pesquisa presencialmente, onde obtivemos elementos contribuintes de natureza metodológica, partindo da problemática em questão.

Figura 19: Registro do momento da aplicação do questionário com as professoras de História



Fonte: Pesquisa empírica (2023)

Vale destacar que os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa possibilitaram descrever com maior clareza a redação dissertativa, registrando os momentos de escrita e pesquisa em lócus. Tais momentos, possibilitaram a interpretações dos dados obtidos por meio dos participantes, que compartilharam o seu entendimento sobre a temática apresentada.

O questionário é um procedimento de natureza qualitativa muito importante, pois se trata de uma ferramenta que serve de coleta de dados. Um questionário se destina a um estudo investigativo, para fins de se obter informações que serão analisadas ao longo do processo (GIL, 2009). Para a coleta de informações com os professores, o questionário foi composto de sete perguntas, sendo duas fechadas e cinco abertas, relacionadas ao tema investigado.

O Quadro 3, a seguir, mostra o roteiro das perguntas que nortearam o questionário realizado com as professoras (APÊNDICE B)

Quadro 3: Roteiro de questionário com os professores de história

Nº	Questionário para professores	
01	Qual sua área de formação? Há quanto tempo leciona em sua área?	_____
02	Qual a sua concepção teórico-metodológica em relação a Educação Patrimonial?	
03	Em relação a Educação Patrimonial, qual é o seu grau de entendimento? Possui algum curso de formação continuada referente à temática?	
04	Que tipos de recursos ou ferramentas metodológicas você utiliza com os estudantes?	a) () livro didático, jornais ou revistas b) () textos manuais c) () computador com projetor d) () celular com acesso à internet e) () outros
05	A Educação Patrimonial é contemplada no Planejamento docente ou no Projeto Político Pedagógico?	a) () Sim, de que forma? _____ b) () Não
06	Na sua opinião, quais são as principais dificuldades encontradas no Ensino de História em sua prática educativa em relação ao trabalho com a Educação Patrimonial?	
07	Considerando as dificuldades relatadas, se você pudesse sugerir a elaboração de um material didático-pedagógico para auxiliar nesse trabalho com a Educação Patrimonial, o que você indicaria no que se refere (a) (ao):	a) Tipo de material (livro, manual didático, guia de orientações, etc.) _____ b) Objetivo (O que você deseja que ele apresente para ajudar-te em sua prática) _____ c) Atividades _____ d) Outras informações _____

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O segundo momento relacionou-se à observação do seminário apresentado pelos alunos sobre os Povos Originários do Maranhão, onde foi apresentado quem eram os grupos indígenas maranhenses, o acervo arqueológico e etnológico dos povos originários e políticas públicas indigenistas no Maranhão. Na ocasião, foram apresentados pelos estudantes do Ensino Médio a cartilha que descreve toda a pesquisa realizada por eles intitulada “Hê, como encontrar o patrimônio cultural indígena no centro histórico de São Luís”. O trabalho foi conduzido pelas professoras de história do IEMA, e a apresentação dos alunos aconteceu de

forma tranquila e bem explanada pelos mesmos, que demonstraram domínio do conteúdo proposto.

Figura 20: Participantes do Seminário “Hê, como encontrar o patrimônio cultural indígena no Centro Histórico de São Luís”.



Fonte: Pesquisa Empírica (2023)

Pimenta (1997, p. 12-13) acentua que o protagonismo do educador é primordial para o êxito das propostas implementadas em sala de aula. Segundo a autora, “a formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório. Desenvolver pesquisas, nessa tendência, implica em posições político-educacionais que apostam nos professores como autores na prática social”. É nesse sentido que valorizar a prática docente se coloca como base primordial para o êxito da aprendizagem dos alunos em sala de aula, como também em atividades extraclasse.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A proposta da pesquisa constituiu-se de um levantamento inicial para fornecimento de dados significativos através de entrevistas semiestruturada realizadas através de questionários, conforme já mencionado, destinados às professoras de história do IEMA, partindo da proposta central da pesquisa e do objetivo, para obter informações significativas acerca da prática.

Na perspectiva de preservação das identidades dos participantes da pesquisa, optamos por citar nomes de personagens fictícios, que contribuíram para a liberdade de expressão, deixando os participantes confortavelmente para expor suas concepções sobre a temática e como a desenvolvem em sua prática docente. Vejamos os nomes selecionados: “Maria Firmina dos Reis” e “Angela Merkel”.

A seguir, apresentamos as respostas de cada participante de acordo com o roteiro de perguntas explanado através dos questionários realizados, através dos seguintes quadros.

Quadro 4: Sobre a área de formação do docente e quanto tempo leciona na área.

Participantes	Respostas
Maria Firmina dos Reis	História, leciona há 27 anos
Angela Merkel	História, leciona há 21 anos

Fonte: Pesquisa empírica (2024)

Consideramos a escola como espaço primordial onde acontece a intervenção pedagógica, e o professor como mediador da formação do aluno, e percebemos a necessidade e a importância no exercício de sua atividade docente, que os profissionais envolvidos tenham a formação condizente e específica para tal prática. Isto posto, observamos que os professores questionados sobre suas formações possuíam a formação necessária para o pleno desenvolvimento e a difusão do conhecimento, voltada à pesquisa, à socialização de suas experiências durante a prática educativa e para a melhoria da qualidade de ensino. Como enfatiza Schwartz (1997), “a experiência viva do trabalho ocasiona sempre “um drama do uso de si mesmo, uma problemática negociação entre o uso de si por si mesmo e o uso de si pelo(s) outros(s)”; ou seja, o professor com experiências e vivências, carrega sua

identidade, como também marcas de sua própria atividade, e com o passar do tempo, o trabalho modifica o trabalhador e sua identidade também se transforma.

A discussão sobre Educação Patrimonial na disciplina de História permite várias possibilidades de diferentes leituras e interpretações de fontes históricas, dos espaços culturais, da memória, da produção de narrativas e da constituição da identidade. Dessa forma, é possível dizer que essa temática pode colaborar para a compreensão do universo sociocultural em que o indivíduo está inserido. Concebendo a cidade de São Luís com uma riqueza cultural diversificada, onde o professor pode trabalhar e favorecer o entendimento sobre pertencimento, valorização, manutenção dos bens materiais e imateriais que fazem parte da cultura local dos estudantes, a Educação Patrimonial pode encaminhar para as investigações destas composições culturais e históricas. Neste sentido, dirigimos aos participantes da pesquisa o seguinte questionamento: qual concepção teórico-metodológica que possuem em relação a Educação Patrimonial? Abaixo, reproduzimos as respostas obtidas.

Quadro 5: Concepção teórico-metodológica em relação a Educação Patrimonial

Participantes	Respostas
Maria Firmina dos Reis	“A Educação Patrimonial é um campo de atuação “em construção, não consolidado, amplo, diverso e contraditório, não fundamentado suficientemente, multidisciplinar e interdisciplinar por natureza”.
Angela Merkel	“A promoção de momentos de reflexão e discussão sobre a proteção e valorização do patrimônio cultural. As reflexões e discussões giram em torno da cidadania e da responsabilidade crítica e cidadã com o patrimônio cultural, contribuindo com sua própria história e identidade. Esta prática que associa memória e aprendizagem está fundamentada na teoria histórico-cultural, pois a memória cultural permite que o sujeito internalize as condições objetivas da vida em sociedade e, ao mesmo tempo, se constitua como sujeito social. A memória é, portanto, condição para a formação de conhecimento. No entanto, não é a memória da simples repetição, mas a memória de criação. O uso da memória é para que, através das análises dos fatos seja possível, construir o novo.

Fonte: Pesquisa Empírica (2024)

Analisando as respostas dos participantes, podemos dizer que concebem a Educação Patrimonial como algo muito diversificado que precisa ser construído e ser promovido espaços de diálogo, para que esta colabore na construção de uma história que contribua com a formação da memória e da consciência histórica.

Podemos pensar a Educação Patrimonial como incentivadora do conhecimento histórico e que pode funcionar como um instrumento de ensino, como propõe José Newton Coelho Meneses (2018, p.129):

No caso do ensino, a discussão do patrimônio estimula um processo de observação, de registro crítico e de busca de significação. Como método pedagógico, a exploração do patrimônio histórico-cultural promove uma apropriação de informações oriundas da pesquisa histórica e as apresenta ao aluno no encontro com a realidade de sua sociedade historicizada. Tal estímulo costuma ser fundamental na indução de habilidades cognitivas, que colocam o estudante frente ao problema histórico concreto, parte de sua vivência, exemplo de sua experiência cotidiana. Dessa forma, o patrimônio estimula a busca de conhecimento da História pela problematização do cotidiano e não pela produção de informações e pela memorização. Por outro lado, acrescenta à observação e à exploração crítica a possibilidade de intervenção através da discussão e da busca de ações de preservação e de salvaguarda. (Meneses, 2018, p. 129).

É notório observar que as opiniões convergem no mesmo sentido quando analisamos a importância que o estudo do patrimônio exerce no estímulo na busca dos conhecimentos, possibilitando através da história colocar o aluno diante de várias possibilidades de conhecer sua própria história e identidade.

Em relação ao termo Educação Patrimonial, notamos que existem muitos questionamentos acerca de suas concepções, e que este sempre foi alvo de debates e discussões, visto que é um tema muito abrangente e que envolve a utilização dos bens culturais, de natureza material e imaterial, que servem como recursos educacionais. Podemos dizer também que é centrado no processo educativo voltado para o patrimônio cultural, visto que este processo permite aproximar a sociedade dos seus bens culturais ampliando o entendimento da história passada para agir no presente.

Neste sentido, foi indagado, aos entrevistados o que eles sabiam, ou o seu grau de entendimento em relação à Educação Patrimonial e se possuíam algum curso de formação referente a esta temática.

Quadro 6: Entendimento sobre Educação Patrimonial e se possui curso de formação continuada sobre a temática

Participantes	Respostas
Maria Firmina dos Reis	“Considero a Educação Patrimonial como parte integrante do meu fazer pedagógico nas aulas de História, como um campo de práticas voltadas para o patrimônio histórico, cultural e ambiental de nossa cidade, São Luís do Maranhão. Possuo Mestrado em ensino de história, onde tive uma disciplina específica sobre Educação Patrimonial.”
Angela Merkel	“É um processo educativo concebido em torno das histórias, memórias e identidades das diferentes comunidades, tendo como foco principal as diversas expressões do patrimônio cultural – saberes, lugares, línguas, edificações, paisagens – compreendidas através das referências das próprias pessoas.

	A Educação Patrimonial pode auxiliar na aprendizagem dos aspectos da história social local, bem como na construção do sentido de pertencimento, ela estimula o pensar a partir da própria população, na medida em que os grupos sociais passam a conhecer melhor os bens culturais que os identificam, tornando possível entender a importante relação: presente – passado- futuro. Em relação a formação continuada sobre Educação Patrimonial, já participei de algumas formações sobre o tema.”
--	--

Fonte: Pesquisa empírica (2024)

De modo geral, os entrevistados responderam de forma condizente sobre os conceitos que se referem à Educação Patrimonial, bem como avaliam o seu papel primordial diante o processo na educação para a construção do sentimento de pertencimento, conscientização e valorização dos bens culturais que fazem parte da comunidade em que o aluno está inserido. Destacaram também como o tema serve como suporte para auxiliar no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas, para trabalhar assuntos relativos ao patrimônio cultural partindo da referência da própria realidade dos estudantes.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural é parte tão intrínseca da vida das pessoas que, muitas vezes, elas nem conseguem expressar o quanto ele é importante ou por que o é, mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como por exemplo, a paisagem do lugar de infância; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira. (IPHAN, 2013, p.5). Através dessa definição, fica evidenciado que as vidas de todos os cidadãos, no âmbito pessoal e comunitário, público e privado, são indissociáveis dos seus bens culturais.

Em relação ao trabalho docente, sabemos que o desafio é constante no que se refere na interação com os estudantes, visto que o ensino é uma atividade humana, um trabalho essencialmente interativo baseado na troca de informações entre os envolvidos neste processo educacional. Segundo Cherradi (1990) e Maheu (1996) afirmam que:

Se o ensino é mesmo uma atividade instrumental, trata-se de uma atividade que se manifesta concretamente no âmbito das interações humanas e traz consigo, inevitavelmente, a marca das relações humanas que a constituem. Nesse caso, pode-se dizer que o professor é um “trabalhador interativo”. (Cherradi, 1990; Maheu, 1996).

Entendemos que as interações com os alunos representam o ponto central e determinante para alcançar o objetivo almejado, dessa forma, é importante investir

em procedimentos metodológicos mais adequados para ter essa interação com maior êxito e eficiência. Outro ponto essencial, é que sabemos da importância que os recursos didáticos desempenham no processo de ensino-aprendizagem, onde o professor precisa acreditar na capacidade do aluno de desenvolver seu próprio conhecimento, fazendo-os relacionarem as tarefas dadas aos contextos do dia a dia, obtendo, assim, melhores resultados.

O professor poderá concluir juntamente com seus alunos, que o uso dos recursos didáticos é muito importante para uma melhor aplicação do conteúdo, e que, uma maneira de verificar isso é na aplicação das aulas, onde poderá ser verificada a interação do aluno com o conteúdo. Os educadores devem concluir que o uso de recursos didáticos deve servir de auxílio para que no futuro seus alunos aprofundem e ampliem seus conhecimentos e produzam outros conhecimentos a partir desses. Ao professor cabe, portanto, saber que o material mais adequado deve ser construído, sendo assim, o aluno terá oportunidade de aprender de forma mais efetiva e dinâmica. (Souza, 2007, p. 110).

Os recursos didáticos, portanto, podem auxiliar e mediar o desenvolvimento de diferentes atividades em sala de aula, com isso, torna-se necessário investigar quais recursos se tornam mais eficazes para aquela realidade vivenciada. Atualmente, com o desenvolvimento das novas tecnologias que estão em todos os lugares e que ocupam grande parte do tempo dos jovens, o professor pode fazer uso destas como uma ferramenta a favor da aprendizagem.

Nesse sentido, questionamos aos participantes da pesquisa sobre que tipos recursos ou ferramentas metodológicas utilizam com os estudantes em suas aulas. Diante do questionamento, registramos o que segue no quadro 7:

Quadro 7: Recursos ou ferramentas metodológicas utilizadas com os estudantes

Participantes	Respostas
Maria Firmina dos Reis	“Livro didático, jornais ou revistas; textos manuais, computador com projetor; celular com acesso à internet; Outros;”.
Angela Merkel	“Livro didático, jornais ou revistas; computador com projetor; celular com acesso à internet;

Fonte: Pesquisa empírica (2024)

Diante das respostas apresentadas, observamos que os professores utilizam o livro didático, visto que eles acreditam que o livro didático ainda possui papel significativo no ensino. Assim como relata Silva (2017) onde afirma que “com ele o professor consegue ter uma direção, amparado por uma sustentação didática que o livro lhe fornece. Como também, o aluno consegue guiar-se com o apoio dessa

ferramenta educacional tão importante”. (Silva, 2017). Entretanto, os professores entrevistados também concordam que cada vez mais, precisam buscar ferramentas tecnológicas para as práticas educacionais, pois os alunos estão diretamente imersos nas tecnologias cotidianamente, e com isso, os professores precisam criar estratégias que possam incluir esses recursos em sala de aula. Ao integrar a tecnologia na sala de aula, portanto, os professores estão mudando a maneira como ensinam, deixando de lado a tradicional aula em forma meramente expositiva, tal qual uma palestra, onde a mensagem flui numa só direção. Por essa razão, os professores já estão incluindo em suas aulas o uso do celular com acesso à internet e o computador usado pelos estudantes, visto que grande parte já faz uso diário, e isto passou a significar uma motivação maior na realização das atividades propostas.

Para que toda ação docente seja contemplada de forma eficaz, é imprescindível a realização do planejamento, pois através dele é possível relacionar os conteúdos com a realidade educacional, e sabemos ainda que este não deve estar desvinculado das relações que há entre a escola e a realidade do aluno, no sentido de buscar novos caminhos, cujo objetivo é transformar a realidade existente. O planejamento, para que oportunize maiores condições de aprendizagem para os alunos, deve ser fruto de uma ação consciente, que coloca em prática os objetivos que se almeja alcançar. Segundo Vasconcellos (2006), “O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional” (Vasconcellos, 2006, p. 79).

Outro documento norteador e que deve ser colocado em prática é o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, onde se evidencia teorias e práticas que devem ser desenvolvidas na escola. O projeto político-pedagógico deve ter como premissa levar em consideração a realidade como um processo constante de mudanças e, dessa forma, manter um “diálogo” permanente entre o que é feito no ambiente escolar e as necessidades sociais presentes na comunidade local. É importante destacar a necessária participação da comunidade escolar (gestores, professores, equipe pedagógica, estudantes, administrativos, auxiliares de limpeza, agentes de portaria), todos sem exceção, no processo de elaboração, execução e avaliação, pois ele se torna um meio social da ação humana e que ganha materialidade no cotidiano escolar. Quando o PPP passa por este processo democrático, promove a valorização de todos os envolvidos, possibilitando que as culturas e patrimônios históricos e culturais da

cidade, do bairro, da comunidade em que a escola está inserida sejam incluídos e valorizados nas propostas didático-pedagógicas da instituição, pois as vozes de todos que participaram deste processo estarão presentes no documento.

Diante todo esse contexto, é necessário pensar a organização do trabalho pedagógico na escola trazendo como referência o Projeto Político Pedagógico (PPP), que envolva o currículo escolar e os princípios que orientarão todo o processo educacional da escola. Dessa forma, foi questionado aos docentes como eles contemplam a Educação Patrimonial no seu planejamento e se está presente no Projeto Político Pedagógico da escola.

Quadro 8: A Educação Patrimonial é contemplada no Planejamento docente ou no Projeto Político Pedagógico?

Participantes	Respostas
Maria Firmina dos Reis	“Sim, é contemplada no planejamento pedagógico, como parte integrante das disciplinas eletivas propostas pelas professoras de História da escola”.
Angela Merkel	“No meu planejamento docente eu sempre registro como um dos conteúdos a serem trabalhados devido à grande relevância que o tema tem quanto à conscientização na preservação do patrimônio cultural e o conhecimento que o aluno deve ter em relação ao mesmo.”

Fonte: Pesquisa empírica (2024)

Constatamos que os educadores possuem o entendimento claro acerca da importância do planejamento, elaborando suas ações sempre tendo como meta a qualidade de ensino, condição estas consideradas de suma importância dentro do contexto de educação. Em relação ao tema da Educação Patrimonial, os professores relataram que sempre está presente em seus planejamentos de aula, pois o consideram como conhecimento necessário que os estudantes devem apropriar-se não somente na escola, mas como algo que seja significativo em vários âmbitos da sua vida em comunidade. Em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP), ainda não está sendo contemplado, no entanto, os docentes consideram ser de extrema importância que haja um replanejamento nesse sentido, incluindo o tema da Educação Patrimonial no PPP da escola.

No que se refere a disciplina de História, acreditamos que antes de qualquer inserção de conteúdo, é importante identificar quais conhecimentos prévios aqueles alunos possuem sobre determinado tema, ou seja, é preciso diagnosticar quais conhecimentos históricos aquele estudante possui para que o conhecimento histórico possa desempenhar um papel efetivo na constituição mental do educando,

constituindo então o processo de aprendizagem. Como relata Schmidt (2009), a aprendizagem em História requer um processo de internalização de “conteúdos e categorias históricas viabilizadores de processos de subjetivação, isto é, de interiorização com intervenção dos sujeitos, com vistas às ações transformadoras da realidade”. (Schmidt, 2009, p.34), o autor acrescenta que:

através do conhecimento histórico é possível habilitar os jovens a desenvolverem “as suas interpretações do mundo humano e social, permitindo-lhes, assim, melhor se situarem no seu tempo. A consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerte, progressivamente interiorizada, torna-se parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consistência, como orientação no quotidiano. (Schmidt; Barca; Garcia, 2011, p.16)

Entendemos, assim, que é preciso haver uma ligação do conhecimento histórico com a vida prática do estudante, dessa forma, é necessário que o professor traga elementos que façam parte do cotidiano e que estejam atrelados à realidade que o educando está inserido. O trabalho em sala de aula pode contribuir para melhor inserção dos alunos na comunidade, identificando, assim, seus problemas, características, permanência no local, acompanhando a construção da identidade.

Em relação a atividades extraclasse, como visitas, pode ser um momento muito importante para a aprendizagem e interação entre professor e alunos, mais do que apenas troca de informações; através da visita aos lugares que fizeram parte da história da comunidade, pode-se propiciar o compartilhamento de interpretações, valores, conceitos e significados.

Através da Educação Patrimonial é possível planejar atividades extraclasse que irão auxiliar os alunos a desenvolverem diversas habilidades, compreendendo a comunidade da qual ele faz parte e o patrimônio cultural presentes naquele local. Diante dessa perspectiva, perguntamos aos professores se eles tinham alguma dificuldade na sua prática educativa em relação ao trabalho com a Educação Patrimonial.

Quadro 9: Dificuldades encontradas no Ensino de História na prática educativa dos professores em relação ao trabalho com a Educação Patrimonial

Participantes	Respostas
Maria Firmina dos Reis	“As principais dificuldades encontradas se dão no tocante à falta de conhecimento conceitual e metodológico da maioria dos professores de História. Muitos não tiveram em sua graduação, a disciplina de Educação Patrimonial. Outro empecilho está na

	ausência da infraestrutura para levar os alunos aos museus, casas de cultura, na medida em que não se transporte necessário para viabilizar as visitas técnicas.
Angela Merkel	“Problemas estruturais da escola, como por exemplo a falta de transporte para levar os alunos às visitas técnicas.”

Fonte: Pesquisa empírica (2024)

Considerando as respostas dos participantes, inferimos a partir de suas falas que a principal dificuldade encontrada está relacionada à falta de transporte para o traslado nas visitas técnicas que são planejadas, onde muitas vezes acontece o entrave da locomoção até o local. Com isso, torna-se necessário criar outras estratégias que não interfiram nas atividades que foram previamente planejadas, com o auxílio de outras parcerias de entidades públicas ou empresas privadas que possam colaborar nesse processo.

Em relação à aplicabilidade de metodologias, é necessário repensar aquelas que sejam eficazes no âmbito de uma sala de aula ou até mesmo além dos muros da escola, e acreditamos que seja um dos grandes desafios que os professores atualmente enfrentam. Contudo, é essencial que haja um consenso coletivo entre os profissionais que trabalham na escola, na escolha dos métodos mais condizentes com a realidade da instituição.

No que se refere ao trabalho com a Educação Patrimonial, uma temática tão abrangente e rica em inúmeras possibilidades de realizar atividades, o professor pode desenvolver esta temática em diversas formas, entretanto, é importante ter como premissa que o trabalho que o professor for realizar deverá ter como base metodologias que privilegiem a ação e a reflexão dos estudantes em relação a sua visão de mundo e suas relações interpessoais cotidianas nos variados espaços sociais.

Como proposta de sugestões de um material que auxiliem os professores na sua prática docente com os estudantes, nesse processo de assimilação e consolidação dos conhecimentos relacionados a Educação Patrimonial, sugerimos a construção de um Manual Didático Pedagógico, que tem como propósito apresentar aspectos conceituais sobre Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural, apresentando de forma prática exemplos condizentes com a realidade que o aluno está inserido, como também propostas de atividades que os professores poderão realizar dentro e fora da escola.

Dessa forma, foi questionado aos professores, de acordo com suas experiências docentes, qual as sugestões que eles poderiam compartilhar que possam somar nesse recurso didático.

Quadro 10: Sugestões para elaboração de um material didático-pedagógico para auxiliar no trabalho com a Educação Patrimonial.

Participantes	Respostas
Maria Firmina dos Reis	Plataforma digital “Circuito de Visita Cultural” disponível no site do SECMA, que apresenta roteiros de casas de cultura e museus para visita; através deste recurso poderá auxiliar o professor a escolher o roteiro e a casa de cultura a ser visitada. Como sugestão de atividades sugiro: Pannel ilustrativo das visitas técnicas feitas pelos alunos, culminância dos trabalhos produzidos, apresentados através de réplicas dos locais visitados e encenações feitas pelos alunos.
Angela Merkel	Indicação de Plataformas digitais, indicação de livros, podcast etc. Que contemple toda a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais e das pessoas que formam o patrimônio cultural. Como sugestão de atividades sugiro: Feiras culturais, visitas técnicas painéis, murais.

Fonte: Pesquisa empírica (2024)

As sugestões apresentadas pelos docentes do IEMA, observadas no quadro acima, demonstram a ideia de que atividades extraclasse, como visitas técnicas, são uma forma mais atrativa de trazer e colocar o aluno frente aos lugares e objetos, em um contato mais próximo para aprimoramento da aprendizagem, já que a visita pode ser considerado um momento de interação e aprendizagem conjunta entre professor e alunos, ou seja, pode proporcionar o compartilhamento e a troca de interpretações, valores e conceitos.

Outra ideia apontada pelos professores seria a possibilidade de trazer a tecnologia para o contexto escolar, no que diz respeito ao uso de plataformas digitais, recurso que ficou mais conhecido com o advento da Pandemia da COVID-19, pois como sabemos, essas ferramentas de ensino utilizadas à distância foram a única alternativa nesse período para que tornasse possível a manutenção do conhecimento no método de ensino de forma remota. Muitos professores relatam que mesmo depois do fim da pandemia, até hoje utilizam algumas plataformas digitais como estratégia de ensino em suas aulas. A participante “Maria Firmina dos Reis” coloca como

sugestão “a Plataforma Circuito de Visita Cultural²⁹” disponível no site do SECMA³⁰, que apresenta roteiros de casas de cultura e museus para visita, e este recurso poderá auxiliar o professor a escolher o roteiro e a casa de cultura a ser visitada. O outro participante acrescentou que se pode fazer uso de *podcast*,³¹ visto que pode se tornar mais uma ferramenta educativa auxiliando no processo de ensino-aprendizagem dos alunos na educação básica.

Acreditamos, portanto, que as sugestões que foram colocadas pelos professores, estes como protagonistas no fazer pedagógico, que sabem como mediar todo esse processo educacional, poderão fazer parte do Manual Didático e que certamente terá grande contribuição no aprimoramento do estudo sobre a Educação Patrimonial.

5.1 Ações envolvendo a Educação Patrimonial com os professores de história do IEMA

O percurso das ações, como já mencionado, começou com um primeiro momento, a fase do diagnóstico, em que foram construídos diálogos com os(as) participantes, realizadas anotações precisas para conhecer o lócus da pesquisa, por meio de observações do cotidiano pedagógico da instituição, registros fotográficos, anotações, além de informações extraídas de conversas com os(as) professores(as) e gestor pedagógico, para perceber as suas dúvidas e conhecer os seus questionamentos. A partir dos dados levantados, através das visitas realizadas, e dados descritivos que foram coletados com as entrevistas e questionários, construímos momentos que foram oportunos para troca de informações e aprendizagens, onde foi possível elencar os caminhos para a elaboração do produto educacional da pesquisa.

²⁹ Página do governo do estado do Maranhão, disponível no site:

<https://www3.cultura.ma.gov.br/?p=16495>

³⁰ A Secretaria de Estado da Cultura tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura, bem como administrar os espaços culturais, promover formas de produções culturais, a partir da realidade local, e estabelecer calendário integrado de eventos e ações com secretarias afins. disponível no site: <https://www3.cultura.ma.gov.br/?p=16495>

³¹ Segundo Foschini (2018), é um meio veloz de distribuir sons pela internet, um neologismo que funde duas palavras: iPod, o tocador de arquivos digitais de áudio da Apple, e broadcast, que significa transmissão em inglês.

5.2 Proposta do Produto Educacional: Versão Final

A proposta do produto como recurso didático aos professores de história, assim, consistiu em um Manual Didático Pedagógico, que possui como objetivo elencar contribuições significativas relacionadas aos vários conceitos relacionados a Educação Patrimonial, demonstrando a sua importância no processo de conscientização e valorização do patrimônio cultural material e imaterial que são vivenciados na comunidade, na escola e na cidade de São Luís. O objetivo é proporcionar a apresentação de várias fontes bibliográficas que servirão como base para subsidiar o trabalho em sala de aula com os estudantes, para que estes entendam, valorizem e participem de forma ativa nesse processo de preservação do patrimônio.

O Manual tem como premissa ser um suporte didático, elencando informações pertinentes ao tema da Educação Patrimonial, como também apresenta estratégias que poderão ser utilizadas pelos professores no momento da realização de atividades a serem realizadas dentro e fora da sala de aula.

Figura 21: Imagem sobre a apresentação do Manual Didático Pedagógico às professoras



Fonte: Acervo da Pesquisadora

Este material, que consta no (Apêndice C), intitulado como: Manual Didático-Pedagógico: propostas de atividades com Educação Patrimonial, consta com a seguinte estrutura:

Figura 22: Imagem da capa do Manual Didático-Pedagógico



Fonte: Acervo da Pesquisadora

Na ocasião foi realizada a socialização do Manual Didático com as professoras de história do IEMA, no intuito de apresentar as sugestões de propostas educacionais voltadas para o desenvolvimento do estudo da diversidade patrimonial encontrada nos arredores da Escola IEMA, como também a apresentação de atividades dentro desse contexto da temática.

O material foi recebido com grande entusiasmo pelas professoras, visto que grande parte deste trabalho foi construído com base nas suas falas e anseios manifestados nas visitas e diálogos realizados durante o processo da pesquisa empírica.

Figura 23: Sumário do Manual Didático-Pedagógico



SUMÁRIO

04

INTRODUÇÃO

05

2. O QUE É EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL, PATRIMÔNIO E
PATRIMÔNIO CULTURAL?

09

3. PATRIMÔNIO MATERIAL E
IMATERIAL

11

SUGESTÕES DE ATIVIDADES E
PROPOSTAS METODOLÓGICAS
COM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

27

CONSIDERAÇÕES FINAIS

28

LEITURAS SUGERIDAS

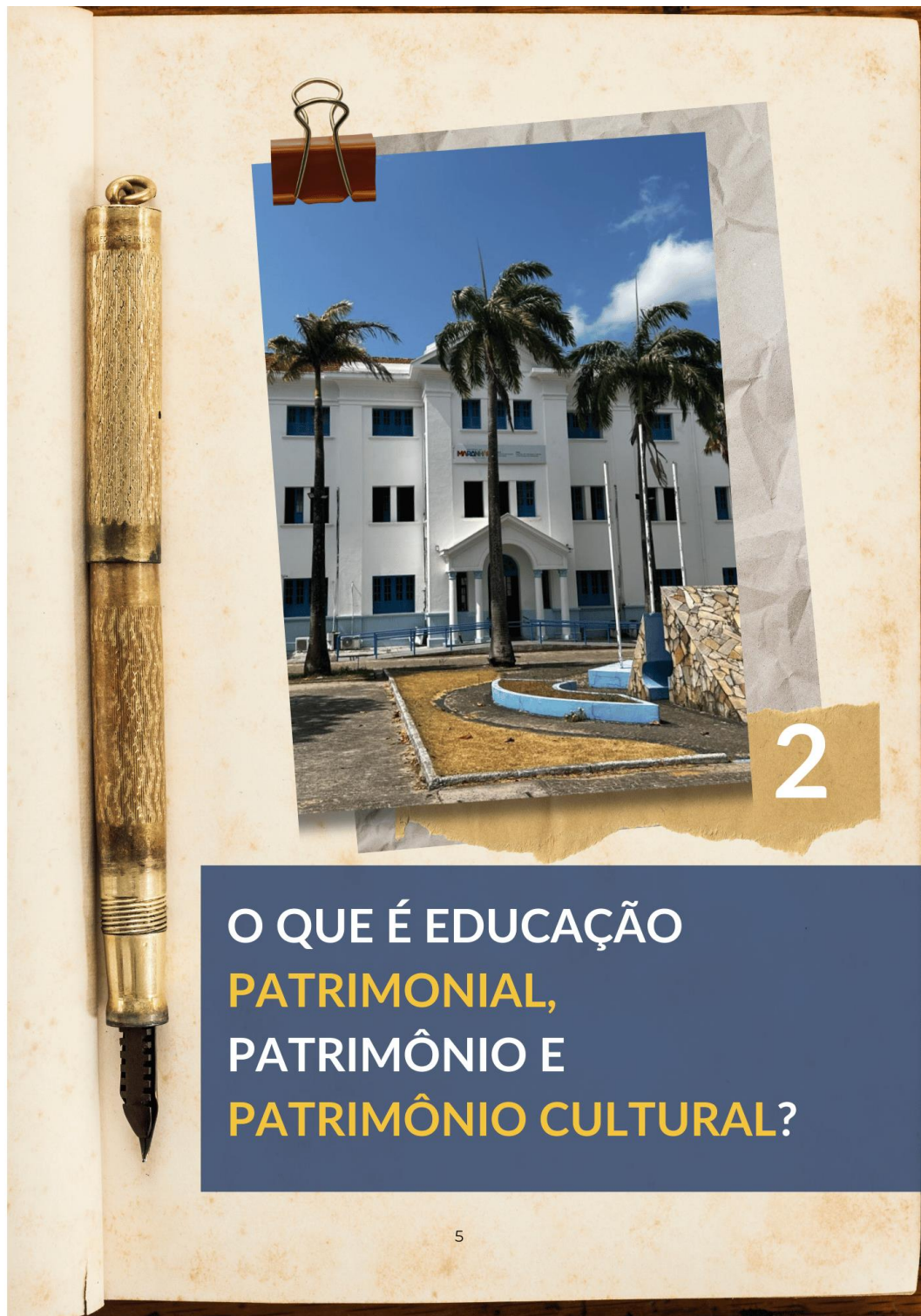
29

REFERÊNCIAS

31

SOBRE AS AUTORAS

Figura 24: Imagem da seção: O que é Educação Patrimonial, patrimônio e patrimônio cultural?



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

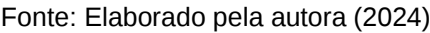


Figura 26: Imagem sobre a seção: Patrimônio Material de São Luís



Figura 27: Imagem sobre a seção: Proposta de atividades - Conhecendo e explorando os aspectos patrimoniais do: Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras e da Capela de São José das Laranjeiras



PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Atividade 1)

Atividade: Conhecendo e explorando os aspectos patrimoniais do: Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras e da Capela de São José das Laranjeiras

Componentes Curriculares

História, Geografia e Artes

Justificativa

É necessário despertar no estudante um olhar sensível sobre os patrimônios materiais protegidos por lei, partindo da realidade que está bem próxima a ele e que por falta de conhecimento da sua importância ou por não conhecer o seu contexto histórico, muitas vezes não é valorizado. Partindo desse pressuposto propomos uma atividade que seja desenvolvida envolvendo o Portão Armoriado da quinta das laranjeiras e a Capela de São José das Laranjeiras, patrimônios tombados pelo IPHAN, localizados aos arredores da Escola IEMA, no centro de São Luís. Visto que, podem e devem ser consolidados como referências na identidade, memória daquela comunidade como também na história da cidade.

Habilidades:

- Conhecer o espaço geográfico no entorno da Escola: ruas, edificações;
- Identificar no google maps a localização da Escola e a Capela;
- Representar através de desenho ou maquete o mapa geográfico do entorno que está localizada a Escola;

Desenvolvimento:

- Apresentar através de slide ou no celular dos estudantes, as ruas próximas a Escola e sua localização em que está inserida, como também localizar o portão armoriado e a capela de São José das Laranjeiras;
- Propor aos estudantes que façam um desenho (planta) buscando reproduzir a localização da Escola IEMA, com suas ruas, avenida mais próxima, com os patrimônios do Portão e a Capela; fazendo um destaque nestes bens materiais;
- Poderá ser realizado inclusive um trabalho com maquetes que reproduzam esta localização, tendo como base os desenhos feitos pelos próprios alunos;
- Este trabalho poderá ficar exposto em um local da Escola para os outros estudantes de outras turmas apreciarem;

23

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O material foi pensado em uma perspectiva pedagógica, que possibilite o professor ter possibilidades didáticas que os auxiliem no desenvolvimento das aulas e atividades com o trabalho envolvendo o Patrimônio, partindo do conhecimento da realidade que o aluno está inserido e estimulando-o a buscar mais conhecimentos sobre os temas propostos.

É importante conceber outra questão sobre o estudo Da Educação Patrimonial, conforme apontam vários autores: a sua relação com o Patrimônio Cultural, como foco a ser apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

O uso das metodologias sugeridas neste Manual segue um planejamento dos principais temas envolvendo a Educação Patrimonial no entorno em que o IEMA está localizado. Neste Manual segue objetivos, procedimentos, itens essenciais em um bom andamento didático, para se utilizar um recurso eficaz no auxílio no desenvolvimento da prática docente.

Concebemos que o trabalho envolvendo questões relacionadas à Educação Patrimonial exige a conscientização que é necessário a valorização coletiva da identificação dos saberes do passado, objetivando que permaneça no presente, para que no futuro possa se usufruir e continuar perpetuando por várias gerações. Pois através de iniciativas bem-sucedidas, bem como o alinhamento extraídos das reflexões de educadores e outros profissionais que possam colaborar nesse processo de conservação e valorização do patrimônio, possamos identificar certos princípios norteadores que amplificam a eficácia do reconhecimento e da apropriação dos bens culturais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste estudo que foi realizado sobre Educação Patrimonial, percebemos que é um tema muito abrangente, e que é necessário que sejam realizadas mais pesquisas e trabalhos educacionais relacionados a ele. Que estes trabalhos possam identificar os princípios norteadores que amplificam a eficácia do reconhecimento e da apropriação dos bens culturais das comunidades locais, e a partir daí o indivíduo terá o sentimento de pertencimento e, por conseguinte, sentirá que tem responsabilidade em proteger, preservar o patrimônio cultural da sociedade em que faz parte.

Os conceitos, princípios e propostas que foram colocadas neste trabalho envolvendo a Educação Patrimonial tiveram como objetivo incentivar a reflexão sobre o potencial educativo dos patrimônios culturais de uma sociedade, valorizando as suas especificidades, cultura local do bairro, edificações, manifestações culturais.

É necessário que o tema da Educação Patrimonial não fique estancado, somente na teoria, nas salas de aulas, mas que se torne uma prática na comunidade, nos bairros e outros espaços de vivências do estudante. Dessa forma, é importante que os estudantes tenham conhecimento quais os patrimônios culturais (materiais e imateriais) do seu estado sua cidade, do seu bairro ou que fizeram parte da herança cultural da sua família. Partindo desse pressuposto, o estudante terá uma ampla visão perante sobre seus bens culturais, e demonstrará interesse em preservá-la, constituindo uma consciência crítica sobre os patrimônios, podendo desenvolver ações efetivas que possam perpetuar a sua conservação.

Entre os objetivos desta pesquisa estava o de identificar quais desafios e perspectivas teórico-práticas sobre a Educação Patrimonial os docentes possuíam em sua prática, e através do levantamento realizado, constatamos que os professores possuíam formações adequadas e grande potencial no desenvolvimento sobre o estudo que envolve a temática, já que em uma das visitas realizadas, observamos boas iniciativas que incentivaram os estudantes no conhecimento prático sobre o patrimônio. Entretanto, estes profissionais relatam que ainda há alguns desafios significativos que precisam ser superados em relação às atividades extraclasse, principalmente no que se refere às visitas técnicas que eles planejam para levar os alunos, por falta de uma infraestrutura ou apoio mais consistente que facilite esse

translado até os locais onde serão realizados os trabalhos de aprendizagem sobre os patrimônios.

Convém ressaltarmos que é importante e necessário que essas atividades estejam contempladas no plano de ação da escola, que sejam organizadas descrevendo o roteiro de visitas, como também estipuladas previamente no calendário escolar as datas previstas para tais realizações, dessa forma, toda a comunidade escolar poderá colaborar para que essas atividades extraclasse sejam realizadas com êxito.

Entendemos, assim, que contribuir para o desenvolvimento da educação básica é uma missão honrosa, porém bastante desafiadora. É necessário que todos(as) estejam engajados(as) em causas educacionais, que primem pelo bom andamento da aprendizagem dos estudantes. Dessa forma, é importante que sejam colocadas propostas educacionais que sejam repensadas e adaptadas de acordo com a realidade local, onde o professor possa construir, em conjunto com os alunos, um trabalho voltado para a comunidade escolar que se adeque ao local onde a escola está alocada, desenvolvendo atividades relacionadas aos patrimônios culturais que dão sentido e que possuem significados que remetam ao campo da memória e história local desta comunidade.

Partindo do entendimento de que o educador é um mediador no processo de construção de sentidos em relação à Educação Patrimonial, é desejável que ele possa usar de criatividade, estratégias e procedimentos metodológicos que façam com que os estudantes se sintam motivados para realizar interpretações acerca do Patrimônio Cultural de sua localidade, desenvolvendo hábitos de valorização e criando meios para sua preservação.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Martina. Relatório de pesquisa: **Sentidos e práticas de “habitar” no Centro Histórico de São Luís**, Maranhão, 2017.

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). Documentos avulsos da Capitania do Maranhão: requerimento de José Gonçalves da Silva ao príncipe regente D. João, a solicitar mercê para vincular parte dos seus bens. Caixa 153, documento n.º 10972, 16 maio 1807.

ALCÂNTARA, Ariadne Ketini Costa de. A quinta, a capela e o portal: análise do potencial de uma paisagem histórica inserida no conjunto arquitetônico da cidade de São Luís do Maranhão. Porto: Universidade do Porto, [s.d.]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/download/10425/9491/34974>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; STEPHANOU, Maria. Ensino de história e educação patrimonial: memória açoriana. In: *Jornada de Ensino de História e Educação*, 2000, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: EST, 2000.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; BRITO, Stella Regina Soares de. **Arquitetura e arte religiosa no Maranhão**. São Luís: 3ª Superintendência Regional/IPHAN, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 216. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf> Acesso em: 25 julho 2023.

BRASIL. Decreto nº. 3551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 03 ago. de 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Lei 8.069/90**. Brasília. Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. História e Geografia**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação – PNE 2014- 2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: Senado Federal, 2014.

BRASIL. Portaria Normativa n.º 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009. Disponível em:

https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17_MP.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.385, de 21 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a reorganização do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, - IEMA**, São Luís, ano 109, nº. 235, p. 1-4, 21 dez 2015.

CARVALHO, Aline V. de; FUNARI, Pedro P. **Memória e patrimônio. Diversidade e identidade**. Revista Memória em rede, v.2, n.2, p.1-10, 2010.

CHERRADI, S. **Le travail interactif: construction d'un objet théorique**. Mémoire de maîtrise Montréal: Département de sociologie, Université de Montréal, 1990.

CHUVA, Marcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003.

COUTINHO, Mílson. **Fidalgos e Barões: Uma história da nobiliarquia lusomaranhense**. São Luís: Instituto Geia, 2005.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DEMARCHI, João Lorandi. **Patrimônio e educação**: Contribuições da rede paulista de Educação Patrimonial para o tema. Revista CPC, São Paulo, n.20, dez.2015.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. p. 15-41.

DICIO – Dicionário Online de Português. Disponível em: <www.dicio.com.br>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Notas e apuração textual de Jomar Moraes. 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008.

FABRINO, Raphael João Hallack. **Guia de Identificação de Arte Sacra**. IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

FERRARI, Alonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, SP: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FERREIRA, A. **Novo dicionário da língua portuguesa**, 2.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FISCHER, Tânia. Seduções e riscos: a experiência do mestrado profissional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 119-123, 2003.

FOSCHINI, A. C.; TADDEI, R. R. **Podcast**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000097>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local: concepções e perspectivas pedagógicas**. Curitiba: CRV, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, SP: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Conscientização e Alfabetização**: uma nova visão do processo. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Nº 4; Abril-Junho, 1963.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 99

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e terra. 1983.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 45.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Janice. **Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural**. UnilaSalle, Canoas, n. 18, dez. 2014. Disponível em: <insira o link completo>. Acesso em: dez. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O Patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

KÖHLER, André Fontan. **As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro**. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/download/8358/6703>. Acesso em: 06 ago. 2023.

SÃO LUÍS, Ilha do Maranhão e Alcântara. **Guia de arquitetura e paisagem**. São Luís Island of Maranhão and Alcântara: an architectural and landscape guide – Ed.

bilíngue. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. Disponível em:
<https://pt.scribd.com/document/490294239/Sao-Luis-Ilha-do-Maranhao-e-Alcantara-Guia-de-Arquitetura-e-Paisagem>. Acesso em: 06 ago. 2023.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial**. Disponível em:
<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2003/ep/tetxt1.htm>. Acesso em: 10 abr. de 2023.

ICHER, François (org.). **Regards sur le patrimoine**. Montpellier: CRDP, 2008, p.158.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial: ações e projetos**. Disponível em:
<https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes> . Acesso em: dez. 2022.

IPHAN Departamento de Planejamento de Administração. **Patrimônio cultural: análise orçamentária**. Brasília: IPHAN/MINC, 2007.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:
<https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346/> Acesso em: 07 abr. 2023.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Palloti, 1998.

LACERDA, Aroldo Dias et al. **Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em contextos escolares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LAVILLE, C. **A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n.38, p. 125-38, 1999.

LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2010.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO- LDB Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal 1996.

LÜCK, H. **Fundamentos teórico-metodológicos da pedagogia interdisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MARANHÃO. Dossiê: **Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. São Luís: Secretaria do Estado da Cultura do Maranhão, 1997.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Museu Histórico e Artístico do Maranhão: intervenções estruturais e história institucional**. São Luís, 2014.

MATTOZZI, I. **Currículo de História e educação para o patrimônio**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 47, p. 135-55, jun. 2008.

MENESES, José Newton Coelho. **Todo patrimônio é uma forma de história pública?** In: Que História Pública queremos? Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2018.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE n.º 15/98** - CEB - Aprovado em 1º.6.98. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB15_98.pdf>. Acessado em 07 abr. 2023.

MOTA, Antônia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2007.

OLIVEIRA, Antônio Guimarães de. **São Luís: memória & tempo** – São Luís em cartões postais e álbuns de lembranças. São Luís, Novagraf Comunicação Visual, 2010, p.311.

OLIVEIRA, Antônio Guimarães de. **Becos & telhados**. São Luís, Dakotas Editora Ltda, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: Um Guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 114-138.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e ensino de História**. In BTTENCOURT, Circe (Org). O saber Histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LIMA JÚNIOR, C. B. "Patrimônio Cultural: conceitos, proteção e direito pela Educação Patrimonial". **Anais IX Semana Nacional de Museus/III Semana Nacional de Museus**, 3 a 5 de junho de 2013, Alfenas/MG. Disponível em: <https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/periodicos/index.php/cursodireitouniformg/article/download/136/16>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MIGUEL. Fernanda Valim Côrtes. A Entrevista Como Instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da Linguística Aplicada. **Revista Odisseia**, [S. l.], 5, jan./jun. 2010. Disponível

file:///C:/Users/PPGEEB08/Downloads/2029Texto%20do%20artigo-5763-1-1020120706.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

MONTEIRO, A. M. et al. (Org). **Pesquisa em Ensino de História. Entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2014.

PANIZZA, Andrea de C. **Paisagem**. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

PELEGRINI, Sandra C. A. **O Patrimônio Cultural e a Materialização das Memórias Individuais e Coletivas**. UNESP – FCLAs-CEDAP, v.3, n.1, 2007. p. 01-15.

Portão das Laranjeiras. **IBGE**, São Luís, 2016. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=434948&view=detalhes>. Acessado em: 15 ago.2023.

PRIAMO, Vania Inês Avila. Projeto de Educação Patrimonial “você é feito de histórias”, do Museu Histórico de Nova Hartz. In: BERLOTTO, Márcia; PEREIRA, Walmir (org.) **Patrimônio cultural e museus**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

REZNIK, Luís. História Local e Práticas de Memória. In: PEREIRA, Júnia Sales; RICCI, Cláudia Sapag. **Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Patrimônio e Práticas de Memória numa Perspectiva Interdisciplinar**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG, 2010. Livro I. p. 89-110.

RICHARSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, T. S. F. “Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF”. **Anais do XVIII Encontro Regional da Associação Nacional de História – secção MG**, 24 a 27 de julho de 2012, Mariana/MG. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros museológicos: Reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

São Luís. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Rua Grande: Um passeio no tempo. São Paulo: Pancrom, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisas nas relações sociais**. São Paulo, SP: Herder, 1972.

SCHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000. 256p.

SCHWARTZ, Y. **Reconnaissance du Travail.** Pour une Approche Ergologique. Paris, PUFF, 1997.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Atila B. (Org.). Educação Patrimonial: reflexões e práticas. **Caderno Temático de Educação Patrimonial**, João Pessoa: IPHAN-PB, n. 2, p. 30-37, 2012.

SHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; GARCIA, Tânia B. **Significados do pensamento de Jorn Rusen para investigações na área da educação histórica.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SILVA, Bruno G. História da ciência nos livros didáticos de Física do 1.º ano do Ensino Médio no Brasil. 2017. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Ciências) – Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar.** In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo, SP: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, Simonne (org.). **Contribuições à prática pedagógica para a Educação Patrimonial.** Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2008.

TOLENTINO, Atila Bezerra. **Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal.** *Sillogés*, v.1, n.1, jan./jul. 2018.

VASCONCELOS, CELSO dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertad, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo.** São Paulo: Libertad, 2006.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão (1612-1895).** São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas.** Lisboa: Educa, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com os professores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Roteiro para entrevista com os professores de história do Ensino Médio do IEMA, para obtenção de coleta de dados para a pesquisa intitulada: Educação Patrimonial: uma proposta de ações pedagógicas no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São Luís.

NOME _____

1 – Qual sua área de formação? Há quanto tempo leciona em sua área?

2 – Qual a sua concepção teórico-metodológica em relação a Educação Patrimonial?

3 – Em relação a Educação Patrimonial , qual é o seu grau de entendimento? Possui algum curso de formação continuada referente à temática?

4 – Que tipos de recursos ou ferramentas metodológicas você utiliza com os estudantes?

- a) () livro didático, jornais ou revistas
 - b) () textos manuais
 - c) () computador com projetor
 - d) () celular com acesso a internet
 - e) () outros
-

5 – A Educação Patrimonial é contemplada no Planejamento docente ou no Projeto Político Pedagógico?

- a) () Sim, de que forma?
-

- b) () Não
-

6 – Na sua opinião, quais são as principais dificuldades encontradas no Ensino de História em sua prática educativa em relação ao trabalho com a Educação Patrimonial?

7 – Considerando as dificuldades relatadas, se você pudesse sugerir a elaboração de um material didático-pedagógico para auxiliar nesse trabalho com a Educação Patrimonial, o que você indicaria no que se refere (a) (ao):

- a) Tipo de material (livro, manual didático, guia de orientações, etc.)
-

- b) Objetivo (O que você deseja que ele apresente para ajudar-te em sua prática)
-
-

- c) Atividades
-
-

APÊNDICE B: Questionário para coordenação ou Gestão da Escola**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO****CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)****QUESTIONÁRIO PARA COORDENAÇÃO OU GESTÃO DA ESCOLA**

O Lócus da nossa pesquisa está centrada no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São Luís. Escola que integra a Rede Estadual de Ensino de São Luís, administrada pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). O presente roteiro tem como finalidade guiar as observações, no campo de pesquisa, destinado à coleta de dados empíricos, para a conclusão do curso de Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão.

ASPECTOS FÍSICOS DA ESCOLA	QUANTITATIVO
Quantidade de salas de aula	
Quantidade de salas de professores	
Quantidade de banheiros	
Biblioteca	
Secretaria	
Sala de Professores	
Sala de vídeo	
Refeitório	
Laboratório de informática	
Sala de Recursos	

ASPECTOS PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVO	POSSUI
Projeto Político Pedagógico	
Qual a missão?	
Educação patrimonial está contemplada nele?	
Proposta Pedagógica	
Planos de Ensino	
Estudantes matriculados	
Professores	
Equipe Pedagógica	
Administrativos	
Gestor Geral	
Gestor Administrativo	
Gestor Pedagógico	
Equipe Multidisciplinar	

APÊNDICE C: Produto Educacional



GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA
ANTONIA DA SILVA MOTA

— MANUAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO —

PROPOSTAS

DE ATIVIDADES COM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

Prof. Dr. FERNANDO CARVALHO SILVA (Reitor)

Prof. Dr. LEONARDO SILVA SOARES (Vice-Reitor)

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA,
PÓSGRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO (AGEUFMA)**

Profa. Dra. Flávia Raquel Fernandes do Nascimento (Pró-Reitora)

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)**

Profa. Dra. Hercília Maria de Moura Vituriano

**VICE - COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)**

Prof. Dr. Antônio de Assis Cruz Nunes

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Profa. Dra. Hercília Mara de Moura Vituriano

AUTORAS DO PRODUTO EDUCACIONAL

GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA

ANTONIA DA SILVA MOTA

ORIENTADORA DO PRODUTO EDUCACIONAL

ANTONIA DA SILVA MOTA

PROFESSORES/AS COLABORADORES/AS

DIAGRAMAÇÃO

Mariceia Ribeiro Lima



BY



NC



ND



APRESENTAÇÃO

Este Manual Didático Pedagógico com embasamento teórico metodológico, tem como proposta atender as demandas encontradas na prática docente em sala de aula, voltado para os professores de história, entretanto acrescentamos algumas sugestões que possam ser utilizados para outras áreas também, pois o objetivo consiste na aplicação em uma ação efetiva em seu fazer pedagógico, que os auxiliarão, como mais um suporte bibliográfico, no desenvolvendo em atividades relacionadas a Educação Patrimonial.

Nessa perspectiva, propomos sugestões de conteúdos e atividades envolvendo a Educação Patrimonial que possam auxiliar no processo ensino-aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio.

Partimos do pressuposto que através do estudo com a Educação Patrimonial, o estudante seja motivado a conhecer a sua própria história local e cultural, sobretudo é importante proporcionar aos docentes possibilidades didáticas como atividades práticas que sejam condizentes com a realidade que o aluno está inserido, visto que dessa forma facilitará a aprendizagem do tema proposto.

A elaboração deste material é resultado da pesquisa de dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), com o propósito de contribuir como suporte aos professores. Esperamos que este trabalho que foi desenvolvido seja de grande relevância para todos que tiverem acesso, fazendo uma boa leitura e que as aprendizagens se consolidem.

Esperamos que as pesquisas, leituras, interações e propostas aqui apresentadas possam colocar o professor em contato com informações úteis e práticas, que sirvam como fonte de consulta sobre a temática envolvendo o patrimônio.

GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA
MESTRANDA - PPGEEB- UFMA





SUMÁRIO

04

INTRODUÇÃO

05

2. O QUE É EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL, PATRIMÔNIO E
PATRIMÔNIO CULTURAL?

09

3. PATRIMÔNIO MATERIAL E
IMATERIAL

11

SUGESTÕES DE ATIVIDADES E
PROPOSTAS METODOLÓGICAS
COM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

27

CONSIDERAÇÕES FINAIS

28

LEITURAS SUGERIDAS

29

REFERÊNCIAS

31

SOBRE AS AUTORAS



INTRODUÇÃO

A organização deste Manual teve como pressuposto da ideia que este recurso seja utilizado de forma pedagógica, auxiliando na prática dos professores de história do Ensino Médio, construindo diversos conceitos e estratégias envolvendo a Educação Patrimonial, no sentido de colaborar no entendimento do grau de importância que esta temática significa para toda sociedade.

Ressaltamos que é necessário estimular no estudante a conscientização do que se trata a Educação Patrimonial, bem como fazer com que ele conheça o patrimônio cultural da sua comunidade, demonstrando sua relevância, promovendo sua valorização, para desenvolver práticas e saberes do presente e passado, com o objetivo de garantir seu usufruto para as gerações futuras.

O Manual contém embasamento teórico básico sobre o significado, conceituação sobre Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural, diferenças entre patrimônio material e imaterial, trazendo sempre aspectos relacionadas aos bens culturais encontrados no entorno da Escola que foi realizada a pesquisa, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), como também na cidade de São Luís. Entendemos que para valorizar é preciso conhecer, desse modo torna-se necessário iniciar o estudo explanando os aspectos conceituais que envolvem o patrimônio na comunidade, na cidade e na escola em que o estudante está inserido. Em seguida, são apresentadas sugestões de leituras e atividades voltadas para uma iniciação ao patrimônio a partir da vida cotidiana e das práticas culturais.

Contudo, este recurso pretende ser para os professores, um instrumento no qual eles poderão se apoiar para incentivar os alunos na valorização e preservação dos patrimônios culturais, onde poderão utilizar em seu cotidiano em sala de aula, colocando em prática os principais aspectos relacionados ao patrimônio.





2

O QUE É EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL,
PATRIMÔNIO E
PATRIMÔNIO CULTURAL?

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

ASPECTOS CONCEITUAIS

A Educação Patrimonial refere-se aos processos educativos, que podem ser desenvolvidos no ambiente formal como escolas, como também tem a flexibilidade para ser trabalhados em ambientes informais: como igrejas, bairros, entidades de classe. Entendemos dessa forma, que as ações envolvendo a Educação Patrimonial devem fazer parte da realidade daquela comunidade e do cotidiano que o indivíduo faz parte, ou seja, levando em consideração as especificidades daquele local. Para facilitar o entendimento e o conhecimento.

É necessário estimular nos estudantes um processo contínuo de pensar de forma ativa sobre as questões de valorização e entendimento do passado para usufruir de sua identidade cultural no presente. Ou seja, criar oportunidades que coloquem eles para expressar o seu sentimento em relação as suas referências culturais e da sua comunidade

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO

Para entendermos como funciona essa relação educação patrimonial e patrimônio, apresentamos alguns aspectos conceituais:

O **patrimônio** pode ser entendido como tudo aquilo que nos pertence, a herança cultural deixada pelos nossos antepassados e o que estamos construindo nos dias atuais. Para MENDES (2012) “O Patrimônio permite que uma dada comunidade ou sociedade se reconheça e seja reconhecida por meio de determinados bens intencionalmente escolhidos”.

A Educação Patrimonial procura estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o seu patrimônio, instigando nele, segundo Assunção (2003, p. 51) quatro atitudes: a observação e a reflexão sobre o bem cultural; a manifestação das impressões sobre o mesmo; a capacidade de pesquisa e discussão sobre os resultados e a apropriação de um novo significado do bem para cada um que participa da proposta.

A relação do patrimônio com a sociedade é feita desde o seu processo de conservação, cuidando para que ele não seja danificado ou até mesmo acabe, como também a partir da comunicação. Para isso, temos também a presença de meios de transmissão, chamado de Educação Patrimonial.

O patrimônio vem do vocábulo do latim patrimonium, do qual vem a origem do uso popular herança paterna ou de bens familiares transmitidos pelos pais e mães para filhas e filhos.



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL



A Educação Patrimonial é centrada no Patrimônio Cultural envolvendo todas as suas manifestações, através das ações de educação patrimonial é possível incentivar a preservação dos bens culturais, ela funciona como mediadora nesse processo de conscientização.

Como afirma Priamo (2013, p.161),

quando fala que a função da educação patrimonial é “[...] criar laços afetivos da comunidade com o seu patrimônio cultural, a partir da construção do conhecimento, gerando ações e reações que busquem proteger estes bens em função de uma identificação com eles.

Através da Educação Patrimonial é possível criar possibilidades de construção coletiva sobre o patrimônio cultural e suas formas de preservação, promovendo o diálogo e o debate democrático acerca dos significados deste bem patrimonial.



Segundo o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, PATRIMÔNIO CULTURAL é todo o bem de natureza material e imaterial, individual ou em conjunto, que mantém referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que formam nossa sociedade.

Quando nos referimos ao Patrimônio Cultural estamos tratando de uma herança cultural, no caso coletiva, visto que o patrimônio cultural irá se referir a uma memória que a uma determinada comunidade pretende preservar. Na nossa individualidade também temos bens que se tornam significativos durante nossa vida, entretanto, o foco do Patrimônio Cultural são os bens escolhidos que representam que tem valor para um grupo de pessoas.

Enfatizamos que é importante desenvolver projetos e atividades contínuas com os alunos, que busquem estudar a história da comunidade, e nesse sentido, é uma possibilidade para avançar na perspectiva de identificação, valorização e preservação dos bens patrimoniais dessa comunidade, utilizando estes bens culturais e as narrativas de pessoas que ainda moram nos arredores daquele local, pois servirão como fonte direta de conhecimento e compreensão do passado e do presente.

Portanto, o Patrimônio Cultural refere-se a história e identidade de um grupo, partindo para a construção de sua própria história, à memória desse grupo e aos significados atribuídos às suas manifestações culturais, valores e saberes, podendo ser dividido, pela sua natureza, em material e imaterial.



VÍDEO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL

[Patrimônio cultural maranhense \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...)



Animação produzida para o IPHAN-MA,
YouTube · MuArq - Museu de Arqueologia da UFMS ·
24 de ago. de 2020



SCAN
ME!





Patrimônio Material é aquele que possui materialidade, também chamados de bens tangíveis, refere-se a cultura material de um povo, sendo os elementos mais visíveis e percebidos dentro do patrimônio cultural.

Possui 2 subdivisões:

✓ **MÓVEIS** - Pode ser locomovido do seu local de origem, mesmo que esteja ligado ao solo. Podemos citar como exemplos: Uma escultura. Um livro histórico, acervos documentais, obras de arte.

✓ **IMÓVEIS** - São os bens que estão vinculados ao solo e não podem ser deslocados ou removidos do seu lugar de origem sem acarretar a sua destruição ou dano estrutural. Como por exemplo: cidades históricas, sítios arqueológicos, paisagísticos e casarões.

IMPORTANTE: O Patrimônio Material está suscetível a possíveis perdas ao longo do tempo, seja devido a fatores naturais ou a intervenções humanas.

Patrimônio Imaterial: refere-se às expressões culturais que não podem ser tocadas fisicamente (são intangíveis às nossas mãos). Esses bens são apreendidos através de nossa capacidade sensorial e transmitidos oralmente de geração em geração. Segundo o IPHAN (2014), o patrimônio imaterial diz “respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”.



Proposta de Atividades

Conteúdo:

PATRIMÔNIO CULTURAL:
Lugar onde moro, bairro, município

Justificativa

O Patrimônio Cultural é constituído por diversos bens que fazem parte da identificação de uma comunidade. Através do Patrimônio Cultural, seja pelos bens protegidos ou apenas que servem como referenciais culturais, são construídos significados para as pessoas que fazem parte dessa comunidade, e é necessário estimular a reflexão sobre a história, memória e cultura daquela região.

Habilidades:

- Compreender os objetos como artefatos culturais;
- Identificar as dimensões tangíveis e intangíveis do Patrimônio Cultural da localidade;
- Entender o valor dos objetos selecionados e sua relação com sua vida e da sua comunidade local;
- Conhecer quais os Patrimônios Culturais daquela localidade;

Atividade (1):

Exposição dos bens culturais da sua comunidade

Desenvolvimento:

- Solicitar aos estudantes que tragam para a Escola, objetos que julgarem mais significativos em suas vidas ou de sua comunidade. Ex (fotografias da família, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, medalhas, instrumentos de percussão utilizados em cerimônias quilombolas);
- Em sala o professor pode sugerir que os estudantes apresentem o objeto para a turma, relacionando a sua importância para si ou para a sua comunidade;
- Outra opção é a organização de uma exposição coletiva, dividindo a turma em grupos, onde será feito a divisão dos grupos de acordo com as características afins dos objetos de cada grupo; Na turma os estudantes organizarão a colocação dos objetos e para apresentação poderão organizar cartazes e vídeos no data show ilustrando da forma que julgar mais adequado;
- A exposição terá uma divulgação para as demais turmas da Escola, no qual terão acesso a este trabalho;
- A divulgação da exposição poderá ser feito através de cartazes ou as redes sociais da Escola;

Avaliação:

Finalizada a exposição, o professor solicitará aos alunos um relatório onde irão descrever e avaliar os significados e percepções produzidas durante o desenvolvimento do trabalho.



Proposta de Atividades

Conteúdo:

Patrimônio Cultural

Atividade (2):

Seminário – A Escola pode ser um Patrimônio Cultural

Justificativa

Nesta Atividade os estudantes apreciarão a Escola, buscando informações para compreendê-la em sua referencialidade. Um bom projeto de exploração da Escola pode contribuir para o entendimento das gerações passadas e valorizando a sua importância no presente, na consolidação da sua preservação para as gerações futuras. Contudo, a Escola torna-se um espaço de convivência de inúmeras gerações, compreendê-la nesta perspectiva colabora para sua defesa e perpetuando-se como uma referência cultural daquela comunidade.

Habilidades:

- Perceber a Escola em sua importância patrimonial e cultural;
- Identificar os bens culturais da escola (tangíveis e intangíveis), incluindo a história da sua edificação; Acervo bibliográficos e trabalhos que já foram desenvolvidos no que diz respeito as práticas de memória;
- Conhecer a história da Escola , através de depoimentos das pessoas que estiveram lá em épocas passadas como (professores, funcionários, estudantes);

Desenvolvimento:

- O Professor através de um breve diagnóstico fará indagações aos estudantes para identificar o que eles sabem sobre a história da instituição e sua representação social para a comunidade local;
- Fazer um desafio aos estudantes para realização de um levantamento histórico sobre a Escola em seus primeiros anos de funcionamento. No qual o professor pode apresentar algumas questões norteadoras para iniciar esse processo da pesquisa.
 - Quando foi inaugurada a Escola?
 - Como eram os professores e estudantes nos primeiros anos? Alguma autoridade do Estado estudou nesta instituição?
 - A comunidade participava ou participa do processo de preservação e valorização da escola?
 - Quais os principais problemas enfrentados nos primeiros anos de fundação e quais são atualmente?

- Os estudantes devem ser alertados para observarem a existência de objetos, quadros ou móveis que permitam perceber, visualizar e entender a história da Escola em seus primeiros anos;
- Buscar registros através de fotografias, vídeos, notícias divulgadas sobre o acontecimento da inauguração da escola, investigar as mudanças ou ampliações que aconteceram no decorrer dos anos;
- Montar grupos de trabalho, onde cada equipe será orientada a pesquisar fontes disponíveis sobre a história da escola que poderá ser através de : entrevista com alguns funcionários;
- Terminado o levantamento dos dados é marcado uma data para socialização e exposição das informações obtidas sobre todo esse trabalho realizado;
- Contudo, será realizado um Seminário apresentando uma visão geral do funcionamento da Escola nos primeiros anos equiparando com os dias atuais. O levantamento histórico que foi buscado, fazendo-se uma reflexão sobre a importância que essa instituição representa para a comunidade escolar e para aquela localidade, representando assim um R

Avaliação:

Sugerir aos estudantes que se reúnam e coloquem por escrito as informações coletadas e as que julgarem mais pertinentes em um livreto, relatando a história da Escola e sua importância para a sociedade ludovicense.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR

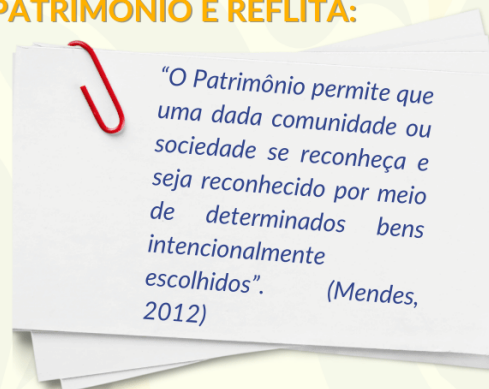
LEIA O QUE DIZ MENDES SOBRE PATRIMÔNIO E REFLITA:

A partir da citação, responda os seguintes questionamentos:

- » Tudo pode ser considerado Patrimônio? O que você acha?

- » Você sabe quais são os principais Patrimônios protegidos em São Luís?

- » Tem algum bem cultural que você gostaria que fosse reconhecido como Patrimônio Cultural e não é?



PATRIMÔNIO MATERIAL DE SÃO LUÍS

CAPELA SÃO JOSÉ DAS LARANJEIRAS

A Capela de São José das Laranjeiras, também conhecida como Capela de São José da Quinta das Laranjeiras, pois fazia parte no século XVIII dos antigos morgados de José Gonçalves da Silva, primeiro proprietário da Quinta das Laranjeiras e um dos maiores comerciantes de São Luís da época, resolveu em 1811, edificar uma capela com entrada pela rua, sob a proteção de São José, cinco anos depois em 1816, a capela de São José das Laranjeiras foi benzida pelo Cônego Felipe Benício.

Jose Gonçalves da Silva morreu em 1821, a pedido do próprio comerciante, seu corpo encontra-se lá sepultado, no qual até hoje pode ser observado no local, foi colocado uma pedra de lioz, o seu brasão.

A Capela de São José das Laranjeiras faz parte do conjunto arquitetônico de São Luís, tombado pelo IPHAN em 1974. Atualmente está sob a administração do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. A Capela fica aberta para visitação de segunda a sexta e celebra missas toda primeira quarta de cada mês.

FOTOS ATUAIS DA CAPELA DE SÃO JOSÉ DAS LARANJEIRAS

Imagem - Fachada da Capela de São José



Fonte: Arquivo da autora (2024)

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA DA CAPELA

Fonte: Inventário Nacional de bens móveis e integrados (1997)

Fachada formada por três planos retilíneos compreendendo, da esquerda para a direita, em primeiro plano, muro liso; em segundo plano um muro mais alto terminado por beiral simples, o qual contém vão de porta em arco pleno guarnecido de esquadria em madeira com bandeira em grade de ferro simples centrada por cruz. Esta porta constitui o único acesso à Capela de São José das Laranjeiras. O terceiro plano da fachada corresponde à



área coberta à área coberta e, constitui-se de três pilastras encimadas por coruchéus simples de secção quadrada.

Interior da Capela: altar - mor



DESCRIÇÃO DO ALTAR

FONTE: Inventário Nacional de bens móveis e integrados

Retábulo-mor composto por mesa em formato de urna, ornamentada por frisos lisos, parte frontal, reserva geométrica em friso de perolados dourados; parte superior nas laterais folhas de acanto esgarçadas e recortadas.

A ermida constitui-se varia entre o barroco e o neoclássico, composta de altar-mor, arco-cruzeiro, guarda-copo, átrio, nave, capela-mor, sacristia e o copiar.

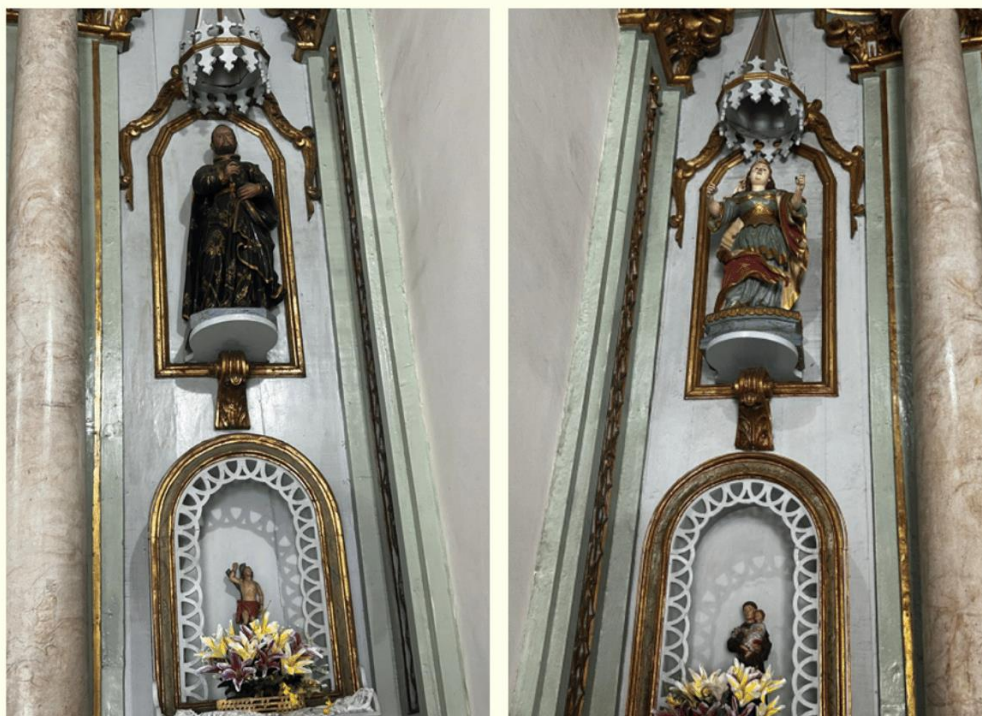
É percebido na decoração interna a utilização de materiais como lioz, detalhes artísticos bem sofisticado para a época, século XVIII, seus móveis eram feitos com talha bem trabalhada.

No centro do altar abriga a imagem de São José das Laranjeiras e tela de Nossa Senhora da Penha (óleo sobre tela), constam no acervo religioso da capela: Imagem de São Sebastião, de São Francisco Xavier, do padroeiro São José e a imagem de Santa Luzia.



Como mostra a imagem abaixo:

IMAGEM



Fonte: Arquivo da autora (2024)

No interior da capela ainda existe a presença de uma pia batismal em pedra de lioz. Como mostra a imagem abaixo:

IMAGEM : Pia Batismal



Fonte: arquivo da autora (2024)

Na Capela possui um quadro emoldurado com a pintura em óleo sobre a tela. Segundo consta no Inventário Nacional de bens móveis e integrados (1997), na descrição da imagem: “Figura do plano central, busto masculino levemente em perfil. Veste uniforme militar. Plano inferior inscrição, José Gonçalves da Silva, comendador da Ordem de Christo...” No plano superior, uma faixa branca ladeando a tela com a seguinte inscrição: “QUOD VICTUM MISERIO ET INOPES OPEM LIBERA HABUERE MANIBUS OETIAM TIBI MUNERA DAMUS”.(Para que o sofrimento dos miseráveis e dos pobres tenha ajuda gratuita com as mãos da ociação nós te damos presentes).



Imagem – Quadro de José Gonçalves da Silva



Fonte: Arquivo da autora (2024)

Como mostra a imagem abaixo:

Imagem- Lápide de José Gonçalves



Fonte: Acervo da autora(2024)

Abaixo do quadro com a imagem de José Gonçalves está uma lápide em pedra de lioz lavrado o brasão da família Gonçalves. Como já explanado, lá estão os restos mortais de José Gonçalves da Silva que morreu em 1821 e foi enterrado na Capela atendendo a seu pedido.

DESCRIÇÃO:

Como está descrito no Inventário Nacional de bens móveis e integrados (1997), retrata os detalhes da lápide em suas características técnicas:

“Lápide em pedra com formato em campânula: ao centro guirlanda com tulipa invertida, fixa a friso liso com volutas; parte inferior, friso em folha de acanto com ressaltos, contornado com fita, ornada com folhas e pinhas; centrado escudo em ressaltos; bipartido com dois leões passantes em paralelo. Ao centro, elmo centrado friso liso vazado, ornado com flor.”



MATERIAL DE APOIO

BIOGRAFIA DE JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

O ILUSTRE, JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

José Gonçalves da Silva, nasceu em Cerva no ano de 1746, foi alcunhado de "Barateiro" no Brasil, indicativo de sucesso nos seus negócios com mercadorias idas da Europa, foi comerciante, construtor naval, importador e exportador, criador de gado, coronel de milícias, cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, governador da fortaleza de São Marcos e alcaide-mor de Itapicuru-Mirim e latifundiário.

Era filho de Gonçalo Fernandes da Silva e Paula Ribeiro Gonçalves Ramalho, neto paterno de António Fernandes e Maria Gonçalves, e materno de António Gonçalves e Maria Ramalho Gonçalves.

Decidiu embarcar para o Maranhão em 1777 (aos 31 anos de idade) e em janeiro de 1784 há referências de fazer negócio com embarcações, quando deu um atestado a favor do mestre do navio Ângelo Santos, piloto da Nau Nossa Senhora do Rosário, sobre locais de ancoragem.

Em 1787 obteve a confirmação régia de sua primeira sesmaria, dada pelo governador José Teles da Silva. Cultivou arroz, mandioca, e outros géneros no Cururupu. José Gonçalves já grande comerciante partiu para o negócio de beneficiamento de madeira. Para beneficiar aos portos da Europa, requereu uma faixa de terra na Praia Grande, onde pretendia fazer um grande stock de madeira, o que lhe foi deferida por D. António de Sales e Noronha e confirmada pelo sucessor José Teles da Silva, por entenderem que as madeiras serviriam para construir boas casas na cidade e pela proximidade do porto, que permitia facilmente a exportação para a Europa, mas como terras da coroa, passando então assim a ser exportador de madeiras. A sua fortuna não parava de crescer.

A partir de 1797 começou a cortejar os soberanos de Portugal para deles obter as famosas mercês reais. Mandou dizer ao Reino que tinha enviado na galera União e no bergantim Falcão 1 080 sacas de arroz para ajudar em munições as tropas reais portuguesas que estavam em luta com as espanholas.

Nesse mesmo ano José Gonçalves remeteu 20 contos de réis a título de empréstimo, para despesas de guerra. A rainha por intermédio do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviou-lhe as honras da tão ilustre ação, passando a carta de lei a José Gonçalves da Silva o hábito de cavaleiro professo da Ordem de Cristo no Palácio de Queluz em 6 de agosto de 1797.

Por provisão de José Teles, novo governador, nomeou José Gonçalves tesoureiro da Fazenda Real, cargo que ocupou durante doze anos. Antes fora Juiz de fora de 1789 a 1793.

Não havia limites para os ganhos de José Gonçalves. Com operários e engenheiros que levou de Portugal, montou no Maranhão um gigantesco estaleiro naval.

Em um longo e bem documentado processo de justificação, José Gonçalves aparece como proprietário do bergantim Amizade, da sumaca Madre de Deus e do navio Boa União.

As suas exportações em 1807 alcançaram 18 807 sacas de algodão, de arroz 30 000 arrobas e de farinha mandioca várias toneladas.

Instalou uma empresa de salga de peixes, financiou a abertura da cachoeira do Munim, o armamento, fardamento e alojamento da tropa paga do Parnaguá, construiu a primeira quinta no Maranhão, onde plantou árvores frutíferas da terra e europeias, que passou a ser um lugar de visita pública, porque estava sempre de portas abertas. É a Famosa quinta do Barão ou do Barateiro.

Veio a Portugal e logo foi nomeado como governador da fortaleza de S. Marcos e recebeu a ordem para usar a farda correspondente com os seus galões dourados. Enquanto isso, os seus navios enchiam os armazéns do Reino, com donativos de arroz, farinha, dinheiro, tudo a título gratuito.

Em 1810 José Gonçalves atendeu a mais um pedido de socorro da Corte, fazendo ingressar nos cofres da Fazenda Real mais 10 contos de réis.

Mandou construir uma capela estilo rococó dedicada a S. José na Quinta das Laranjeiras em São Luís província do Maranhão, em que as obras iniciaram em 1811 e terminaram em 1816.

Este homem foi no Maranhão o grande financiador da fazenda do rei de Portugal. Por tudo isto, o príncipe regente em 1818 concedeu-lhe a alcaidaria-mor de Itapicuru-Mirim, passando o Alcaide da vila, com todos os requisitos de sede de governo, acabando por falecer mais tarde em 1821 em Nossa Senhora da Vitória com este título.

Era dono de uma fortuna incalculável, teve três filhos; Luísa Maria Espírito Santo Gama, legítima, a quem coube a herança do morgado; e legitimou por testamento os outros dois, José Francisco Gonçalves da Silva e Maria Quintéria Silva.



Disponível em:

[Clique Aqui](#)

Publicado por Abraão Mendes



PORTAL ARMORIADO DA ENTRADA DA QUINTA DAS LARANJEIRAS

Elemento arquitetônico do século XVIII, onde ficava a entrada principal da Quinta das Laranjeiras, do proprietário José Gonçalves da Silva, faz parte da paisagem da cidade de São Luís.

Com a morte de José Gonçalves da Silva, a quinta das laranjeiras passou por vários proprietários, no entanto o portão armoriado ficou conservado. Com o intuito de preservar algo da quinta das laranjeiras, em abril de 1940 o governo federal tombou o portão armoriado e também a Capela de São José das Laranjeiras. Desde o momento da sua construção, em 1812, permanecendo até os dias atuais, na rua Oswaldo Cruz, Centro de São Luís. O portão, está alinhado com a entrada principal do prédio que atualmente funciona a escola estadual IEMA.

O Portão armoriado além da beleza arquitetônica, representava na época um símbolo da prosperidade e riqueza de uma extinta aristocracia maranhense.

IMAGENS DO PORTÃO ARMORIADO DA QUINTA DAS LARANJEIRAS

Imagem do Portão de entrada da Quinta das Laranjeiras, 1939.



Fonte: Acervo Digital do IPHAN.

IMAGEM DO PORTÃO DAS ENTRADA DA QUINTA DAS LARANJEIRAS, 1972.



Fonte: <https://servicodados.ibge.gov.br>

Imagem do Brasão: Detalhe de ornamento do portão de entrada da Quinta das Laranjeiras, 1939.



Fonte: Acervo Digital do IPHAN.

DESCRIÇÃO DO BRASÃO

“Brasão esculpido em pedra de lioz que reproduz o brasão das armas da família Gonçalves e Silva, com uma inscrição de 1811 na verga da porta, ornamento que demarcava a fundação de uma casa nobre”. (Ariadne Ketine Costa de Alcântara, 2020)

IMAGEM ATUAL DO PORTÃO ARMORIADO

Imagem lateral do Portão armoriado com o muro da Escola IEMA – Centro em São Luís



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024)

DESCRIÇÃO DO PORTÃO ARMORIADO

O Portão apresenta dois pilares nas extremidades esquerda e direita. No coroamento estão o frontão curvilíneo e os coruchéus abaixo do entablamento alinhado ao eixo central da porta tem destaque o brasão familiar bem trabalhado. A pesada porta de madeira manualmente almofadada é emoldurada por uma portada em pedras de lioz, que apresenta verga em secção de arco abatido e cuja modernatura, exhibe elementos neoclássicos e aduela de fecho trabalhada. Em frente ao portão encontram-se dois frades de pedra, os quais eram utilizadas para amarrar animais de carga e cavalos de carruagem. Disponível em:



www.juntadeandalucia.es/

IMAGEM CENTRAL DO PORTÃO ARMORIADO



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024)



PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Atividade 1)

Atividade:

Conhecendo e explorando os aspectos patrimoniais do: Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras e da Capela de São José das Laranjeiras

Componentes Curriculares

História, Geografia e Artes

Justificativa

É necessário despertar no estudante um olhar sensível sobre os patrimônios materiais protegidos por lei, partindo da realidade que está bem próxima a ele e que por falta de conhecimento da sua importância ou por não conhecer o seu contexto histórico, muitas vezes não é valorizado. Partindo desse pressuposto propomos uma atividade que seja desenvolvida envolvendo o Portão Armoriado da quinta das laranjeiras e a Capela de São José das Laranjeiras, patrimônios tombados pelo IPHAN, localizados aos arredores da Escola IEMA, no centro de São Luís. Visto que, podem e devem ser consolidados como referências na identidade, memória daquela comunidade como também na história da cidade.

Habilidades:

- Conhecer o espaço geográfico no entorno da Escola: ruas, edificações;
- Identificar no google maps a localização da Escola e a Capela;
- Representar através de desenho ou maquete o mapa geográfico do entorno que está localizada a Escola;

Desenvolvimento:

- Apresentar através de slide ou no celular dos estudantes, as ruas próximas a Escola e sua localização em que está inserida, como também localizar o portão armoriado e a capela de São José das Laranjeiras;
- Propor aos estudantes que façam um desenho (planta) buscando reproduzir a localização da Escola IEMA, com suas ruas, avenida mais próxima, com os patrimônios do Portão e a Capela; fazendo um destaque nestes bens materiais;
- Poderá ser realizado inclusive um trabalho com maquetes que reproduzam esta localização, tendo como base os desenhos feitos pelos próprios alunos;
- Este trabalho poderá ficar exposto em um local da Escola para os outros estudantes de outras turmas apreciarem;



(Atividade 2)

Atividade:

Conhecendo e explorando os aspectos patrimoniais do: Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras e da Capela de São José das Laranjeiras -(VISITA TÉCNICA)

Habilidades:

- Aproximar o estudante do conteúdo prático através do contato direto com o Patrimônio Cultural;
- Incentivar a conhecer os Patrimônios Culturais da sua localidade;

Desenvolvimento:

- A atividade será realizada através de visita técnica, para que os estudantes conheçam de perto o Patrimônio Cultural do Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras e a Capela de São José;
- Os estudantes serão convidados para fazerem a observação no local onde está o Portão Armoriado e a Capela, no qual farão anotações sobre: Fachada principal; números de portas; janelas; pavimentos; tipos de material; estado de conservação; Em relação a Capela poderão fazer a visita interna e observar mais detalhes em relação ao altar, santos, cadeiras e outros objetos encontrados na mesma; Tudo acompanhado bem de perto do professor;
- Ao retornar a sala de aula, os estudantes organizarão as anotações que fizeram e esclarecer juntamente com o professor algumas dúvidas caso houver;
- O professor poderá solicitar um relatório aos estudantes onde poderá conter alguns aspectos observados:
 - Como se apresenta a edificação;
 - O que mais lhe chamou a atenção?
 - Ainda é utilizado pela comunidade?
 - Sugestões para a sua conservação;
- Realizado o primeiro relatório os estudantes buscarão outras informações a respeito do Patrimônio Cultural do Portão Armoriado e da Capela de São José das Laranjeiras. No qual o professor irá solicitar respostas para os seguintes questionamentos:
 - Quando foi construído?
 - Quem construiu?
 - Porque foi construído?
 - Qual o contexto histórico envolvido?
- Para socializar todo esse aparato histórico e bibliográfico , o professor pode realizar uma roda de conversa para debate;



(ATIVIDADE 3)

Atividade:

Conhecendo e explorando o Portão Armoriado, a Capela de São José das Laranjeiras e a história de José Gonçalves da Silva “O Barateiro”

Componentes Curriculares

História, Artes

Peça Teatral

José Gonçalves da Silva “O Português que ganhou fama e riqueza em território ludovicense” (SUGESTÃO DE TEMA)

Justificativa:

É necessário que os estudantes conheçam um dos principais personagens que fizeram história em São Luís em meados do século XVIII, José Gonçalves da Silva, mais conhecido como “O Barateiro”, português que veio para as terras maranhenses para tentar a sorte em busca de fortuna. E que de fato fez, através de vários empreendimentos em São Luís, com os quais sustentou uma condição de nobreza, segundo os padrões do Antigo Regime. Sua avultada riqueza resultante da exportação de seus produtos agrícolas e da venda de escravos mantinha este comerciante no centro das rotas comerciais ultramarinas. Todo esse investimento resultou na agregação de diversos bens, muitos deles no morgado, sobrados e a Quinta das Laranjeiras. Onde mesmo depois de séculos ainda podemos observar o que restou do seu legado como o Portão armoriado da Quinta das Laranjeiras e a Capela de São José localizados no centro de São Luís.

Habilidades:

- Conhecer a história do Barateiro e o legado que permanece até hoje em São Luís;
- Desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e sociais;
- Estimular o interesse pela leitura e o descobrimento de novas narrativas envolvendo a história da cidade de São Luís;

Desenvolvimento:

- Realizar juntamente com os estudantes o levantamento bibliográfico e trajetória de José Gonçalves desde sua chegada em São Luís, para entender todo o processo histórico da Quinta das Laranjeiras e o Patrimônio Cultural existente até os dias atuais;
- Organizar com os estudantes uma peça teatral envolvendo a história de José Gonçalves, a Quinta das laranjeiras, o portão armoriado e a Capela de São José, visto que aborda os principais aspectos históricos envolvendo a localidade que a Escola está localizada;
- Solicitar aos estudantes que se organizem para a estruturação da peça teatral no que diz respeito: A escolha do personagem principal, figurantes, figurinos, organização do cenário e recursos que serão necessários para a apresentação da peça teatral;
- Lembrar aos alunos que o cenário não poderá faltar o portão armoriado que servia como acesso principal da quinta das laranjeiras e sua Capela de São José que fazia parte de todo esse contexto histórico;
- Marcar dia e horário, onde será apresentado a peça teatral para que outras turmas da Escola possam assistir esse trabalho que será de grande relevância para todos dessa comunidade escolar;

Avaliação:

A Avaliação será desenvolvida durante todo o processo para produção da peça teatral, onde será observado a participação de todos durante toda a sua construção até a apresentação final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A organização deste Manual teve como pressuposto da ideia que este recurso seja utilizado de forma pedagógica, auxiliando na prática dos professores de história do Ensino Médio, construindo diversos conceitos e estratégias envolvendo a Educação Patrimonial, no sentido de colaborar no entendimento do grau de importância que esta temática significa para toda sociedade. Ressaltamos que é necessário estimular no estudante a conscientização do que se trata a Educação Patrimonial, bem como fazer com que ele conheça o patrimônio cultural da sua comunidade, demonstrando sua relevância, promovendo sua valorização, para desenvolver práticas e saberes do presente e passado, com o objetivo de garantir seu usufruto para as gerações futuras. O Manual contém embasamento teórico básico sobre o significado, conceituação sobre Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural, diferenças entre patrimônio material e imaterial, trazendo sempre aspectos relacionados aos bens culturais encontrados no entorno da Escola que foi realizada a pesquisa, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), como também na cidade de São Luís. Entendemos que para valorizar é preciso conhecer, desse modo torna-se necessário iniciar o estudo explanando os aspectos conceituais que envolvem o patrimônio na comunidade, na cidade e na escola em que o estudante está inserido. Em seguida, são apresentadas sugestões de leituras e atividades voltadas para uma iniciação ao patrimônio a partir da vida cotidiana e das práticas culturais. Contudo, este recurso pretende ser para os professores, um instrumento no qual eles poderão se apoiar para incentivar os alunos na valorização e preservação dos patrimônios culturais, onde poderão utilizar em seu cotidiano em sala de aula, colocando em prática os principais aspectos relacionados ao patrimônio.



LEITURAS SUGERIDAS

A história do Comércio do Maranhão 1612 - 1895, de Jerônimo de Viveiros, 1954.

São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem, 2008.

As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial de Antonia da Silva Mota, 2012.

Educação Patrimonial na Escola e suas perspectivas pedagógicas, Revista sociedade Moderna

A quinta, a capela e o portal: análise do potencial de uma paisagem histórica inserida no conjunto arquitetônico da cidade de São Luís do Maranhão Ariadne Ketini Costa de Alcântara*



REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ariadne Ketini Costa De. A Quinta, a Capela e o Portal: Análise do potencial de uma paisagem histórica inserida no conjunto arquitetônico da cidade de São Luís do Maranhão. Universidade do Porto. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/download/10425/9491/34974>.

ASSUNÇÃO, Paulo de. O Patrimônio. Edições Loyola, 2003.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 216 Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 4ª edição revista e atualizada - Rio de Janeiro, IPHAN, 1994.

FABRINO, Raphael João Hallack. Guia de Identificação de Arte Sacra. IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação patrimonial: ações e projetos.

Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados. Capela São José das Laranjeiras. IPHAN, 1997.

Marques, César Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3ª edição, revista e ampliada - São Luís: Edições AML, 2008

MENDES, A. Rosa. O que é patrimônio cultural. Editora Gente Singular, 2012.

Nunes, Verônica Maria Meneses; Lima, Luís Eduardo Pina. História e Patrimônio Cultural. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe CESAD, 2007.

PRIAMO, Vania Inês Avila. Projeto de educação patrimonial "você é feito de histórias", do Museu Histórico de Nova Hartz. In: BERLOTTO, Márcia; PEREIRA, Waldir (org.) Patrimônio cultural e museus. Porto Alegre: UFRGS, 2013.



MATERIAL COMPLEMENTAR

GLÓSSÁRIO

ACANTO COM RESSALTO – Ornato arquitetônico;

ALTAR-MOR – Peça da igreja, espécie de mesa onde se fazem os sacrifícios da missa;

ARCO – CRUZEIRO – Peça de madeira ,marfim;

ÁTRIO – Entrada exterior antes de qualquer edifício;

BEIRAL – Aba do telhado;

COPIAR DA CAPELA – A parte dianteira das casas baixas rústicas;

CORUCHÉUS – Remate piramidal;

ELMO – Armadura, tipo de capacete;

ERMIDA – Igreja pequena;

ESQUADRIA- Ângulo reto;

FRISO – Nas colunas e pilastras do retábulo, é o espaço que separa a arquitrave da cornija.

LIOZ – Variedade de calcário branco e dura usado em cantaria e estatuária

NAVE DA CAPELA – Parte principal da igreja, onde fica o povo.

PINHAS – Espécie de nó trançados feitos nas pontas dos cabos;

RETÁBULO-MOR - Obra de arquitetura ou mercenária que fica sobre o altar;

VOLUTAS – Ornato enrolado em forma de espiral, usado em trabalhos em talha ou em pedra, especialmente nas ornamentações externa e interna das igrejas;

SOBRE AS AUTORAS

GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO

Mestranda em Gestão do Ensino na Educação Básica- PPGEEB, participante do grupo de Estudos e Pesquisas Fundamentos e Metodologias do Ensino de História na Educação Básica (GRUPHE). Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão com Pós Graduação em Supervisão Escolar e Gestão Escolar. Atualmente trabalha na Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (SEDUC) como Gestora Adjunta no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e também atua como Professora na Secretaria de Educação Municipal de São Luís (SEMED).



ANTONIA DA SILVA MOTA

Antonia da Silva Mota, hoje aposentada, foi Professora Titular do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTORIA) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (Extensão sobre a África e o Sul Global (NEÁFRICA). Graduada em História Licenciatura pela UFMA, Mestre e Doutora pela UFPE. Foi Coordenadora PROFHISTORIA/UFMA (2019-2024). Principais linhas de investigação: história do Maranhão colonial, história da família e da escravidão africana.



ANEXOS

ANEXO A: Carta de Apresentação para Pesquisa de Campo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

Prezado/a Senhor/a: **Prof Cleriston Araújo Silva**
Gestor Pedagógico do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do
Maranhão (IEMA)

Vimos por meio desta apresentar-lhe o/a estudante **GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA** regularmente matriculado/a no **Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica** da Universidade Federal do Maranhão, sob matrícula de N° **2022107034** para desenvolver sua pesquisa de Mestrado intitulada: **"EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma proposta de intervenção no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São Luís"**

Na oportunidade, solicitamos autorização de Vossa Senhoria em permitir a realização desta pesquisa nesta renomada unidade educacional de modo que o/a referido/a estudante possa coletar dados por meio de observações, entrevistas, questionários e/ou outros meios metodológicos que se fizerem necessários.

Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre e esclarecido que será assinado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos.

São Luís, 14 de junho de 2023.



Documento assinado digitalmente
VANJA MARIA DOMINICES COUTINHO FERREIRA
Data: 14/06/2023 18:28:47-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Cleriston Araújo Silva
Cleriston Araújo Silva
Gestor Pedagógico IEMA-UP
São Luís
Matrícula: 135-01

Profa Dra Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes
Coordenadora PPGEEB/UFMA
Matrícula SIAPE 1352588

ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Spudiane da Graça Andrade Braga, professora
de História do IEMA, concordo em
conceder entrevista para **GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA**,
o(a) mestrando (a), do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da
Educação Básica (PPGEEB), para a pesquisa intitulada: " EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL: uma proposta de ações pedagógicas no Instituto de Educação,
Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São Luís".

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui
devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta
pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são
garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores
esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me
a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem
prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

São Luís, 24 / 09 / 24

Spudiane da Graça Andrade Braga
Assinatura do entrevistado(a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu NERISTON ARAUJO DA SILVA, GESTOR
PEDAGÓGICO DO IEMA-PLANO SÃO LUÍS CENTRO, concordo em
conceder entrevista para **GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA**,
o(a) mestrando (a), do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da
Educação Básica (PPGEEB), para a pesquisa intitulada: " EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL: uma proposta de ações pedagógicas no Instituto de Educação,
Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São Luís".

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui
devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta
pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são
garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores
esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me
a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem
prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

São Luís, 23 / 09 / 24

Neriston Araújo da Silva
Gestor Pedagógico IEMA-UP
São Luís
Matrícula: 103135-01
Neriston

Assinatura do entrevistado(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Gabriela Viana Diniz, professora
de História do IEMA São Luís, concordo em
conceder entrevista para **GEÓRGIA FERNANDA DO NASCIMENTO ROCHA**,
o(a) mestrando (a), do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da
Educação Básica (PPGEEB), para a pesquisa intitulada: " EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL: uma proposta de ações pedagógicas no Instituto de Educação,
Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) – São Luís".

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui
devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta
pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são
garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores
esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me
a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem
prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

São Luís, 24 / 09 / 2024

Gabriela Viana Diniz
Assinatura do entrevistado(a)